



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, HABITAÇÃO E RECURSOS HÍDRICOS
DIRECÇÃO NACIONAL DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS

**Programa Regional de Resiliência Climática para a
África Oriental e Austral (P180171)
- MOÇAMBIQUE -**

**PLANO DE ENGAJAMENTO DE PARTES
INTERESSADAS E AFECTADAS – PEPI**

Março, 2023

Índice

ÍNDICE	I
LISTA DE FIGURAS	II
LISTA DE TABELAS	II
ACRÓNIMOS E ABREVIATURAS.....	III
SUMÁRIO EXECUTIVO.....	V
DOCUMENTO PRINCIPAL.....	1
1. INTRODUÇÃO	1
1.1. DESCRIÇÃO DO PROJECTO	2
1.3. RISCOS E IMPACTOS AMBIENTAIS E SOCIAIS DO PROJECTO	7
1.4. PROPÓSITO E OBJECTIVO DO PEPI.....	8
2. LEGISLAÇÃO NACIONAL E NORMA AMBIENTAL E SOCIAL 10.....	8
2.1. LEGISLAÇÃO NACIONAL.....	9
2.2. NAS 10 DO BANCO MUNDIAL.....	9
3. ACTIVIDADES PRÉVIAS DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS.....	10
3.1. FASE DE CONCEPÇÃO E AVALIAÇÃO DO PROJECTO	10
3.1.1. Reuniões técnicas.....	10
3.1.2. Reuniões de consulta pública	10
4. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	13
4.1. IDENTIFICAÇÃO E ANÁLISE DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS	13
4.2. INDIVÍDUOS E GRUPOS MARGINALIZADOS / VULNERÁVEIS	18
4.3. IDENTIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E MÉTODOS DE ENGAJAMENTO DAS PIAS DO PROJECTO.....	18
5. PROGRAMA DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS.....	25
5.1. PRINCÍPIOS E ABORDAGEM METODOLÓGICA.....	25
5.2. PROPOSTA PARA A DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO	26
5.3. PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÕES PARA GRUPOS VULNERÁVEIS	26
5.4. ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA CONSULTA.....	27
5.5. ESTRATÉGIA PROPOSTA PARA INCORPORAR A VISÃO DOS GRUPOS VULNERÁVEIS	31
5.6. APRENDIZAGEM E FEEDBACK/RETORNO.....	31
5.7. FASES FUTURAS DO PROJECTO	32
6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI	32
6.1. GESTÃO DE FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES	32
6.2. CAPACIDADE INSTITUCIONAL E RECURSOS HUMANOS.....	33
6.3. RECURSOS FINANCEIROS	34
7. MECANISMOS DE GESTÃO DE RECLAMAÇÕES	34

7.1.	PROCESSO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES	35
7.1.1.	Gestão de queixas e reclamações a nível comunitário	35
7.1.2.	Gestão de queixas e reclamações a nível de projecto	36
7.1.3.	Gestão de queixas a nível judicial.....	36
7.1.4.	Queixas Relacionadas à Violência Baseada no Género (VBG)	37
7.1.5.	Queixas relacionadas a relações laborais	37
7.2.	TEMPO DE RESPOSTA:.....	38
8.	MONITORIA E RELATÓRIOS.....	39
8.1.	ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS EM ACTIVIDADES DE MONITORIA.....	40
8.2.	RETORNO DA COMUNICAÇÃO ÀS PARTES INTERESSADAS	41
	ANEXOS	42
	ANEXO 1 – SUMÁRIO DAS ACTIVIDADES DE CONSULTAS TÉCNICAS	42
	ANEXO 2 - RELATÓRIO DE CONSULTA PÚBLICA	45
	ANEXO 2.1A - ACTA E FOTOGRAFIAS DA REUNIÃO DA PROVÍNCIA DE MAPUTO	45
	ANEXO 2.1B – LISTA DE PRESENCAS DA REUNIÃO DA PROVÍNCIA DE MAPUTO.....	49
	ANEXO 2.1C - EXEMPLO DE FICHA DE COMENTÁRIO E SUGESTÕES	53
	ANEXO 2.2A - ACTA E FOTOGRAFIAS DA REUNIÃO DA CIDADE DE MAPUTO	54
	ANEXO 2.2B – LISTA DE PRESENCAS DA REUNIÃO DA CIDADE DE MAPUTO.....	60
	ANEXO 2.3A - ACTA E FOTOGRAFIAS DA REUNIÃO DA CIDADE DE NAMPULA.....	62
	ANEXO 2.3B – LISTA DE PRESENCAS DA REUNIÃO DA CIDADE DE NAMPULA	69
	ANEXO 2.4A - ACTA E FOTOGRAFIAS DA REUNIÃO DA CIDADE DA BEIRA.....	72
	ANEXO 2.4B – LISTA DE PRESENCAS DA REUNIÃO DA CIDADE DA BEIRA.....	77
	ANEXO 3 - ANÚNCIOS DE JORNAL E CARTAS CONVITE DIRECCIONADAS	79

Lista de Figuras

FIGURA 1: LOCALIZAÇÃO DAS ÁREAS SELECIONADAS	6
FIGURA 2: DIAGRAMA DO PROCESSO DE MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE RECLAMAÇÕES	38

Lista de Tabelas

TABELA 1: PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS DIVIDIDAS POR CATEGORIA EM CADA COMPONENTE.....	15
TABELA 2: NECESSIDADES DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS PELO PROJECTO	20
TABELA 3: PROPOSTA DO PLANO PARA CONSULTA DAS PIAS NO PROJECTO.....	28
TABELA 4: INDICADORES DE MONITORIA.....	39

Acrónimos e Abreviaturas

AIA	Avaliação de Impacto Ambiental
ARA-Norte, IP	Administração Regional de Águas do Norte, Instituto Público
ARAs	Administração Regional de Águas
ARA-Sul, IP	Administração Regional de Águas do Sul, Instituto Público
AS	Assédio Sexual
AT	Assistência Técnica
AURA	Autoridade Reguladora de Águas
BM	Banco Mundial
CGR	Comité de gestão de reclamações
CP	Consultas Públicas
DD	Projecto detalhado / Detailed design
DNAAS	Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento
DNGRH	Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos
DPOPHRH	Direcção Provincial das Obras Públicas, Habitação e Recursos HidricoHídrico
DPOPs	Direcções Provinciais de Obras Públicas
DSRM	Regulamento de Segurança de Barragens de Moçambique
EAS	Exploração e Abuso Sexual
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
EIAS	Estudo de Impacto Ambiental e Social
ETL	Equipas Técnicas Locais
FAMOD	Fórum da Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência
FIPAG	Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água
GdM	Governo de Moçambique
GRS	Serviço de Reclamações do Banco Mundial
HIV/SIDA	Vírus de Imunodeficiência Adquirida / Síndrome de Imunodeficiência Adquirida
INAM	Instituto Nacional de Meteorologia
INAS	Instituto Nacional de Accção Social
MEF	Ministério de Economia e Finanças
MGR	Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações
MOHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
MTA	Ministério da Terra e Ambiente
MTC	Ministério de Transportes e Comunicações
NAS	Normas Ambientais e Socias
OCB	Organização Comunitária de Base

ONG	Organização Não Governamental
PAP	Pessoas Afetadas pelo Projeto
PAR	Plano de Acção de Reassentamento
PASA	Plano de Acção do Sector de Águas
PCAS	Plano de Compromissos Ambientais e Sociais
PEPI	Plano de Engajamento das Partes Interessadas
PGAS	Plano de Gestão Ambiental e Social
PIAs	Partes Interessadas e Afectadas
PNRH	Plano Nacional de Recursos Hídricos
PRRC	Programa Regional de Resiliência Climática
QGAS	Quadro de Políticas de Gestão Ambiental e Social
QPR	Quadro de Política de Reassentamento
SDPI	Serviços distritais de Actividades Económicas
SoP-1	Séries de Projectos / Series Of Project
SPIE	Serviços Provinciais de Infraestruturas
UIP	Unidade de Implementação do Projecto
UT	Unidades Técnicas
VBG	Violência Baseada no Género

SUMÁRIO EXECUTIVO

Introdução

O Governo de Moçambique (GdM), através da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH¹), com o apoio do Banco Mundial (BM), está a preparar o Programa Regional de Resiliência Climática para a Região da África Oriental e Austral² (P180171) onde Moçambique faz parte, doravante designado por “Projecto” ou “PRRC”.

O Projecto tem como objectivo aumentar a resiliência das populações vulneráveis contra os choques climáticos, tais como ciclones, cheias e secas. O Projecto será implementado por quatro instituições líderes, sendo uma do nível central e três do nível regional, ambas sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, Habitação, e Recursos Hídricos (MOPHRH). O Projecto será implementado com várias outras instituições envolvidas na melhoria da resiliência ou controlo de desastres, bem como com as comunidades locais. A DNGRH irá coordenar todo o processo de implementação das salvaguardadas ambientais e sociais durante a implementação do Projecto, e caberá a ela reportar todas as informações ao Banco Mundial.

O Projecto é preparado e implementado tendo em consideração a legislação Moçambicana e as Normas Ambientais e Sociais do Banco Mundial (BM). Na presente fase de planificação, o BM requer a preparação de Instrumentos Ambientais e Sociais orientadores, que podem incluir:

- Plano de Compromisso Ambiental e Social (PCAS), que define os compromissos em questões ambientais e sociais assumidos pelo GdM na implementação do Projecto. É anexado ao contracto de financiamento assinado pelo Ministério da Economia e Finanças.
- Plano de Engajamento de Partes Interessadas e Afectadas (PEPI), define formas de envolvimento das partes interessadas e afectadas e mecanismo de gestão de reclamações.
- Quadro da Política de Reassentamento (QPR), que define os princípios e procedimentos a adoptar no caso de necessidade de aquisição/ocupação de terra com consequente restrição de usos actuais.
- Quadro de Políticas de Gestão Ambiental e Social, (QGAS) que define a forma como os subprojectos serão geridos para minimizar riscos e impactos ambientais e sociais adversos. Inclui anexos diversos (planos específicos em função do tipo de riscos espectáveis).
- Plano de Gestão de Mão-de-Obra (PGMO). Estabelece procedimentos claro de gestão de mão-de-obra para todos os trabalhadores do Projecto, nomeadamente trabalhadores directos, trabalhadores contratados e trabalhadores da comunidade, alinhado com os requisitos da legislação laboral moçambicana e a NAS 2 do Banco Mundial.
- Quadro de Prevenção e Resposta a Violência Baseada no Género (VBG), fornece directrizes para a elaboração de Plano de Acção de VBG, incluindo medidas de sensibilização, definição de código de conduta

As actividades previstas para o projecto têm o potencial de criar riscos e impactos ambientais e sociais principalmente durante a fase de implementação (ex. supressão da vegetação, escavações, entre outros impactos melhor descritos no Quadro de Gestão Ambiental e Social do projecto). Contudo, existe a necessidade de garantir o envolvimento, a participação e o apoio de todos afectados e interessados do projecto, daí a necessidade de Elaboração do presente **Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)**.

¹ Instituição tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação, e Recursos Hídricos (MOPHRH).

² O Programa Regional de Resiliência Climática abrange a Região da África Oriental e Austral. Quatro países e duas organizações internacionais são elegíveis para receber financiamento no âmbito deste Programa, nomeadamente a República de Madagáscar, a República de Moçambique, a República do Sudão do Sul, a União de Comores, a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC) e o Escritório Regional Técnico do Nilo de Páscoa (ENTRO - parte da Iniciativa da Bacia do Nilo (NBI)). O Programa é multifásico, desenhado de forma flexível, em que as actividades são concebidas para responder às necessidades específicas de cada país participante do Programa Regional por forma a contribuir para alcançar os objetivos regionais comuns. Os países participantes podem escolher possíveis intervenções dentro de um menu previamente elaborado e compor séries de projectos (SoP).

O Presente PEPI visa criar meio de engajamento das partes interessadas e afectadas pelo projecto como forma de identificar riscos e informar possíveis constrangimentos (sociais ou ambientais) ou sugestões e em conjunto (com os afectados e interessados) definir soluções estratégicas e ainda de proteger os interesses comerciais competitivos. Por essa razão, o PEPI visa também criar e manter relacionamentos fortes, construtivos e responsáveis com Partes Afectadas pelo Projecto (PAPs) garantido a sustentabilidade socio ambiental e económica do projecto.

Antecedentes e motivação para o Projecto

A melhoria da gestão da água em face das alterações climáticas que causam ciclones e chuvas é fundamental para a segurança hídrica e o desenvolvimento económico de Moçambique. Por exemplo, o país tem uma das menores capacidades de armazenamento de água renovável do mundo, apenas 0,3 % dos 216 Mm³/ano de água que atravessam o país. É importante ressaltar que poucos dos armazenamentos existentes, originalmente projectados como multifuncionais, estão hoje operando na sua máxima capacidade devido a vários problemas identificados de segurança das infraestruturas existentes. O Plano Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (PNGRH) indica que o país deverá sofrer escassez de água na maioria das regiões, enquanto as províncias de Gaza, Zambézia e Sofala podem sofrer inundações mais frequentes e severas. Para poder gerir melhor os caudais, tanto em caso de anos secos como de anos muito húmidos, a melhoria da gestão da água tem sido uma das prioridades³ do Governo de Moçambique (GdM). O GdM seleccionou algumas intervenções prioritárias para melhorar a gestão de recursos hídricos. Assim, o GdM preparou uma lista de investimentos prioritários, que inclui a reabilitação/melhoria das barragens existentes e novas barragens polivalentes, entre outros investimentos para o controlo de cheias e sistemas de informação.

É dentro deste contexto que o GdM está a mobilizar recursos financeiros junto do Banco Mundial (BM) para desenvolver um projecto designado por **Programa Regional de Resiliência Climática para a África Oriental e Austral (P180171)**. Maior parte das intervenções do Projecto serão implementadas por quatro instituições sendo uma do nível nacional (a Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos – DNGRH) e três do nível regional (as Administração Regional de Águas do Sul, do Centro e do Norte) ambas sob tutela do Ministério das Obras Públicas, Habitação, e Recursos Hídricos (MOPHRH).

Além disso, outras entidades tais como o Instituto Nacional de Gestão e Redução de Desastres (INGD), O Instituto Nacional de Meteorologia (INAM), o Instituto Nacional de Acção Social (INAS) poderão desempenhar um papel fundamental dentro do projecto. A DNGRH irá coordenar todo o processo de implementação das salvaguardadas ambientais e sociais durante a implementação do Projecto, e caberá a ela reportar todas as informações ao Banco Mundial.

Descrição do Projecto

O projecto proposto abrange a Região da África Oriental e Austral. Ele é desenhado de forma flexível por forma a responder às necessidades específicas de cada país participante com vista a alcançar um objectivo regional comum. O presente documento cobre as actividades a decorrerem em Moçambique na Primeira Series de Projecto (SoP-1) e é desenvolvido e implementado em consonância com os documentos da Região da África Oriental e Austral.

Em Moçambique o projecto consiste em cinco (05) principais Componentes:

- *Componente 1: Risco Climático e Financiamento* - visa fortalecer a preparação e a resposta á emergências em Moçambique e será pioneiro na implementação da gestão de risco de inundação em áreas urbanas.
- *Componente 2: Investimento em Infraestruturas Resilientes ao Clima* - centra-se no reforço global da gestão dos recursos hídricos (planeamento, dados, capacidade) para integrar as mudanças climáticas, particularmente nas bacias mais afectadas pelos ciclones, como as bacias do centro e norte.

³ Tais prioridades estão inscritas no Plano de Acção do Sector de Águas (PASA); Plano Quinquenal do Governo (2020-2024), Plano Económico e Social do Orçamento de Estado- PESOE, 2020-2021

- *Componente 3: Gestão de Infraestruturas Resilientes ao Clima* - se concentrará na melhoria do estado, bem como na operação e manutenção (O&M) da infraestrutura existente de armazenamento e gestão de cheias. A DNGRH preparou uma tabela com uma série de diques que necessitam de reabilitação no âmbito dessa componente, e incluem, além da distância e das pessoas a proteger, também riscos sociais e ambientais. Essas actividades de reabilitação dos diques escolhidos devem ter risco não superior ao substancial.
- *Componente 4: Protecção Social Adaptativa para Comunidades Resilientes* - actividades de apoio à redução de riscos climáticos no âmbito da agenda de protecção social adaptativa.
- *Componente 5: Gestão do Projecto* - se concentrará em todos os aspectos de gestão do projecto, incluindo salvaguardas (ambientais e sociais).

Abrangência Territorial e Beneficiários

O projecto é de âmbito nacional, e irá priorizar actividades em locais seleccionados considerando a sua importância estratégica e nível de vulnerabilidade hidroclimática, nomeadamente: (i) bacia do Umbeluzi (centrado na área de Grande Maputo); (ii) Bacia do Limpopo (cidades de Xai-Xai, Chibuto, Inhambane e Maxixe), (iii) Bacia do Zambeze (cidade da Beira), (iv) Bacia do Meluli (província de Nampula) e (v) intervenções na Bacia do Megaruma (intervenções na cidade de Pemba). O Projecto irá beneficiar igualmente as cidades de Matola, Maputo, Beira e Quelimane.

Consulta e Participação

A presente fase de preparação do Projecto contou com a condução de consultas públicas realizadas com o objectivo de obter contributos que possam ser integrados na Planificação do Projecto e nos instrumentos genéricos de salvaguardas ambientais e sociais⁴, por forma a minimizar riscos e impactos sociais e ambientais adversos e maximizar os benefícios e impactos positivos. As reuniões das consultas públicas decorreram entre os meses de Fevereiro e Março de 2023, nas capitais das regiões Sul, Centro e Norte do país (concretamente na Cidade e província de Maputo, Cidade da Beira e Nampula). No total, foram envolvidos cerca de 205 Partes Interessadas e Afectadas (PIAs) nesse processo.

A escolha destes locais deveu-se ao facto de se desejar ter noção do tipo de preocupações e expectativas que as PIAs das diferentes regiões do país têm visto que cada região tem os seus desafios particulares. Foram disponibilizadas facilidades para a logística de deslocação de participantes chave de diferentes pontos no seio da região (incluindo de outras províncias) para o local da reunião.

Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações

Os conflitos resultam geralmente de má comunicação, inadequação ou falta de consulta, fluxo inadequado de informações precisas, ou restrições que podem ser impostas às pessoas através da implementação de actividades do Projecto.

O projecto prevê um Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGR) a ser institucionalizado a nível central (no DNGRH ou DNAAS) e que estará sincronizado com subsistemas regionais e locais a nível dos subprojectos.

O Plano de Engajamento de Partes Interessadas e Afectadas

Como parte do processo de preparação do Projecto é elaborado o presente Plano de Engajamento de Partes Interessadas e Afectadas (PEPI), que define as metodologias de divulgação de informação e envolvimento das PIAS durante todo o ciclo do projecto, para que elas sejam consultadas e os seus comentários sejam devidamente considerados. O PEPI orienta a desenvolver e manter relacionamentos construtivos com as principais partes interessadas e potencialmente afectadas do projecto, incluindo a identificação das PIAS e de um Mecanismo de Diálogo e Reclamações. Instrui a identificar os indivíduos e grupos que podem ter mais dificuldades para participar nos processos de engajamento e aqueles que podem ser afectados de forma diferenciada ou desproporcional pelo

⁴ Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS), Plano de Engajamento de Partes Interessadas e Afectadas (PEPI), Quadro de Políticas de Gestão Ambiental e Social (QGAS) e Quadro de Políticas de Reassentamento (QPR).

projecto devido ao seu estatuto de marginalizados ou vulneráveis e apresenta recomendação para o seu melhor envolvimento no Projecto.

DOCUMENTO PRINCIPAL

1. INTRODUÇÃO

O Governo de Moçambique (GdM), através da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH⁵), com o apoio do Banco Mundial (BM), está a preparar o Programa Regional de Resiliência Climática para a Região da África Oriental e Austral⁶ (P180171) onde Moçambique faz parte, doravante designado por “Projecto” ou “PRRC”.

O Projecto tem como objectivo aumentar a resiliência das populações vulneráveis contra os choques climáticos, tais como ciclones, cheias e secas. Será implementado por quatro instituições líderes, sendo uma do nível central e três do nível regional, ambas sob a tutela do Ministério das Obras Públicas, Habitação, e Recursos Hídricos (MOPHRH). O Projecto será implementado com várias outras instituições envolvidas na melhoria da resiliência ou controlo de desastres, bem como com as comunidades locais. A DNGRH irá coordenar todo o processo de implementação das salvaguardadas ambientais e sociais durante a implementação do Projecto, e caberá a ela reportar todas as informações ao Banco Mundial.

O Projecto é multifásico⁷, composto por Séries de Projectos (SoP) também designados por “fases” neste documento para efeitos de facilitação de compreensão. Esta é a Primeira Séries de Projectos (SoP-1) e espera-se que o país venha a eleger-se a outras fases futuramente.

O projecto foi classificado a nível regional com o risco ambiental e social alto⁸, porem em Moçambique, nesta presente fase (SoP-1) apenas serão executadas actividades com risco não acima de substancial.

Essas actividades, tem o potencial de criar riscos e impactos ambientais e sociais principalmente durante a fase de implementação do (ex. supressão da vegetação, escavações, entre outros impactos melhor descritos no Quadro de Gestão Ambiental e Social do projecto). Contudo, existe a necessidade de garantir o envolvimento, a participação e o apoio de todos afectados e interessados do projecto, daí a necessidade de Elaboração do presente **Plano de Engajamento das Partes Interessadas (PEPI)**.

O presente PEPI cobre as actividades a decorrerem em Moçambique e é desenvolvido e implementado em consonância com os documentos da Região da África Oriental e Austral.

A elaboração do PEPI compreendeu a condução de consultas públicas, e o documento foi disponibilizado publicamente em Moçambique e é divulgado nos websites da DNGRH e do Banco Mundial (BM).

⁵ Instituição tutelada pelo Ministério das Obras Públicas, Habitação, e Recursos Hídricos (MOPHRH).

⁶ O Programa Regional de Resiliência Climática abrange a Região da África Oriental e Austral. É desenhado de forma flexível, em que as actividades são desenhadas para responder às necessidades específicas de cada país participante do Programa Regional por forma a contribuir para alcançar os objetivos regionais comuns. Os países participantes podem escolher possíveis intervenções dentro de um menu previamente elaborado e compor uma série de projectos (SoP) a ser implementada durante uma fase.

⁷ O Programa é multifásico, desenhado de forma flexível, em que as actividades são concebidas para responder às necessidades específicas de cada país participante do Programa Regional por forma a contribuir para alcançar os objetivos regionais comuns. Os países participantes podem escolher possíveis intervenções dentro de um menu previamente elaborado e compor séries de projectos (SoP) que são implementadas de forma faseada.

⁸ O projecto foi classificado a nível regional com o risco ambiental e social alto devido a vários factores, que incluem riscos advindos das actividades de construção e/ou reabilitações de infraestruturas de protecção existentes (diques, estruturas de gestão de inundações e de armazenamento), que podem gerar riscos e impactos ambientais significativos a montante, na área do empreendimento e a jusante, assim como potenciais impactos diretos, indiretos e cumulativos, incluindo a nível local, regional e nacional.

1.1. Descrição do Projecto

O objectivo do Projecto é aumentar a capacidade da resiliência hídrica em Moçambique, através de melhoramento do quadro legal e institucional, aumentar o nível de prontidão da DNGRH e ARAs, em termos de monitoria e previsão dos eventos hidroclimáticos extremos, armazenamento de água, melhoramento de aspectos de gestão e sustentabilidade financeiras, assim como o melhoramento de acções adaptativas das comunidades.

Fases do Projecto

Actualmente está previsto para Moçambique que o projecto terá duas fases ou séries de projectos (SoP). A primeira fase (SoP-1) é responsável pela (i) planificação geral do projecto, (ii) execução de obras prioritárias/emergenciais, mas com risco potencial não superior ao substancial (baixo, médio ou substancial), bem como (iii) elaboração de estudos e documentos de preparação dos subprojectos a implementar na segunda seguinte. Na segunda fase (SoP-2) se fará execução das actividades com riscos elevados. A tabela abaixo sistematiza as fases e as principais actividades que serão desenvolvidas em cada fase.

Principais fases (SoP) do Projecto	
FASE	PRINCIPAIS ACTIVIDADES
FASE I (2023 – 2028) US\$84 milhões	Revisão do quadro legal e regulamentar, incluindo Revisão da Lei de Águas e Actualização da Carta Hidrogeológica
	Condução de Estudos e Projectos para a Construção e Reabilitação de Barragens e Diques de Protecção contra cheias e inundações (a serem implementados da fase II)
	Obras remediativas de alta prioridade para garantir a segurança de barragens existentes
	Instalação de equipamentos hidrométricos em bacias hidrográficas;
FASE II (2025 – 2032) US\$ 250 milhões	Construção/Reabilitação de diques e barragens.

Componentes da Primeira Serie de Projectos (SoP-1)

A primeira serie de projecto (Fase I) comporta cinco (05) principais Componentes:

- *Componente 1: Risco Climático e Financiamento (US\$ 5 milhões)*

O 1º componente visa fortalecer a preparação e a resposta á emergências em Moçambique e será pioneiro na implementação da gestão de risco de inundação em áreas urbanas.

As intervenções se basearão nos projectos existentes de Gestão de Risco de Desastres e na estrutura legal de planeamento do solo e visam integrar a gestão do risco de inundação urbana no planeamento do uso da terra urbana.

As actividades também fortalecerão os sistemas de alerta precoce e a capacidade de preparação e resposta a emergências das principais agências.

Estão previstas nessa componente actividades que incluem a actualização dos modelos de cheias das bacias dos rios Limpopo e Zambeze; o desenvolvimento de mapas de inundação e avaliações de risco de inundação nas escalas da bacia hidrográfica e das cidades; estabelecimento de sistemas de fluxo de informação e alerta

precoce centrados nas bacias hidrográficas e nas cidades; estabelecimento de uma estratégia de redução de risco baseada na bacia hidrográfica e na cidade, e planos de preparação e resposta a emergências.

Subcomponente 1.1: Gestão de Risco Climático e de Desastres

- i. Actualizar os modelos de cheias das bacias hidrográficas do Limpopo (cidades/vila Chokwe, Xai-Xai e Guijá) e Zambeze (vilas Marrromeu e Luabo) para incorporar as componentes de previsão de cheias.
 - ii. Desenvolver mapas de inundação e avaliações de risco de inundação nas escalas da bacia hidrográfica e da cidade.
 - iii. Estabelecer sistemas de alerta precoce e de fluxo de informações centrados nas bacias hidrográficas e nas cidades.
 - iv. Estabelecer uma estratégia de redução de risco baseada na bacia hidrográfica e na cidade, e planos de preparação e resposta a emergências.
 - v. Apoiar as actividades de capacitação que beneficiam as entidades do governo central e local (incluindo DNGRH, ARA Sul, ARA Norte, INGD, INAM, municípios locais e organizações de base comunitária) para uma prestação eficaz, gestão e uso de alerta precoce e sistemas de fluxo de informação na bacia hidrográfica e em toda a escala da cidade.
 - vi. Experiências regionais de compartilhamento de informações para alerta precoce e gestão de risco de inundação.
- *Componente 2: Investimento em Infraestruturas Resilientes ao Clima (US\$12 milhões);*

Este Componente centra-se no reforço global da gestão dos recursos hídricos (planeamento, dados, capacidade) para integrar as mudanças climáticas, particularmente nas bacias mais afectadas pelos ciclones regionais, como as bacias do centro e norte.

Nível do sistema

- i) Melhorar a rede hidrometeorológica e o sistema de informação em bacias seleccionadas;
- ii) Planos de Bacias em Licungo, Monapo e Meluli.
- iii) Actualizar a Carta Hidrogeológica de Moçambique

Preparação para os investimentos da Fase 2

- i) Viabilidade, projecto detalhado -DD, EIAS para armazenamento multiuso adicional no Norte;
- ii) EIAS/PGAS e PAR para opções de armazenamento multiuso para Nampula.
- iii) Estudos de viabilidade para multiusos 2 opções classificadas em segundo lugar na análise multicritério em curso com foco em bacias estratégicas no Norte, como Licungo e Lúrio;

Estima-se que para cada região do país poderá se construir cerca de 30 estações de monitoria.

Número de locais de Implementação da rede de monitoria hidroclimatológica por região

ID	Região	Estações				Total
		Hidrométrica	Pluviométrica	Piezométrica	Qualidade de água	
1	Sul	10	10	10	10	40
2	Centro	10	10	10	10	40
3	Norte	10	10	10	10	40
Total		30	30	30	30	120

- **Componente 3: Gestão de Infraestruturas Resilientes ao Clima (US\$62 milhões);**

Se concentrará na melhoria do estado, bem como na operação e manutenção (O&M) da infraestrutura existente de armazenamento e gestão de cheias.

Explorará a estrutura legal e a disponibilidade de fundos para melhorar a O&M dessa infraestrutura pública crítica.

Incluirá uma série de trabalhos de reparação de prioridade elevada que garante a segurança das infraestruturas existentes de gestão da água e de protecção contra inundações, tais como a reabilitação da barragens e diques de protecção.

- Revisão/actualização da legislação para propor princípios adequados de qualidade da água e protecção contra inundações.
- Estudos para definição de uma abordagem de gestão do património público e padrões mínimos para a criação de um fundo de manutenção regional/nacional.
- Reforçar a capacidade ambiental e social da DNGRH e das ARAs para garantir (plano institucional da DNGRH e ARAs orientadas para uma melhor gestão dos eventos extremos (cheias e secas).
- Segurança da Barragem de Corrumana: Projecto detalhado (DD) e actualização do EIAS para o Descargador Auxiliar existente e identificação de uma nova captação para abastecimento de água. Outros investimentos semelhantes seriam identificados e considerados;
- Segurança da barragem de Pequenos Libombos: Estudos de Viabilidade, Projectos Executivos e EIAS.
- Segurança da barragem de Massingir: Estudos de Viabilidade, Projectos Executivos e EIAS.
- Projectos Executivos para a construção/reabilitação de diques de Protecção.

A DNGRH preparou uma tabela com uma série de diques que necessitam de reabilitação e incluem, além da distância e das pessoas a proteger, também riscos sociais e ambientais⁹.

Diques por intervencionar

ARA	RIO/ BACIA	DIQUE	Reabilitação / Novo	Finalidade	População em risco (beneficiários)	Extensão total (Km)	Extensão a intervir (Km)	Altura média (m)
ARA Norte	Licungo	Nante	Reabilitação	Protecção de comunidades, infraestruturas agrícolas e Sócio-económicas	54 000	30,00	15,00	2,5
	Búzi	Búzi	Novo	Protecção de comunidades, infraestruturas agrícolas e Sócio-económicas	100 000	10,30	10,30	3
ARA Centro	Zambeze	Marromeu	Reabilitação	Protecção de comunidades, infraestruturas agrícolas e Sócio-económicas	78 500	12,00	12,00	2,5
		Mopeia	Reabilitação	Protecção de comunidades, infraestruturas agrícolas e Sócio-económicas	68 500	30,00	12,00	2,5
		Luabo	Reabilitação	Protecção de comunidades, infraestruturas agrícolas e Sócio-económicas	25 000	36,00	14,40	2,5

⁹ Foi acordado que para a fase 1 apenas seriam escolhidos para reabilitação os diques com um risco não superior ao substancial.

ARA	RIO/ BACIA	DIQUE	Reabilitação / Novo	Finalidade	População em risco (beneficiários)	Extensão total (Km)	Extensão a intervir (Km)	Altura média (m)
		Tambara	Novo	Protecção de comunidades, infraestruturas agrícolas e Sócio-económicas	28 000	1,40	1,40	2,5
		Chemba	Novo	Protecção de comunidades, infraestruturas agrícolas e Sócio-económicas	44 000	3,00	3,00	2,5
ARA Sul	Save	Nova Mambone	Novo	Protecção de comunidades, infraestruturas agrícolas e Sócio-económicas	20 000	4,10	4,10	2
	Limpopo	Xai-xai	Reabilitação	Protecção de comunidades, infraestruturas agrícolas e Sócio-económicas	120 500	74,00	14,80	4
		Chokwe	Reabilitação	Protecção de comunidades e infraestruturas agrícolas	241 000	88,00	17,60	3,5
	Incomáti	Josina Machel	Reabilitação	Protecção de comunidades, infraestruturas agrícolas e Sócio-económicas	13 000	15,00	7,50	2,5
	Total				792 500	303,80	112,10	

- **Componente 4: Protecção Social Adaptativa para Comunidades Resilientes.**

Concentrar-se-á em actividades de apoio à redução de riscos climáticos no âmbito da agenda de protecção social adaptativa (*link* entre o Instituto Nacional de Gestão e Redução de Desastres (INGD) e o Instituto Nacional de Meteorologia (INAM)).

As transferências de assistência social direccionada a famílias e comunidades pobres e vulneráveis como resposta a eventos climáticos extremos pode ajudar a construir resiliência por meio de maior segurança alimentar. As obras públicas com fins comunitários não apenas fornecem um suporte de renda para as famílias visadas, mas também podem melhorar a resiliência das comunidades, o que reduz os riscos climáticos. Finalmente, as intervenções de inclusão económica apoiam um portfólio produtivo mais resiliente ao clima e diversificado entre as famílias mais pobres, reduzindo sua vulnerabilidade.

- **Componente 5: Gestão do Projecto**

Este componente se concentrará em todos os aspectos de gestão do projecto, incluindo equipamentos e materiais, conformidade com requisitos fiduciários, aquisições e salvaguardas (ambientais e sociais), monitoria, avaliação e impacto, gestão de conhecimento e comunicação.

Ao nível nacional, as actividades serão executadas por uma Unidades de Implementação de Projecto (UIP) alojada na DNGRH.

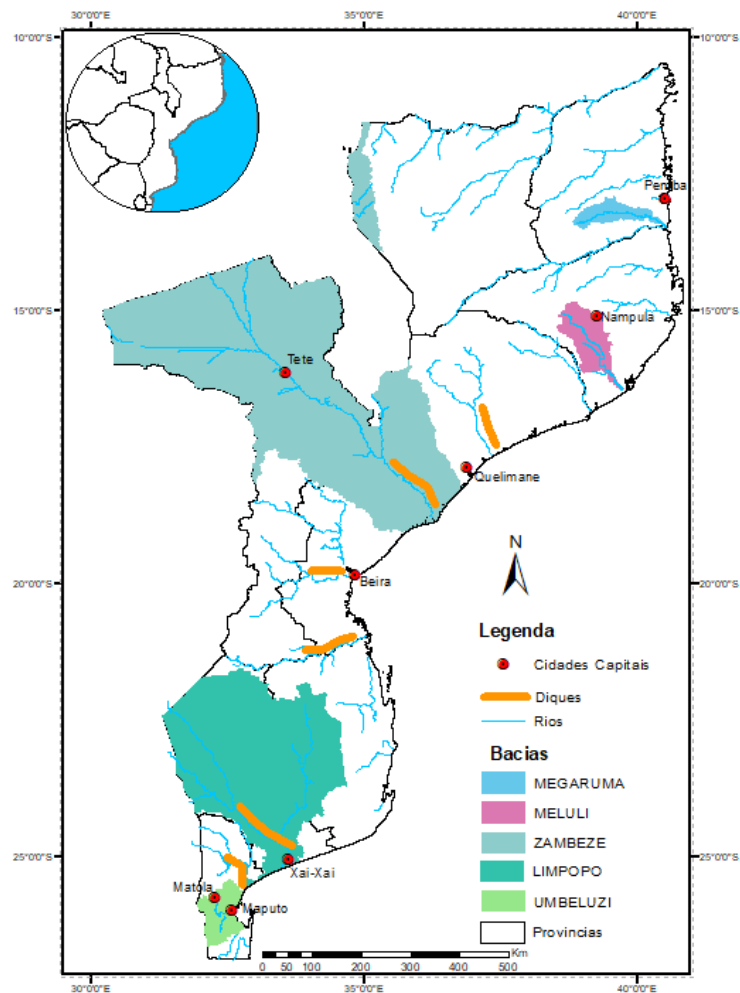


Figura 1: Localização das áreas Seleccionadas. (Fonte: Ajuda memória do Projecto, 2023)

Resultados Esperados do Projecto

- i) Aumentada a fiabilidade de abastecimento de água a cerca 2,5 milhões de habitantes na Área Metropolitana do Grande Maputo para as Cidades de Nampula e Pemba;
- ii) Melhorada a protecção de cerca de 800 mil habitantes e 52.200 hectares de terra agrícola;
- iii) Melhorada a capacidades de recolha, gestão, previsão e disseminação de informação hidroclimatológica;
- iv) Protegidas as infraestruturas socioeconómicas, públicas e privadas.
- v) Ajustado o quadro legal do sector de recursos hídricos em conformidade os eventos extremos e sustentabilidade;

1.2. Abrangência Territorial e Beneficiários

O projecto é de âmbito nacional, e irá priorizar actividades em locais seleccionados considerando a sua importância estratégica e nível de vulnerabilidade hidroclimática, nomeadamente: (i) bacia do Umbeluzi (centrado na área de Grande Maputo); (ii) Bacia do Limpopo (cidades de Xai-Xai, Chibuto, Inhambane e Maxixe), (iii) Bacia do Zambeze

(cidade da Beira), (iv) Bacia do Meluli (província de Nampula) e (v) intervenções na Bacia do Megaruma (intervenções na cidade de Pemba). O Projecto irá igualmente beneficiar algumas cidades, incluindo Matola, Maputo, Beira e Quelimane.

Em suma, o montante disponibilizado para a primeira série do projecto (SoP-1) será dedicado a: i) Actualizar os modelos de cheias das bacias hidrográficas do Limpopo (cidades/vilas de Chokwe, Xai-Xai e Guijá) e Zambeze (vilas Marromeu e Luabo) para incorporar as componentes de previsão de cheias; ii) Desenvolver mapas de inundação e avaliações de risco de inundação nas escalas da bacia hidrográfica e da cidade; iii) Estabelecer sistemas de alerta precoce e de fluxo de informações centrados nas bacias hidrográficas e nas cidades; iv) Estabelecer uma estratégia de redução de risco baseada na bacia hidrográfica e na cidade, e planos de preparação e resposta a emergências; v) Apoiar as actividades de capacitação que beneficiam as entidades do governo central e local (incluindo DNGRH, ARA Sul, ARA Norte, INGD, INAM, municípios locais e organizações de base comunitária) e vi) Experiências regionais de compartilhamento de informações para alerta precoce e gestão de risco de inundação.

1.3. Riscos e Impactos Ambientais e Sociais do Projecto

Na presente série do projecto (SoP-1) apenas estão previstas actividades de risco não superior ao substancial, que incluem a reabilitação e reforço das obras de alta prioridade para garantir a segurança das infra-estruturas existentes de gestão hídrica e de protecção contra inundações. Essas actividades podem demandar riscos e impactos adversos, que incluem a perda de vegetação ou habitats, erosão e degradação do solo, poluição do solo e das águas superficiais, emissões de poeira e ruído, impacto no uso da água, alteração do fluxo hidrológico, geração e descarte de resíduos de construção, questões de saúde e segurança ocupacional para trabalhadores contratados, bem como riscos de saúde e segurança da comunidade causados por incómodos e aumento do tráfego rodoviário. Se não forem geridos de forma adequada, a operação e manutenção das infraestruturas hidrológicas a serem financiadas no âmbito do SoP-1 podem levar a um aumento da pressão e alteração sobre o uso da água na área do projecto, alteração da paisagem devido a abertura de camaras de empréstimo e supressão da vegetação, alteração do fluxo hidrológico e deterioração da qualidade da água. As estruturas de controlo de inundações podem interromper os padrões de inundação sazonal necessários para a criação e crescimento de peixes e outros organismos aquáticos, incluindo plantas e aves aquáticas. A redução das inundações, quando em excesso, tem potencial para empobrecer a agricultura (recessão) da planície aluvial, a vegetação natural, a pesca, a vida selvagem e as populações pecuárias na planície aluvial. Durante a construção, existe também o risco de contaminação das águas superficiais e subterrâneas através de derrames de resíduos perigosos, combustíveis e lubrificantes.

A nível da aquisição de terra, restrição no uso de terra e reassentamento involuntário, se antecipa risco reduzido, pois as actividades são maioritariamente ligadas a reabilitação de infraestruturas existentes (principalmente diques e barragens) e sem extensão da área de inundação, implantação de equipamentos que demandam reduzida área (estações hidroclimáticas). Contudo, podem ocorrer conflitos sociais resultantes da ocupação inadequada de terras para estruturas auxiliares e estas podem ter um impacto pior nos mais vulneráveis, particularmente famílias chefiadas por mulheres e/ou crianças. Pode existir incómodo público e impactos na saúde, resultantes do descarte inadequado de resíduos sólidos; poluição sonora decorrente das obras de reabilitação e operação de máquinas e equipamento; aumento do risco de doenças transmitidas pela água (em locais específicos), como cólera ou malária; aumento das taxas de HIV/SIDA e outras doenças transmissíveis; possibilidade de acidentes de trabalho onde as medidas de saúde, segurança e higiene não são implementadas e acompanhadas de perto, incluindo VBG/EAS/AS. Os riscos de segurança das barragens incluem falhas na estrutura de gestão de inundação e águas de inundação superiores à capacidade das estruturas de controlo que poderiam levar a maiores riscos comunitários de saúde e segurança, bem como impactos adversos de descargas de água em excesso ou em escassez pelas barragens.

No entanto, **nenhum subprojecto com risco ambiental e social acima do substancial será financiado na SoP-1**. Ou seja, nesta fase do Projecto não será financiado nenhum subprojecto com alto risco ambiental e social.

Por outro lado, prevê-se que os impactos positivos sejam maiores que os negativos uma vez que o Projecto contribuirá para maior resiliência climática, redução e controlo de incidência de inundações, confinamento das áreas de inundação e, consequentemente, controle de doenças de base aquática e melhoria da qualidade de vida, protecção dos meios de subsistência, através da melhoria das infraestruturas de controlo de cheias, e consequente redução/minimização da destruição das áreas residenciais, agrícolas e de pastagem, esperando-se que as mesmas contribuam para a melhoria da qualidade de vida das populações, maior resiliência climática e desenvolvimento económico do país.

1.4. Propósito e objectivo do PEPI

A Norma Ambiental e Social 10 do BM informa e elaboração e implementação deste PEPI. Esta Norma exige que os mutuários engajem as partes interessadas e afectadas (PIAs) ao longo do ciclo de vida do projecto, começando esse engajamento o mais cedo possível no processo de preparação do projecto e num prazo que permita consultas significativas às PIAs sobre a concepção, desenho e implementação do projecto.

Nesta fase de concepção do projecto é importante consultar as PIAs das decisões sobre as várias intervenções previstas na SoP-1, critério de priorização e abrangência, e sobre a adequabilidade dos instrumentos ambientais e sociais do projecto em relação as suas expectativas e preocupações. Estas opiniões devem informar a concepção do projecto.

Essas informações serão usadas para adaptar o tipo de engajamento para cada tipo de PIAs ao longo da implementação do projecto. Como parte desse processo, é importante identificar os indivíduos e grupos que podem ter mais dificuldades para participar nos processos de engajamento e aqueles que podem ser afectados de forma diferenciada ou desproporcional pelo projecto devido ao seu estatuto de marginalizados ou vulneráveis.

Os objectivos deste PEPI são:

- Estabelecer uma abordagem sistemática para o engajamento das partes interessadas que apoiará o Governo de Moçambique a identificar as PIAs pelo projecto e construir e manter uma relação construtiva ao longo de todas as fases de implementação do projecto.
- Identificar as principais partes interessadas que são relevantes na implementação do projecto e/ou capazes de influenciar o projecto e suas actividades.
- Avaliar o nível de interesse e apoio das PIAs do projecto e permitir que suas opiniões sejam levadas em consideração na concepção, preparação/desenho e implementação do projecto, e incluindo nas questões relativas ao desempenho ambiental e social.
- Promover e fornecer meios para um engajamento efectivo e inclusivo com as PIAs ao longo do ciclo de vida do projecto em questões que podem potencialmente afectá-las.
- Fornecer às PIAs meios/canais acessíveis e inclusivos para apresentar reclamações e queixas e permitir que o mutuário responda e faça a gestão das tais queixas dentro dos prazos definidos no Mecanismo de Gestão de Reclamações e Queixas, e dar a possibilidade de recorrer sempre que a PIA não estiver satisfeita.
- Descrever os protocolos e canais de comunicação que o projecto usará para se comunicar com os diferentes tipos das PIAs.
- Definir funções e responsabilidades e os recursos humanos qualificados, técnicos e financeiros necessários para a implementação do PEPI.

2. LEGISLAÇÃO NACIONAL E NORMA AMBIENTAL E SOCIAL 10

O PEPI considera a legislação nacional e a Norma Ambiental e Social 10 do BM que de um modo geral os dois casos garantem o direito de expressão, reunião, acesso à informação, divulgação de participação e consulta.

2.1. Legislação Nacional

A seguir está a legislação nacional relevante para este PEPI:

- Constituição da República de Moçambique de 2004
- Regulamento de Avaliação de Impacto Ambiental - 54/2015 de 31 de Dezembro
- Directrizes Gerais para o Processo de Participação Pública no Processo de Avaliação de Impacto Ambiental – Diploma nº 130/2006 de 19 de Julho
- O Diploma Ministerial sobre a Directiva para Elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (129/2006).

A Constituição da República estabelece no seu Artigo 48 que todos os cidadãos têm direito à liberdade de expressão, liberdade de imprensa, bem como o direito à informação. Já o artigo 79 estabelece que “Todos os cidadãos têm o direito de apresentar petições, denúncias e queixas à autoridade competente para exigir o restabelecimento de seus direitos violados em defesa do interesse geral.”

A legislação ambiental também preconiza o engajamento das PIAs desde as fases iniciais da concepção do projecto, tanto na componente da avaliação dos impactos sociais e ambientais, quer em questões relacionadas com direito ao uso da terra. O Artigo 15 do Decreto 54/2015 de 31 de Dezembro - Regulamento Sobre o Processo de Avaliação de Impacto Ambiental, estabelece que o processo de participação pública (auscultação e consulta pública) constitui uma actividade obrigatória para todos os projectos categorizados como A +, A ou B. O Diploma Ministerial sobre a Directiva para Elaboração de Estudos de Impacto Ambiental (129/2006) e a Directiva Geral de Participação Pública (Diploma 130/2006) definem quando e como o processo de consulta pública deve ser conduzido, incluindo os requisitos para a divulgação da documentação para consulta. A divulgação da consulta em jornais de maior circulação, rádios locais e outros meios é encorajada para garantir maior participação das PIAs nas consultas. O processo de consulta pública implica a disponibilização de informações claras a todas as partes afectadas pelo projecto com antecedência mínima de 15 dias, no sentido de permitir que os participantes levantem questões de interesse para investigação. Após a realização da consulta pública, o proponente deverá manter os canais de consulta abertos por mais 15, para permitir que as PIAs ainda possam levantar questões sobre o projecto. Um relatório de consulta pública incluindo todas as questões levantadas pelas PIAs deverá ser lavrado e anexo ao instrumento em causa.

Os requisitos estabelecidos neste conjunto de instrumentos legais deverão ser seguidos no processo de engajamento das PIAs, principalmente no que tange a realização das consultas públicas durante a elaboração de instrumentos específicos de gestão ambiental e social dos subprojectos.

2.2. NAS 10 do Banco Mundial

A NAS 10 do BM estabelece que o mutuário deverá engajar as PIAs como parte integrante do processo da avaliação ambiental e social do projecto durante todo o seu ciclo. A natureza, escopo e a frequência do engajamento das PIAs devem ser proporcionais à natureza e escala do Projecto. As consultas com as PIAs devem ser significativas e baseadas na identificação e análise das partes interessadas e afectadas, planos sobre como envolvê-las, divulgação de informações, consultas, bem como respostas às suas queixas e inquietações.

3. ACTIVIDADES PRÉVIAS DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

3.1. Fase de Concepção e Avaliação do Projecto

Durante a fase de concepção e avaliação do Projecto em que também se fez a preparação dos instrumentos genéricos de salvaguardas (PCAS, SEPI, QGAS e QPR¹⁰) iniciou-se o processo de engajamento das PIAs a nível do Projecto, através de um processo compreendeu:

- Reuniões técnicas
- Disponibilização pública do sumário dos documentos para consulta e comentário nos escritórios da DGNRH e cada Administração Regional de Água (ARA) (divulgado por meio do jornal de maior aderência)
- Divulgação dos instrumentos genéricos de salvaguardas nas páginas de internet do DGRNH e do Banco Mundial.
- Realização de reuniões públicas realizadas nas datas que se seguem.

Local, data, e número de participantes

Região	Cidade	Data	Número de participantes		
			Total	Homens	Mulheres
Âmbito Central	Província de Maputo	08 de Fevereiro de 2023	33	27	6
	Cidade de Maputo	22 de Fevereiro de 2023	90	70	20
Centro	Beira	10 de Março de 2023	26	20	6
Norte	Nampula	27 de Fevereiro de 2023	56	49	7
Total dos consultados			205	166	39

3.1.1. Reuniões técnicas

Como parte da preparação do projecto foram realizados diversos encontros técnicos, em Janeiro e Fevereiro de 2023 de discussão para definir com clareza a natureza de intervenções do projecto durante a primeira fase, ou seja, a SoP-1. Estas reuniões visaram essencialmente representantes e quadro técnicos do Banco Mundial e de entidades públicas tanto ao nível central, bem como ao nível regional e provincial. As entidades abrangidas são aquelas ligadas ao sector de recursos hídricos, designadamente, a Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, as Administrações Regionais de Água, entre outras.

Em resultado destas reuniões técnicas, foram priorizadas as principais actividades a serem implementadas na SoP-1, incluindo a reabilitação de diques diversos, a barragem de Corumana (spillway) e estações meteorológicas diversas. Como resultado destas reuniões foram priorizadas respectivas intervenções da SoP-1. Dados das reuniões técnicas são apresentados no [Anexo 1](#).

3.1.2. Reuniões de consulta pública

As reuniões foram realizadas com o objectivo geral de realizar um levantamento das preocupações, dúvidas, comentários e sugestões das Partes Afectadas e Interessadas (PAIs) em relação ao Projecto, para serem consideradas nos instrumentos genéricos de salvaguarda por forma a minimizar riscos e impactos sociais e ambientais adversos e maximizar os benefícios e impactos positivos.

¹⁰ Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS), Plano de Engajamento de Partes Interessadas e Afectadas (PEPI), Quadro de Políticas de Gestão Ambiental e Social (QGAS) e Quadro de Políticas de Reassentamento (QPR).

Objectivos específicos da consulta pública foram:

- Informar as PAIs sobre o projecto e os impactos que podem causar, além de ajudar a identificar impactos, fontes de vulnerabilidade, famílias e grupos que provavelmente serão afectados e medidas apropriadas para lidar adequadamente;
- Recolher e dar respostas a questões, comentários e sugestões sobre o Projecto, para consideração, conforme aplicável, nos instrumentos de salvaguarda ambientais e sociais;

O [Anexo 2](#) apresenta o relatório das consultas realizadas, incluindo as notas das questões discutidas, bem como a lista de participantes e fotografias. O [Anexo 3](#) apresenta anúncios de jornal e cartas direccionadas a convidar para as reuniões públicas a decorrer nas capitais das regiões Sul, Centro e Norte do país (Cidade e província de Maputo, Cidade da Beira e Nampula respectivamente).

A escolha destes locais deveu-se ao facto de se desejar ter noção do tipo de preocupações e expectativas que as PAIs das diferentes regiões do país têm visto que cada região tem os seus desafios particulares. Foram disponibilizadas facilidades para a logística de deslocação de participantes chave de diferentes pontos no seio da região para o local da reunião.

Adicionalmente, disponibilizou-se o resumo dos resultados dos documentos para consulta e comentário nos escritórios de cada Administração Regional de Água (ARA). Por outro lado, os referidos instrumentos ficarão disponíveis nas páginas de internet do DGRNH e do Banco Mundial.

A **primeira consulta pública** foi realizada a 08 de Fevereiro de 2023, na Província de Maputo, distrito de Marracuene, posto administrativo da **Macaneta**. A consulta contou com participação de um total de 33 participantes com maior destaque para os técnicos governamentais ligados a gestão de recursos hídricos.

Nesta reunião o consultor apresentou os instrumentos genéricos de salvaguarda ambiental e social em preparação, de onde surgiram algumas questões, sugestões e recomendações para o processo de planificação do projecto. As principais preocupações das partes interessadas consultadas estavam relacionadas em perceber o projecto, seu processo de planificação e implementação, bem como os riscos e estratégias de mitigação.

Das principais sugestões e recomendações o destaque vai para: I) A criação de uma plataforma online para a divulgação das várias actividades ligadas ao projecto; II) Envolvimento dos Comitês de Bacias de cada região no mapeamento das partes interessadas e afectadas. Os comitês dispõem de uma lista de instituições que interagem na gestão e uso dos recursos hídricos. III) Inclusão e o envolvimento de chefes de posto, régulos, rádios comunitárias e Organizações Comunitárias de Base (OCBs) no processo de consulta mais localizado, principalmente do reassentamento.

Após o fim da consulta pública não foram apresentadas questões que influenciassem alteração significativa da planificação do projecto e seus instrumentos de gestão ambiental. Dados gerais da Consulta Pública da Macaneta são apresentados no [Anexo 2.1a](#).

A **segunda reunião consulta pública** teve lugar na **Cidade de Maputo, capital da Região Sul** do país, na Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH), realizada a 22 de Fevereiro de 2023, contou com 90 participantes, com destaque para a comunidade do distrito da Manhica e técnicos governamentais ligados a gestão de recursos hídricos.

As principais preocupações das partes interessadas consultadas estavam relacionadas com as recentes inundações causadas pelos impactos das chuvas fortes nas bacias do Incomati e descargas das comportas das barragens a nível da África do Sul, Eswatini e Moçambique.

Os participantes que foram afectados pelos choques climáticos a nível da região sul do país, nas suas principais intervenções, fizeram exposição da sua indignação (através da ficha de comentários e partilhado pelo email) pelo facto da Bacia do Incomati não estar incluída no projecto, devido as inundações que devastaram toda a região do

baixo Incomáti inundado cerca de 30.000 ha de culturas alimentares e cana-de-açúcar, deixando milhares de camponeses das Associações e Cooperativas, alguns sem tectos e sem o que comer, diques que protegem mais de 10.000 ha de culturas alimentares e comerciais, foram destruídos e outras completamente inundadas. Mesmo quando os prejuízos causados pela situação actual serem muito devastadores e serem de domínio público, a Bacia do Incomáti não foi incluído no projecto, gerando uma certa revolta por parte da comunidade.

Os participantes por sua vez deixaram ficar algumas recomendações e sugestões com destaque para: I) A inclusão de intervenções a serem implementadas pelo projecto na Bacia Hidrográfica do Incomáti, e a reabilitação de estradas no Programa Regional de Resiliência Climáticas; II) Criação de uma plataforma online alimentada com dados locais onde os agricultores e a comunidade possam recorrer para ter informações meteorológicas e com sistemas de alerta de emergência de calamidades, III) Priorizar e ter em conta a necessidade de pessoas vulneráveis nas diferentes fases de planificação do projecto, incluindo a necessidade de adoptar as infra-estruturas às pessoas com deficiência por forma a garantir uma locomoção segura e independente; programas de resgate de pessoas com deficiência nas emergências resultantes de desastres; localizar as residências dos deficientes mais próximo à serviços e da rede de transporte nas áreas hospedeiras de reassentamento; IV) A necessidade do projecto incluir a reformulação dos custos do fornecimento da água, por forma a melhorar a qualidade do fornecimento de água aplicando custos baixos de remuneração.

Foram apresentadas recomendações que influenciam a alteração de prioridades na planificação do projecto (que foram encaminhadas para análise da DNGRH), bem como a considerar nos instrumentos de gestão ambiental em preparação, os quais foram devidamente integrados através de revisões pontuais aos documentos por forma a acomodar as recomendações das partes interessadas e afectadas pelo Projecto. Dados gerais da Consulta Pública de Maputo Cidade são apresentados no [Anexo 2.2a](#).

A **terceira reunião** decorreu a 27 de Fevereiro de 2023 na Cidade de Nampula, e contou com 56 participantes, com destaque para académicos da Universidade Lúrio, técnicos governamentais ligados a gestão de recursos hídricos, nomeadamente o INDGD e a ARA NORTE IP, e o SDPI.

As principais preocupações das partes interessadas consultadas estão relacionadas com o processo de reassentamento das comunidades afectadas. Os participantes alegaram que em muitos casos as comunidades não se dão por satisfeitas por receber as suas compensações em valores monetários, pois muitas delas não conseguem restabelecer padrão anterior de vida, a outra questão está ligada ao facto da província de Nampula ter altos índices de poligamia, onde um chefe de família tem mais de três residências no mesmo espaço. Estas junções de indicadores chamam atenção para a necessidade de um cumprimento rigoroso do componente património cultural, na elaboração dos instrumentos ambientais.

Os participantes por sua vez deixaram ficar algumas recomendações e sugestões com destaque para: I) A necessidade das áreas onde as comunidades são retiradas para dar lugar à construção de infra-estruturas sejam ocupadas num curto espaço de tempo, a fim de evitar que as comunidades regressem aos mesmos espaços, II) No âmbito das compensações das comunidades afectadas, recomenda-se que os locais alternativos sejam seguros e com terras aráveis para a prática da agricultura, e que seja dado um valor monetário para a comprar de insumos agrícolas as comunidades afectadas; III) As especificidades de cada região devem ser cuidadosamente mapeadas, bem como de outros grandes projectos, a fim de evitar a repetição dos mesmos erros na implementação do processo de reinstalação e compensações das comunidades afectadas pelo projecto; IV) A inclusão do Código de Conduta na fase de contratação da mão-de-obra; V) A necessidade de incluir as PIAS em todas as fases do projecto; VI) Antes da fase de construção, as empresas contractadas e subcontratadas para a execução das obras devem se apresentar as estruturas locais (governos provinciais e distritais) para melhor planificação e integração das PIAS.

Foram apresentadas recomendações que influenciam a alteração de prioridades na planificação do projecto (que foram encaminhadas para análise da DNGRH), bem como a considerar nos instrumentos de gestão ambiental em preparação, os quais foram devidamente integrados através de revisões pontuais aos documentos por forma a acomodar as recomendações das partes interessadas e afectadas pelo Projecto. Dados gerais da Consulta Pública de Nampula são apresentados no [Anexo 2.3a](#).

A **quarta e última reunião** decorreu na província de Sofala, cidade da Beira. De referir que a consulta estava planificada para o 24 Fevereiro, mas devido a passagem do ciclone Freddy, só foi possível a sua realização no dia 10 de Março de 2023. A reunião contou com 26 participantes, com destaque para académicos da Universidade Unilicungo, técnicos governamentais ligados a gestão de recursos hídricos e desastres (nomeadamente o INDGD, ARA Centro IP e o DNGRH).

Em geral, as preocupações das partes interessadas consultadas estavam relacionadas em perceber o Projecto e o seu processo de planificação e implementação. Foram também apresentadas questões ligadas ao âmbito social do projecto, nomeadamente a inclusão das pessoas com deficiência, afirmando que esta camada tem sido a mais afectada pelas mudanças climáticas, e diante desta realidade, questionaram quais acções serão realizadas pelo projecto para a inclusão das pessoas vulneráveis, incluindo deficientes na implementação do projecto.

Foram também dadas recomendações e sugestões para enriquecer o desenho do projecto, com destaque para: I) a necessidade do projecto ser desenvolvido de forma multisectorial e inclusão das comunidades afectadas no âmbito da planificação e implementação. II) a necessidade de se fazer uma comparação com os cenários anteriores de projectos implementados na área e conjugar com os actuais para melhor execução dos projectos, garantindo a continuidade de impactos positivos de projectos anteriores e estudar como minimizar os impactos adversos. III) a necessidade de garantir que o projecto seja implementado dentro dos critérios previstos nos documentos de salvaguardas ambientais e sociais desenhados, pois muitas vezes o apresentado nas consultas publicas falha no processo de execução; IV) a inclusão de pessoas com deficiência no processo de auscultação entender que os deficientes; V) o envolvimento das entidades locais em todas as fases do projecto; VI) a necessidade de gerir as questões de ordenamento territorial para acautelar o uso de terras para as questões do projecto.

Mais consultas serão feitas durante a elaboração dos instrumentos específicos de gestão ambiental e social dos subprojectos, assim como ao longo do ciclo do projecto, a fim de permitir que as opiniões das partes interessadas sejam continuamente levadas em consideração.

4. IDENTIFICAÇÃO DAS PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

4.1. Identificação e Análise de Partes Interessadas e Afectadas

Toda a população nas áreas abrangidas pelo projecto é parte interessada importante, devido a necessidade diária dos serviços de recursos hídricos para usos agrícolas, saneamento, indústria e ambiente. Todo o engajamento deve prosseguir com base em métodos local e culturalmente aceitáveis e apropriados para cada um dos diferentes indivíduos e grupos de PIAs visadas. Tal vai requerer a identificação de pessoas dentro dos grupos que actuam como representantes legítimos de seus respectivos grupos de partes interessadas. A legitimidade dos representantes da comunidade, em situações que não existe uma nomeação formal, pode ser verificada conversando informalmente com uma amostra aleatória de membros da comunidade e observando suas opiniões sobre quem pode estar representando seus interesses da maneira mais eficaz.

Com base nas actividades propostas na SoP1, as PIAs do projecto proposto podem ser divididas nas seguintes categorias principais:

- **Partes Afectadas** - pessoas, grupos e outras entidades dentro da Área de Influência do Projecto (AIP) que são directamente influenciadas (real ou potencialmente) pelo projecto e/ou foram identificadas como mais susceptíveis à mudança associada ao projecto, e que precisam estar intimamente envolvidas na identificação de impactos e sua importância, bem como na tomada de decisões sobre medidas de mitigação e de gestão;
- **Outras Partes Interessadas** - indivíduos/grupos/entidades que podem não sofrer impactos directos do Projecto, mas que consideram ou percebem seus interesses como a ser afectados pelo projecto e/ou que podem afectar o projecto e o processo de sua implementação de alguma forma; e

- **Grupos Vulneráveis** - pessoas que podem ser desproporcionalmente impactadas ou ainda mais prejudicadas pelo(s) projecto(s) em comparação com quaisquer outros grupos devido ao seu estatuto de vulnerabilidade¹¹, e que podem exigir esforços especiais de engajamento para garantir a sua representação igual na consulta e nos processos de tomada de decisões associados ao projecto.

Deste modo, constituem PIAs no Projecto, todas as pessoas e grupos de pessoas com interesse no projecto e/ou com capacidade para influenciar os resultados do projecto, instituições, organizações que são directa ou indirectamente afectadas pela intervenção que irá ocorrer no âmbito da implementação do Projecto.

No presente projecto, a identificação das PIAs relevantes foi realizada com base nos componentes e as intervenções propostas para a SoP-1, conforme a – [Tabela 1](#).

¹¹ O status de vulnerabilidade pode resultar da raça de um indivíduo ou grupo, origem nacional, étnica ou social, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra, propriedade, idade, cultura, alfabetização, doença, deficiência física ou mental, pobreza ou desvantagem económica, ou dependência de recursos naturais únicos.

Tabela 1: Partes Interessadas e Afectadas divididas por Categoria em cada Componente¹²

Componente	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
Componente 1. Risco climático e financiamento	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério das Obras Públicas, Habitação, e Recursos Hídricos (MOPHRH) - Ministério de Economia e Finanças (MEF) - Ministério de Transportes e Comunicações (MTC) - Ministério de Terra e Ambiente (MTA) - Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH) - Administrações Regionais de Águas (ARAs, IP) - Instituto Nacional de Gestão e Redução de Desastres (INGD) - Comitês de bacias Hidrográficas - Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS) - Administração de Infraestruturas de Água e Saneamento (AIAS) - Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) - Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) - Governos Provinciais abrangidos - Secretarias do Estado abrangidos - Direcções Provinciais de Obras Públicas (DPOPHRH) - Serviços Provinciais de Infraestruturas (SPIE) - Média - Banco Mundial -- Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais com interesse nas áreas de Recursos Hídricos, 	<ul style="list-style-type: none"> - Comitês de Bacias - Governos provinciais abrangidos - Governos Distritais abrangidos - Governos municipais abrangidos - Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas abrangidos - Lideranças comunitárias nas zonas rurais abrangidas - Habitantes de vilas e pequenas cidades - Habitantes das zonas rurais - Operadores, empresas e negócios formais do sector de água - Operadores, empresas e negócios informais do sector de água - Associações de utentes de águas; - Instituições públicas, instituições académicas; centros de saúde e escolas beneficiárias do projecto; - Comitês locais de Gestão e Redução de Riscos de Desastres; - Proprietários das áreas que serão afectadas pelo projecto, nomeadamente, (i) pessoas afectadas temporária ou permanentemente (deslocamento físico e económico) pelas actividades de reordenamento do projecto, ocupação de terras; 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) - Pessoas que sofrem de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria - Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado - Pessoas portadoras de doenças crónica - Pessoas da Terceira Idade (AMAI- Associação Moçambicana de Apoio ao Idoso; Associação Moçambicana Amigo do Idoso- AMATI, etc)

¹² As actividades para cada componente estão melhor descritas na secção 1.1

Componente	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
Componente 2. Investimentos em infraestrutura para resiliência climática	Ministério das Obras Públicas, Habitação, e Recursos Hídricos (MOPHRH) - Ministério de Economia e Finanças (MEF) - Ministério de Transportes e Comunicações (MTC) - Ministério de Terra e Ambiente (MTA) - Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH) - Administrações Regionais de Águas (ARAs, IP) - Instituto Nacional de Gestão e Redução de Desastres (INGD) - Média - Banco Mundial	- Pequenos Agriculturas	- Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar (Fórum Mulher, Women and Law in Southern Africa- WLSA; Associação Mulher, Lei e Desenvolvimento-MULEIDE; Movimento Moçambicano de Mulheres Rurais- MMMR;) - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) - Fórum da Associações Moçambicanas de Pessoas com Deficiência- FAMOD - Pessoas que sofrem de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria - Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado - Pessoas portadoras de doenças crónica - Pessoas idosas
Componente 3. Gestão de activos de resiliência climática	- Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) - Ministério das Obras Públicas, Habitação, e Recursos Hídricos (MOPHRH) - Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS) - Administração de Infraestruturas de Água e Saneamento (AIAS) - Autoridade Reguladora de Águas (AURA) - Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH)	- Governos provinciais abrangidos - Governos Distritais abrangidos - Governos municipais abrangidos - Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) - Agricultores - Comitês comunitários de gestão de água - Agentes de Gestão de sistemas de abastecimento de água - Autoridade Reguladora de Águas (AURA)- Nacional e Provinciais - Vereação de Infraestruturas Água e Saneamento - Operadores, empresas e negócios formais do sector de água	

Componente	Partes Interessadas pelo Projecto	Partes Afectadas pelo Projecto	Grupos Vulneráveis
	<ul style="list-style-type: none"> - Fundo de Investimento e Património do Abastecimento de Água (FIPAG) - ARAs,IP - Instituto Nacional de Acção Social (INAS) - Direcções Provinciais de Obras Públicas (DPOPs) - Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas dos distritos abrangidos 	<ul style="list-style-type: none"> - Operadores, empresas e negócios informais do sector de água; - Operadores informais do sector de água - Governos Distritais das províncias de Nampula e Zambézia onde o projecto será implementado 	
Componente 4. Protecção social adaptativa para comunidades resilientes e infraestrutura	<ul style="list-style-type: none"> - Governo de Moçambique - Banco Mundial - Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) - Pessoas que sofrem de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria - Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado - Pessoas portadoras de doenças crónica - Pessoas idosas 	<ul style="list-style-type: none"> - Ministério das Obras Públicas, Habitação, e Recursos Hídricos (MOPHRH) - Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos (DNGRH) - Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento (DNAAS) - Instituto Nacional de Acção Social (INAS) - Instituto Nacional de Gestão e Redução de Desastres (INGD) - Administração de Infraestruturas de Água e Saneamento (AIAS) 	<ul style="list-style-type: none"> - Grupos de Mulheres e raparigas e Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar - Pessoas desempregadas e pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza (ver acima as organizações representativas destes grupos) - Pessoas portadoras de deficiência (visual, física, mental) - ver acima a lista de organizações representativas - Pessoas que sofrem de doenças provocadas pelo consumo de água imprópria - Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado- INGD em representação das pessoas deslocadas, poderá ser também convidado às reflexões - Pessoas portadoras de doenças crónica - Pessoas idosas

4.2. Indivíduos e grupos marginalizados / Vulneráveis

A vulnerabilidade decorre da origem da pessoa, sexo, idade, condição de saúde, situação económica e situação financeira, situação de desvantagem na comunidade (por exemplo, minorias ou grupos marginais) ou dependência de outros indivíduos e / ou do estado. O engajamento com grupos e indivíduos vulneráveis frequentemente requer a aplicação de medidas específicas e assistência visando a facilitação de sua participação na tomada de decisão relacionada ao projecto, de modo que sua consciência e contribuição para o processo geral sejam proporcionais às de outras partes interessadas. Neste projecto, os grupos vulneráveis ou desfavorecidos a incluir, se resumem nos seguintes:

- **Mulheres e mulheres chefe de agregados familiares** - As mulheres podem ser afectadas, por um lado, pela destruição das áreas agrícolas e infraestruturas relacionadas com abastecimento de água, uma vez estarem profundamente envolvidas na produção agrícola para subsistência. Por outro lado, como principal cuidadora do agregado familiar e em conjunção com sua função e/ou necessidades de saúde reprodutiva, as mulheres têm necessidades específicas na agricultura, gestão da água, bem como no acesso à saúde. Contudo, as mulheres são tradicionalmente excluídas dos processos de tomada de decisão, devido às estruturas socioculturais e políticas patriarcais e patrilineares. Em relação a mulheres chefes de família podem estar em risco de verem agravada a sua vulnerabilidade uma vez que sobre elas recaí toda a responsabilidade pelo sustento e segurança do agregado familiar
- **Crianças e crianças chefes de família** - As crianças são frequentemente afectadas de forma prejudicial em situações expropriação de terra, recursos produtivos, formas informais de sustento. Famílias chefiadas por crianças enfrentam vulnerabilidades devido não só a falta de canais através dos quais possam ser ouvidas, exclusão, violência psicológica e as vezes física, ficando seus interesses aquém de serem assegurados.
- **Idosos e idosos chefes de agregados familiares** – Os agregados familiares são constituídos de formas diferenciadas e muitos acomodam ou possuem pessoas idosas chefes de agregado familiar. Estes idosos geralmente são dependentes de membros do agregado familiar ou de sistemas de inter-ajuda ao nível familiar ou comunitário. Agregados chefiados por pessoas idosas constituem agregados vulneráveis por diversos factores. Estes podem requerer assistência para poderem ser engajados durante a implementação do Projecto.
- **Pessoas portadoras de deficiência** - A implementação do Projecto pode constituir constrangimento à participação de pessoas portadoras de deficiência. Pessoas com deficiência podem enfrentar dificuldades em participar de actividades ligadas ao Projecto nomeadamente em aceder fisicamente ao processo de sensibilização, de auscultação e consultas públicas e outros mecanismos para tomada de decisão;
- **Pessoas vivendo com doença crónica** – Estas são particularmente vulneráveis a situações de mudanças estruturais onde as redes estabelecidas para sua sobrevivência são colocadas em risco, como por exemplo, a expropriação de terra e consequente reassentamento ou a interrupção de formas de subsistência e corte nas redes sociais pode levar ao risco de interrupções em seus tratamentos e consequente risco no acesso a medicação e cuidados de saúde. Estes factores podem dificultar o seu engajamento e consequente acomodação dos interesses deste grupo no Projecto.
- **Deslocados internos de guerra de Cabo Delgado** - A grande maioria dos residentes nas zonas rurais, vilas e pequenas cidades, mais concretamente nas áreas identificadas para implementação do projecto, são de origem local. Contudo devido a mobilidade que caracteriza o país nos últimos anos devido a vários factores sociais económicos e políticos, podem existir grupos de pessoas deslocadas de Cabo Delgado residindo na área de impacto directo do projecto, ou vindas de outras partes do país, que podem ser excluídos de forma estrutural no processo de tomada de decisão e para selecção de beneficiários. Este aspecto deverá ser avaliado durante a Avaliação de Impacto Ambiental e Social (AIAS) incluindo identificação de outras formas de engajamento.

4.3. Identificação das necessidades e métodos de engajamento das PIAs do projecto

A Tabela 3 apresenta as necessidades das PIAs e os métodos a serem usados nas actividades de engajamento para as consultas e disseminação de informações. Os métodos variam de acordo com as características e necessidades das PIAs e serão adaptados de acordo com as circunstâncias relacionadas à situação de calamidades causada pela

COVID-19. A tabela 2 apresenta as necessidades potenciais das PIAs e será actualizada durante as discussões no nível dos subprojectos. A matriz de necessidades das PIAs é baseada nos seguintes conceitos / aspectos:

- Partes Interessadas alvo – refere-se a um grupo ou categoria de partes interessadas relevantes para o projecto. Este agrupamento pode ser baseado em seus interesses, características, posição, etc.
- Características principais – refere-se às características das partes interessadas que são específicas para essa categoria e devem ser levadas em consideração durante o engajamento;
- Necessidades linguísticas – identificação dos requisitos linguísticos para divulgação de informações e consulta das diferentes categorias de Stakeholders de forma a permitir a sua participação activa no processo.
- Meios de notificação – refere-se aos meios para notificar diferentes categorias de partes interessadas para divulgação ou consulta de informações, permitindo-lhes fornecer *feedback*.
- Necessidades específicas – refere-se a condições que devem ser criadas ou alocadas para permitir que as PIAs estejam disponíveis para participar nas consultas.
- Posição em relação ao projecto – estabelecer se determinada categoria de partes interessadas actua em apoio, oposição ou neutralidade em relação ao projecto.
- Nível de influência – pode ser definido como: i) *alto* - quando as partes interessadas podem mudar o curso de acção e influenciar o resultado; ii) *médio* - se as partes interessadas podem mudar o curso da acção, mas não podem influenciar a mudança do resultado; iii) *Baixo* - se a parte interessada não pode mudar o curso da acção e não pode influenciar o resultado.

Conforme foi referido, o PEPI não é estanque, mas sim documento em construção com vista a acomodar novas categorias de PIAs e suas necessidades específicas à medida que forem surgindo, sendo deste modo continuamente refinado e adoptada nova estratégia conforme a implementação do Projecto for sendo realizada.

Tabela 2: Necessidades das Partes Interessadas e Afectadas pelo Projecto

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características - chave	Necessidades linguísticas	Meios de notificação preferidos (telefone, Televisão, rádio, carta, comunicação directa)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças)	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro)	Nível de influência (baixo, médio, alto)	Abordagem apropriada de engajamento
Habitats de zonas rurais	Parte afectada	Português, Changana, Xitswa, Ndau, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabu, Cinyanja, Cisena	Telefone, Televisão, rádio, lideranças locais	I Transporte para os locais de consulta, Necessidade de tradutor na língua local	Suporte	Médio	Consultas públicas, GFD, encontros individuais (onde seja aplicável), Encontros de advocacia e de coordenação
Habitantes dos Municípios, das vilas e pequenas cidades	Parte afetada	Português, Changana, Xitswa, Ndau, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabu, Cinyanja, Cisena	Material de informação elucidativo, Televisão, rádio; Jornal, lideranças locais	Necessidade de tradutor na língua local	Suporte	Médio	Consultas públicas, Encontros de advocacia e de coordenação
Trabalhadores do Projecto	Parte afectada	Português	Carta, e-mail, vitrine nos escritórios, encontros	Não aplicável	Suporte	Alto	Encontros de coordenação
Trabalhadores Comunitários do Projecto	Parte Afectada	Português, Changana, Xitswa, Ndau, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabu, Cinyanja, Cisena	Português, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabu, Cinyanja e Cisena	Necessidade de tradutor na língua local	Suporte	Alto	Encontros de coordenação
Empresas e negócios do sector de água	Parte interessada	Português	Cartas, email e material de informação	Não aplicável	Suporte	Baixo	Consultas públicas; Encontros individuais
Trabalhadores das empresas do sector de água	Parte interessada	Português	Cartas, email e material de informação	Não aplicável	Suporte	Baixo	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características - chave	Necessidades linguísticas	Meios de notificação preferidos (telefone, Televisão, rádio, carta, comunicação directa)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças)	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro)	Nível de influência (baixo, médio, alto)	Abordagem apropriada de engajamento
Operadores/Utentes informais do sector de água	Parte interessada	Português, Changana, Xitswa, Ndau, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabu, Cinyanja, Cisena	Material de informação elucidativo, Televisão, rádio; Jornal, lideranças locais	Não aplicável	Suporte	Baixo	Encontros de advocacia e de coordenação, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Empresas de construção locais	Partes interessadas	Português	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Médio	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão
Trabalhadores de empresas de construção	Parte interessada	Português	Cartas, email e material de informação	Escolher horários de engajamento que possam estar disponíveis	Suporte	Baixo	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão
Grupos de mulheres e raparigas e	Grupos vulneráveis	Português, Changana, Xitswa, Ndau, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabu, Cinyanja, Cisena	Cartas, material de informação elucidativo, Televisão, rádio	Reuniões diurnas, transporte para os locais das reuniões caso seja distante, horários apropriados que facilitem a sua participação, cuidados dos menores que acompanham as mães caso haja necessidade, tradução nas línguas locais. Garantir a representatividade em encontros e pesquisas.	Suporte	Baixo	Encontros de advocacia e de coordenação; reuniões individuais. Grupos focais de discussão, inquéritos dirigidos; identificar e consultar ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres de grupos minoritários

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características - chave	Necessidades linguísticas	Meios de notificação preferidos (telefone, Televisão, rádio, carta, comunicação directa)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças)	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro)	Nível de influência (baixo, médio, alto)	Abordagem apropriada de engajamento
Mulheres que sejam responsáveis pelo agregado familiar	Grupos vulneráveis	Português, Changana, Xitswa, Ndau, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabu, Cinyanja, Cisena, Echuwabu, Cinyanja e Cisena	Cartas, material de informação elucidativo, Televisão, rádio	Reuniões diurnas, transporte para os locais das reuniões caso seja distante; horários apropriados que facilitam a sua participação, cuidados dos menores que acompanham as mães caso haja necessidade, tradução nas línguas locais. Garantir a representatividade em encontros e pesquisas.	Suporte	Baixo	Encontros de advocacia e de coordenação; reuniões individuais. Grupos focais de discussão, inquéritos dirigidos. identificar e consultar ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres de grupos minoritários
Pessoas portadoras de deficiência	Grupos vulneráveis	Português, Changana, Xitswa, Ndau, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabu, Cinyanja, Cisena	Encontros comunitários, rádio e social media	Garantir que haja acessos especiais, grupos focais de discussão e reuniões comunitárias; disponibilidade de transporte	Suporte	Baixo	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Pessoas portadoras de doenças crónicas	Grupos vulneráveis	Português, Changana, Xitswa, Ndau, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabu, Cinyanja, Cisena	Encontros comunitários, rádio e social media	Garantir que haja acessos especiais, grupos focais de discussão e reuniões comunitárias; disponibilidade de transporte, tradução nas línguas locais	Suporte	Baixo	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características - chave	Necessidades linguísticas	Meios de notificação preferidos (telefone, Televisão, rádio, carta, comunicação directa)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças)	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro)	Nível de influência (baixo, médio, alto)	Abordagem apropriada de engajamento
Pessoas deslocadas internamente devido à instabilidade na província de Cabo Delgado	Grupos vulneráveis	Português, Kimwani, Shimakonde, Ciyaawo e Emakhuwa	Encontros comunitários, rádio e social media	Reuniões de grupos focais de discussão com pessoas deslocadas, tradução nas línguas locais	Suporte	Baixo	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Direcções Provinciais de Obras Públicas Habitação e Recursos Hídricos	Parte interessada	Português	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Alto	Consultas públicas; reuniões individuais
Proprietários das áreas que serão afectadas pelo projecto - pessoas afectadas temporária ou permanentemente (deslocamento físico e económico) ; pessoas que obtêm seu sustento e sustento da propriedade comum, recursos naturais e têm acesso restrito a eles devido às actividades do projecto.	Parte Afectada	Inglês, português, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabu, Cinyanja e Cisena	Material de informação elucidativo, Televisão, rádio, lideranças e autoridades locais, jornais locais, Notificações dirigidas	Necessidade de tradutor na língua local	oposição	médio	Consultas públicas, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Serviços Distritais de Infraestruturas /Vereação de Infraestruturas Água e Saneamento	Parte influenciadora	Português	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Alto	Consultas públicas; ; reuniões individuais

Grupos de Partes Interessadas e Afectadas	Características - chave	Necessidades linguísticas	Meios de notificação preferidos (telefone, Televisão, rádio, carta, comunicação directa)	Necessidades específicas (assistência no acesso, cuidados diários, cuidado de crianças)	Posição em relação ao projecto (Suporte, oposição, neutro)	Nível de influência (baixo, médio, alto)	Abordagem apropriada de engajamento
Organizações Não Governamentais nacionais e internacionais, Organizações de Base comunitária	Parte influenciadora / apoio técnico	Inglês, Português, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabu, Cinyanja e Cisena	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Médio	Consultas públicas; encontros de advocacia; reuniões individuais
Autoridades governamentais das diferentes áreas (obras públicas, saúde, educação, etc.)	Partes interessadas e influenciadoras	Português	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Alto	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Associações locais	Partes afectadas	Português, Emakhuwa, Ekoti, Elomwe, Echuwabu, Cinyanja e Cisena	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Médio	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão
Instituições públicas, Académicas e centros de saúde	Partes afectadas	Português	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Médio	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão; reuniões individuais
Média	Partes interessadas e influenciadoras	Português	Encontros de coordenação, cartas, email, material de informação	Não aplicável	Suporte	Médio	Reuniões de coordenação e advocacia, grupos focais de discussão

5. PROGRAMA DE ENGAJAMENTO DE PARTES INTERESSADAS E AFECTADAS

5.1. Princípios e abordagem metodológica

A fim de atender às abordagens de melhores práticas, o projecto aplicará os seguintes princípios para o engajamento das partes interessadas:

- *Abertura e abordagem do ciclo de vida*: as consultas públicas para o(s) projecto(s) serão organizadas durante todo o ciclo de vida, realizadas de forma aberta, livre de manipulação externa, interferência, coerção ou intimidação.
- *Participação informada e feedback*: as informações serão fornecidas e amplamente distribuídas entre todas as partes interessadas em um formato apropriado; oportunidades são fornecidas para comunicar o *feedback* das partes interessadas, para analisar e abordar comentários e preocupações;
- *Inclusão e sensibilidade*: a identificação das partes interessadas é realizada para apoiar melhores comunicações e construir relacionamentos eficazes. O processo de participação é inclusivo. Todas as partes interessadas são incentivadas a se envolver no processo de consulta sobre as Intervenções previstas e a serem executadas. Acesso igual à informação é fornecido a todas as partes interessadas. A sensibilidade às necessidades das partes interessadas é o princípio fundamental subjacente à selecção de métodos de engajamento. Atenção especial deve ser dada aos grupos vulneráveis - em particular, mulheres, pessoas deficientes, jovens, idosos e pessoas com doenças crónicas. Ao planificar o engajamento deve se ter em conta os (i) diferentes níveis de educação e analfabetismo, falta de compreensão de um processo de consulta, (ii) consultas com consciência de género e também consultas culturalmente apropriadas. É necessária atenção para garantir a representatividade de diferentes grupos socioeconómico, classes, grupos étnicos e religiosas. O estado civil e a idade também podem ser factores importantes. Pode também ser considerada a possibilidade de funcionárias do sexo feminino realizarem consultas com mulheres, meninas e famílias chefiadas por mulheres. Também pode ser útil identificar e consultar ONGs ou organizações comunitárias que representam mulheres de grupos minoritários.
- *Compromisso* - demonstrado quando a necessidade de entender, engajar e identificar as partes interessadas é reconhecida e posta em prática no início do processo;
- *Integridade* - ocorre quando o engajamento é conduzido de maneira que promova o respeito e confiança mútuos;
- *Respeito* - criado quando os direitos, crenças culturais, valores e interesses das partes interessadas e das comunidades afectadas são reconhecidos;
- *Transparência* - demonstrada quando as preocupações da comunidade são respondidas de maneira oportuna, aberta e eficaz.
- *Confiança* - alcançada por meio de um diálogo aberto e significativo que respeita e defende as crenças, valores e opiniões da comunidade.

Para a interacção com cada um dos grupos das PIAs, deve se considerar a selecção de técnicas de engajamento apropriadas e clareza na apresentação do propósito de engajamento. Antes de qualquer evento de engajamento, as seguintes etapas devem ser seguidas:

- Preparação de "perguntas e respostas" padrão adaptadas para tipos de partes interessadas específicas com base na análise e questões comuns levantadas em engajamento anterior, se houver;
- Acordar sobre os papéis das partes durante as actividades de engajamento;
- Selecção de partes interessadas individuais/de grupo com as quais o engajamento ocorrerá com base na significância do impacto do subprojecto sobre o grupo/categoria de partes interessadas, ou o nível de influência de uma determinada parte interessada no subprojecto;
- Selecção de métodos para engajamento e divulgação de informações (incluindo tópicos como formato, idioma e tempo);
- Selecção de local e horário para actividades de engajamento, para PIAs, evitando horários de trabalho ocupados quando actividades especiais podem estar ocorrendo;
- Acordar mecanismos para garantir a participação das partes interessadas nas actividades de engajamento;
- Identificação e implementação de mecanismos de *feedback* a serem empregados.

5.2. Proposta para a divulgação de informação

Dado o contexto actual resultante de medidas implementadas pelo Governo para fazer face à pandemia da COVID-19, e ao surto de Cólera que vem se registrando nos últimos tempos, há oportunidades limitadas disponíveis para envolver e consultar as partes interessadas durante a preparação do projecto. As restrições à realização das reuniões presenciais, restringirão os processos de engajamento das partes interessadas do projecto e exigirão a implementação de métodos inovadores de divulgação e consulta. Dada a ampla gama de PIAs neste projecto, uma estratégia robusta de comunicação e engajamento das partes interessadas envolverá técnicas diversificadas, incluindo as seguintes:

- Encontros formais - apresentação de informações do projecto para as PIAs; permitir que o grupo comente e conceda opiniões; construir uma relação aprofundada e pessoal com as PIAs; divulgação de informações técnicas;
- Consultas públicas – Apresentação de informações do Projecto para um grande grupo de PIAs (de acordo com o permissível), especialmente comunidades directamente afectadas e, permitir que o grupo possa fornecer pontos de vista sobre aspectos do Projecto que constituam preocupação, construir relacionamento com as comunidades, distribuição informações técnicas e não técnicas na forma mais clara possível, facilitar as reuniões com apresentações com linguagem clara e facilitar o entendimento com apresentações em PowerPoint e pósteres (elucidativos para engajamento dos participantes iletrados), responder aos comentários e perguntas de forma mais clara possível e registar as discussões e participações.
- Reuniões individuais – com o intuito de buscar opiniões que permitam que as PIAs falem livremente sobre questões delicadas, como por exemplo representatividade das lideranças, violência baseada em género, compensações, entre outros aspectos.
- Grupos focais de discussão – Compartilha de informações sobre o Projecto sobre o ciclo de vida do projecto e respectivas implicações, discutir os impactos sobre a expropriação, posse e/ou propriedade terras e bens afectados e respectivas medidas de compensação; comunicação directa com os proprietários de bens nas áreas directamente afectadas pela implementação do Projecto, partilha de informações sobre o tempo de duração das obras e aspectos relacionados, nomeação e articulação com pontos focais das comunidades.
- Folheto sobre o projecto – Constando breve informação específica sobre o Projecto com actualizações regulares, como por exemplo para divulgação e gestão do Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGR).
- Website – Através das páginas do DNAAS e AIAS, apresentar informações sobre o Projecto com actualizações regulares, divulgar os Estudos de Impacto Ambiental, o Plano de Gestão Ambiental e Social – PGAS, o Quadro de Política de Reassentamento - QPR e outra informação e documentação relevante.
- Órgãos de informação – Usar os órgãos de informação como a televisão nacional, a Televisão de Moçambique, a Rádio Moçambique e rádios comunitárias locais (sempre que se fizer necessário) para divulgação de informações sobre o Projecto, especialmente sobre o MGR e divulgação das reuniões de consulta pública sobre os subprojectos.
- Uso de correspondências electrónicas e comunicação telefónica – Distribuição de informação a funcionários públicos e do governo nacional provincial e distrital pertinentes, de ONGs, organizações / agências pertinentes. Irá também ser usada para cartas formais para convite às PIAs para as reuniões e acompanhamento.

5.3. Processo de divulgação de informações para grupos vulneráveis

Dadas as especificidades destes grupos, as abordagens recomendadas para a divulgação de informações do projecto aos grupos vulneráveis são:

- Reuniões individuais - para buscar opiniões que permitam as PIAs falar livremente sobre temas delicados, como representatividade de lideranças, violência baseada no género, visão sobre o projecto, impactos específicos a aquele grupo vulnerável, entre outros aspectos;

- Grupos focais - Partilhar informação sobre o Projecto, sobre o ciclo de vida do projecto e suas implicações, partilhando informação sobre a duração das obras e aspectos relacionados, nomeação e articulação com pontos focais dos diferentes Stakeholders. Essa metodologia é adequada para engajar grupos vulneráveis, pois representa baixo risco de interferência de outros grupos de Stakeholders dominantes;
- Consultas públicas - os representantes dos grupos vulneráveis têm capacidade de expressar as preocupações dos grupos que representam, mesmo em reuniões públicas, nestes casos o moderador deve encorajar a sua participação nestes processos;
- O estabelecimento de canais de comunicação anónimos pode ajudar grupos vulneráveis a se expressarem livremente;
- Sempre que grupos vulneráveis estiverem organizados em associações, recomenda-se que a divulgação de informações a esses grupos seja feita através da associação, sempre que possível;
- Meios de comunicação social, tais como rádio e televisão, são importantes para a divulgação de informação do projecto, podendo fazendo chegar informação aos grupos vulneráveis com dificuldades de mobilidade por várias razões.

5.4. Estratégia proposta para consulta

A estratégia de consulta, auscultação e participação pública no âmbito do PEPI tem como principais objectivos:

- Permitir a compreensão das necessidades das comunidades directa e indirectamente afectadas pelo Projecto;
- Garantir a coordenação entre todos os envolvidos na implementação do Projecto, as estruturas de autoridade governamental a nível provincial distrital local e comunitária referente as PIAs;
- Permitir e garantir a recepção de *feedback* e comentários das PIAs, bem como recepção de todas as queixas das PIAs sobre a concepção e implementação do Projecto;
- Garantir transparência na implementação do Projecto, incluindo a gestão de informação recebida cujas respostas possam ser levadas de volta as PIAs para permitir que ajustes das intervenções ao longo do ciclo de vida do Projecto possam ser realizadas.

O mecanismo de gestão de queixas e reclamações (MGR) é estabelecido neste PEPI para assegurar que as PIAs, quer individualmente quer em grupos, possam ter capacidade para apresentar reclamações relacionadas ao Projecto ou fornecer comentários e *feedback*. A [tabela 3](#) apresenta a descrição do processo para consultas assim como o cronograma da sua realização.

Tabela 3: Proposta do Plano para consulta das PIAs no Projecto

Estágio do Projecto	Lista de informação a ser divulgada	Método proposto	Datas ¹³	Partes Interessadas pretendidas	Responsabilidades
Concepção e Avaliação do Projecto	Divulgação do Programa Regional de Resiliência Climática para a África Oriental e Austral-MOÇAMBIQUE	Consultas públicas e individuais	Janeiro -Abril de 2023	Instituições governamentais envolvidas no projecto (nacional, provincial e distrital), autoridades locais, ONGs, parceiros de implementação, doadores e o público em geral, principalmente mulheres e grupos marginalizados, Pessoas Afectadas pelo Projecto e outras partes interessadas	DNGRH e ARAs,IP
	Plano de Compromisso Ambiental e Social		Janeiro -Abril de 2023	Instituições governamentais envolvidas no projecto; Banco Mundial	DNGRH
	Plano de Engajamento das Partes Interessadas incluindo o MGR	Consultas técnicas Consultas públicas e individuais	Março-Abril de 2023	Instituições governamentais envolvidas no projecto (nacional, provincial e distrital), autoridades locais, ONGs, parceiros de implementação, doadores e o público em geral, principalmente mulheres e grupos marginalizados, Pessoas Afectadas pelo Projecto e outras partes interessadas	Equipa de Salvaguardas DNGRH e ARAs,IP
	Divulgação do QGAS incluindo a descrição do procedimento de Gestão laboral; Mecanismo de Queixas e Reclamações para Trabalhadores do	Consultas técnicas Consultas públicas e individuais	Março-Abril de 2023	Instituições governamentais envolvidas no projecto (nacional, provincial e distrital), autoridades locais, ONGs, parceiros de	Equipa de Salvaguardas DNGRH e ARAs,IP

¹³ As datas apresentadas são indicativas.

	Projecto, Avaliação de Riscos de VBG e EAS e Plano de Acção, Directrizes Gerais sobre Tráfego e Segurança Rodoviária; Plano de acção sobre violência baseada no género, Saúde e Segurança da Comunidade; Desperdício Entre outras informações.			implementação, doadores e o público em geral, principalmente mulheres e grupos marginalizados, Pessoas Afectadas pelo Projecto e outras partes interessadas	
	Concepção, Selecção, Desenho e Triagem dos SubProjectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, mídia, website da DNAAS e AIAS	A ser definido pela UIP- durante a fase de concepção, selecção, desenho, dos subprojectos Antes da aprovação dos subprojectos	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas, grupos vulneráveis, ONGs e Organizações comunitárias de Base, Governos distritais	Equipa de Salvaguardas DNGRH e ARAs,IP
Fase de Implementação	Estudos de Impacto Ambiental e Social dos subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, mídia, website da DNGRH e ARAs,-IP	A ser definido pela UIP- Antes do início das actividades em subprojectos que exigem esses instrumentos. Consultas serão realizadas continuamente ao longo do estágio de implementação	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas	Equipa de Salvaguardas DNGRH e ARAs,IP
	Planos de Gestão Ambiental e Social dos subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, mídia, website da DNGRH e ARAs,-IP	A ser definido pela UIP- Antes do início das actividades em subprojectos que exigem esses instrumentos. Consultas serão realizadas continuamente ao longo do estágio de implementação	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas	Equipa de Salvaguardas DNGRH e ARAs,IP

	Planos de Reassentamento dos subprojectos	Consultas públicas e comunitárias, grupos focais de discussão, mídia, website da DNGRH e ARAs,-IP	A ser definido pela UIP- Antes do início das actividades em subprojectos que exigem esses instrumentos. Consultas serão realizadas continuamente ao longo do estágio de implementação	Pessoas Afectadas pelo Projecto, Partes Interessadas públicas e privadas	Equipa de Salvaguardas DNGRH e ARAs,IP
	Relatórios de progresso do projecto, Relatórios de auditoria, Resultados do Mecanismo de gestão de queixas e reclamações, relatório de <i>feedback</i> das partes interessadas	Reuniões comunitárias, FGDs, Quadro de avisos, mídia, rádio, linha direta do projecto, SMS, website, Quadro de avisos da comunidade, rádio comunitária, TV	A ser definido pela UIP	Comunidades afectadas, público em geral, ONGs, mulheres e outros grupos vulneráveis serão consultados em particular	Equipa de Salvaguardas DNGRH e ARAs,IP

5.5. Estratégia Proposta para Incorporar a Visão dos Grupos Vulneráveis

Mecanismos apropriados serão criados para garantir que mulheres, idosos, menores chefes de família, deslocados de guerra e outros grupos vulneráveis participem dos processos consultivos e que suas opiniões e sugestões sejam tomadas em conta na concepção e implementação do Projecto. Para o efeito, além de consultas gerais à comunidade, reuniões específicas com grupos vulneráveis, em forma de grupos focais de discussão, deverão ser realizadas, pois as pessoas em seus grupos de pares tendem a ser mais abertas e francas nas reuniões de consulta exclusivamente limitadas a seus pares.

Embora os níveis de infecção pela COVID 19 tenham relativa baixa de índice de letalidade, o surto de cólera pôs as autoridades em estado de alerta, sendo extremamente importante ter em conta outros métodos de consulta, que não exijam a participação física nas reuniões, como redes sociais, radiodifusão, para garantir que se possa cumprir com os protocolos definidos contra a COVID 19 e também para que os grupos que não podem estar fisicamente presentes nas reuniões possam participar. Uma avaliação social investigará mais necessidades específicas de grupos vulneráveis durante o processo de Avaliação de Impacto Ambiental preparação dos Planos de Gestão Ambiental dos subprojectos e o PEPI irá acomodar as mudanças necessárias conforme os resultados das avaliações vão sendo recebidas.

Tendo em vista a promoção da igualdade e equidade de participação de género, deve-se envolver as mulheres em grupos específicos de forma contínua ao longo do ciclo de vida do projecto. Devem ser incentivadas discussões de mulheres expressando suas preocupações e contribuindo no processo de tomada de decisão em questões diversas tais como subsistência, receptores sensíveis, infraestruturas comunitárias, representatividade, etc., em diferentes fóruns de discussão sejam eles comunitários, locais, institucionais, governamentais, entre outros onde existe domínio masculino.

A mulheres chefes de famílias, medidas adicionais deverão ser tidas em conta para permitir a sua maior participação, tais como: providenciar o meio de transporte para os locais das reuniões caso seja distante; marcar as reuniões em horários apropriados que facilitam a sua participação, assistência/cuidados dos menores que acompanham as mães caso haja necessidade, tradução nas línguas locais e garantir a representatividade deste grupo em reuniões.

5.6. Aprendizagem e Feedback/Retorno

O *feedback* é essencial no processo de engajamento das partes interessadas. É responsabilidade da equipe de Salvaguardas Ambientais e Sociais da DNGRH e ARAs,IP garantir que os comentários e contribuições sejam respondidos adequadamente e com antecedência e manter uma linha de *feedback* aberta para as partes interessadas. Os membros da equipa técnica de implementação do Projecto nas suas diferentes subcomponentes irão reunir todos os comentários e contribuições provenientes de reuniões comunitárias, de grupos focais, comentários constantes no MGR e outros mecanismos definidos para auscultação e consulta. As informações recolhidas, por sua vez, serão submetidas à equipa de salvaguardas Ambiental e Social e à UIP para garantir que o Projecto tenha informações gerais sobre a percepção das PIAs e outros intervenientes do Projecto.

Ao nível das Direcções Provinciais das Obras Públicas e Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas nos distritos abrangidos pelo projecto será necessário que os técnicos sejam capacitados continuamente sobre os instrumentos sobre salvaguardas ambientais e sociais e outra informação imprescindível para gestão das PIAs.

Para o Projecto receber de forma consistente e sistemático o retorno das PIAs deverá:

- Estabelecer de forma sistemática os mecanismos de informação e *feedback* das partes interessadas, inclusive por meio do monitoramento das redes sociais; percepções da comunidade, conhecimento, atitude e pesquisas de prática; e diálogos directos e consultas.
- Operacionalização do MGR nas comunidades abrangidas e incorporação das lições aprendidas nos relatórios de monitoria e avaliação.

- Garantir que as mudanças nas abordagens de engajamento das partes interessadas sejam baseadas em evidências e necessidades, e garantir que todo o engajamento seja culturalmente apropriado e empático.
- Documentar as lições aprendidas para informar futuras actividades de preparação e resposta.
- Interação regular com os formuladores de políticas e influenciadores por meio de reuniões presenciais ou virtuais regulares sobre do projecto
- Onde for necessário e financeiramente viável, estabelecer para o público em geral, canais de mídia identificados e confiáveis, incluindo: mídia de transmissão (televisão e rádio), mídia impressa (jornais, revistas), sites de organizações confiáveis, mídia social (Facebook, Twitter, etc.), mensagens de texto para telefones celulares, apostilas e brochuras na comunidade, nos escritórios dos governos locais e das comunidades.

5.7. Fases futuras do projecto

O presente PEPI fornece as directrizes gerais para a implementação de engajamentos das PIAs no âmbito do Projecto. Ainda que haja alteração ao longo dos 5 anos de vida do projecto em termos de acomodação de diferentes estratégias de abordagem, de comunicação e consulta por parte da UIP e respectivos técnicos, os princípios orientadores definidos no presente PEPI irão permanecer em vigor. As equipas das salvaguardas ambiental e social da UIP irão continuamente monitorar a capacidade de gestão da estratégia de engajamento das PIAs procedendo com recomendações e acções estratégicas apropriadas para sua capacitação através de treinamento de actualização e outras estratégias que se fizerem necessárias.

Serão realizadas reuniões de consultas públicas e de engajamento das PIAs durante a divulgação do Projecto bem como na realização de Estudos de Impacto Ambiental, Planos de Gestão Ambiental e Social (PGAS) e Planos de Reassentamento, assim que os subprojectos estiverem claramente definidos. Esta fase será importante para enriquecer o PEPI de acordo com os resultados destas consultas.

Assim, a implementação do PEPI também será monitorada por meio de relatórios mensais, trimestrais e semestrais gerados pela UIP, que dentre outros irá incluir o ponto de situação do MGR em vigor no projecto e/ou subprojecto. Um relatório anual sobre o desempenho social do projecto, a implementação do PEPI e os resultados gerais e tratamento do MGR será produzido e informação partilhada ao nível das PIAs.

6. RECURSOS E RESPONSABILIDADES PARA IMPLEMENTAR ACTIVIDADES DO PEPI

Recursos humanos, financeiros e técnicos adequados deverão ser dedicados para a implementação do PEPI, ao longo do tempo de vida útil do Projecto. As UIPs da DNGRH e ARAs, IP deverão alocar recursos humanos qualificados nas equipas de salvaguardas dedicados a implementação do PEPI. Os recursos financeiros deverão ser alocados como parte dos custos integrais do projecto para cada actividade a realizar a partir dos valores disponíveis na componente 3 do Projecto. A DNGRH irá coordenar a implementação do PEPI.

6.1. Gestão de funções e responsabilidades

O Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos (MOPHRH) tem a responsabilidade geral do desenvolvimento do sector de Recursos Hídricos e será responsável pela implementação do Projecto, através da Direcção Nacional de Gestão de Recursos hídricos (DNGRH) e Administrações Regionais de Águas, Institutos Públicos (ARAs, IP).

O arranjo institucional do é discutido de forma mais exaustiva no Quadro de Gestão Ambiental e Social do Projecto.

A responsabilidade geral pela implementação do PEPI é da equipa de salvaguardas ambientais e sociais da DNGRH. A UIP deverá ter sua disposição Especialistas Ambientais e Sociais para a implementação das disposições de

salvaguardas bem como deste PEPI. A equipa de salvaguardas ambientais e sociais deverá manter uma base de dados das PIAs ao longo do ciclo de vida do projecto. Estes Especialistas a estarem baseados centralmente, deverão ser coadjuvados por Equipas técnicas Locais (ETLs) de salvaguardas estabelecidas nas diferentes Administrações Regionais de Água – ARAs (Norte, Centro e Sul). Os Especialistas das Salvaguardas ambientais e sociais terão as seguintes responsabilidades:

- Garantir a implementação e monitorar de todas as estratégias e/ou planos para o engajamento das partes interessadas e afectadas no âmbito do Projecto incluindo para todos os processos de AIAs dos subprojectos;
- Garantir que o processo de identificação das PIAs no âmbito do Projecto seja continuado;
- Identificar continuamente riscos e oportunidades no âmbito do Projecto e de forma activa interagir com os coordenadores da UIP no sentido de garantir planeamento necessário para mitigar riscos e/ou maximização das oportunidades;
- Supervisionar todas as actividades relacionadas ao engajamento das PIAs afectadas no âmbito do Projecto;
- Garantir que a partir da coordenação das salvaguardas sociais e ambientais, estabelecer contacto efectivo com as autoridades locais (Unidades técnicas provinciais e distritais) no sentido de garantir que os protocolos estabelecidos para o engajamento das PIAs sejam efectivamente compreendidos;
- Assegurar que os grupos vulneráveis são engajadas e as suas opiniões e sugestões levadas em conta na tomada de decisão na execução dos subprojectos.
- Garantir que a coordenação das salvaguardas ambientais e sociais efectivamente coordenem e implementem as actividades que exijam interação intensiva com as PIAs (como por exemplo actividades de carácter sensível relacionadas com o engajamento em redor a questões como expropriação e aquisição de terras, compensações, violência de género na implementação de subprojectos, entre outras);
- Coordenar a gestão do MGR;
- Desenvolver e conduzir pesquisas de linha de base e pesquisas de *feedback* de beneficiários para os subprojectos caso se faça necessário.

Os técnicos das unidades técnicas provinciais serão responsáveis pelas seguintes actividades:

- Implementar o PEPI a nível da comunidade e reportar as actividades à equipe de salvaguardas ambiental e social das ETLs numa base mensal;
- De forma continuada, identificar novas categorias de PIAs e manter a base de dados actualizadas;
- Garantir que os protocolos estabelecidos para o engajamento das PIAs sejam efectivamente compreendidos e aplicados em coordenação com consultores (em caso de processos de AIA);
- Implementar o MGR em coordenação com as ETLs.

6.2. Capacidade Institucional e Recursos Humanos

A AIAS encontra-se actualmente a implementar o Projecto de Saneamento Urbano (PSU), financiado pelo Banco Mundial tendo adquirido capacidade institucional suficiente para lidar com os requisitos das salvaguardas ambientais e sociais do presente projecto. A AIAS tem, neste momento, uma estrutura de implementação de projecto sólida e consistente para garantir que os documentos de salvaguardas incluindo o PEPI para diferentes projectos financiados pelo Banco sejam preparados e implementados. A DNAAS tem uma estrutura de implementação de projecto sólida e tem sido consistente em garantir que os documentos de salvaguardas para diferentes projectos financiados pelo Banco. Portanto, as agências implementadoras do projecto (AIAS e DNAAS) já vêm implementando projectos financiados pelo Banco Mundial, através de equipas de salvaguardas de nível central, com especialistas ambientais e sociais que zelam pela implementação dos requisitos ambientais e sociais nacionais, bem como os do Banco Mundial.

A UIP a ser constituída para a implementação do Projecto será apoiada pelas equipas de salvaguardas baseadas na DNAAS e na AIAS. Estes especialistas juntamente com os técnicos de salvaguardas a serem contratados para estarem baseados nas ARAs serão responsáveis pela implementação do PEPI. Na fase de execução das actividades, estas equipas devem garantir a realização de monitorias e verificação do cumprimento PEPI assim como elaborar relatórios de Progresso a serem submetidos à UIP central e ao Banco Mundial.

As ETLs responsáveis poderão ser apoiados por Oficiais de Ligações com as Comunidades/especialistas de salvaguardas ambientais e sociais das contratadas para a execução dos subprojectos, responsáveis por acompanhar todas as actividades de reassentamento (caso aplicável), compensações, reuniões de engajamento com as comunidades nas áreas de intervenções. As ETLs em coordenação com as Unidades Técnicas (UT) Provinciais e Distritais terão a responsabilidade primária de implementação do Mecanismo de Queixas, sendo igualmente responsáveis pela disseminação deste mecanismo nas comunidades.

Relativamente às necessidades de capacitação, espera-se que a maior necessidade de capacitação em salvaguardas esteja a nível local, nas Unidades Técnicas Provinciais/distritais onde ocorrem as actividades. Espera-se que uma parte do pessoal das ETLs a ser envolvido no Projecto, tenha já adquirido experiência na implementação de Projectos com requisitos de conformidade com as Normas Ambientais e Sociais e Directrizes do Banco. Contudo, é recomendável, que sejam organizados workshops e treinamento com a participação das equipadas das Salvaguardas das ETLs, Unidades Técnicas Locais (provinciais e ou distritais, que incluem Serviços Distritais de Planeamento e Infraestruturas) e empreiteiros. Dada a sua experiência, espera-se que os Especialistas de Salvaguardas da UIP apoiem no treinamento e transferência de conhecimento para os Especialistas das Salvaguardas nas ETL e UT. Estas acções de treinamento e de capacitação servirão para melhorar a compreensão das Normas de salvaguardas do Banco Mundial e requisitos deste PEPI.

6.3. Recursos Financeiros

Para a implementação efectiva do PEPI serão disponibilizados recursos financeiros suficientes durante os 5 anos do projecto. O orçamento geral estimado para a implementação do PEPI é de US\$.602.800. O orçamento tem duas componentes, uma com os custos gerais de actividades de engajamentos das PIAs durante a preparação dos instrumentos de gestão ambiental e ao longo do ciclo de implementação do projecto. A 2ª parte tem a ver com os custos operacionais, despesas que deverão ser incorridas.

7. Mecanismos de Gestão de Reclamações

Os conflitos resultam geralmente de má comunicação, inadequação ou falta de consulta, fluxo inadequado de informações precisas, ou restrições que podem ser impostas às pessoas através da implementação de actividades do Projecto. A abertura ao diálogo e a existência de conhecidos canais para apresentação e resolução transparente e comunicativa de reclamações é um importante instrumento para prevenção de conflitos e obtenção de colaboração das comunidades na contribuição para os objectivos de desenvolvimento do Projecto.

O projecto prevê um Mecanismo de Gestão de Queixas e Reclamações (MGR) a ser institucionalizado a nível central (no DNGRH ou DNAAS) e que estará sincronizado com subsistemas regionais e locais a nível dos subprojectos.

Questões sensíveis

Em função de novas temáticas de boas práticas internacionais e as exigências do desenvolvimento sustentável do país, dentre outras questões sensíveis a enfatizar no MGR, destacam-se questões associadas a gestão da mão-de-obra, incluindo Exploração e Abuso Sexual (EAS), Assédio Sexual (AS), Uniões Prematuras, Trabalho Infantil, Trabalho Forçado, corrupção, etc. Estas questões podem afectar qualquer pessoa, incluindo as que não se reconhecem nas dimensões tradicionais/estereótipos de género, no entanto, a grande maioria de casos de VBG diz respeito às mulheres e é perpetrada maioritariamente por homens, o que em certos casos tende a ser associada à violência contra mulheres e raparigas.

Estas questões sensíveis podem resultar em danos de diferente natureza, tais como físico, sexual, económico e psicológico e outras formas de sofrimento para as vítimas (mulheres, homens, jovens e crianças) incluindo danos para as suas famílias e comunidades.

Medidas preventivas

Como medida preventiva, a sensibilização sobre as actividades do Projecto e a abertura ao diálogo será continuada e fortificada durante todo o Projecto, a fim de reduzir mal-entendidos e queixas.

Serão realizadas consultas e negociações com as pessoas afectadas pelo Projecto sempre que haja indícios de potenciais conflitos. A formação de equipas técnicas, comités de Reassentamento e líderes locais em gestão de conflitos também ajudará a minimizar o impacto negativo dos conflitos. Para capacitar as comunidades, estas serão envolvidas na sensibilização e formação relativamente aos seus direitos e obrigações, como obter aconselhamento jurídico e representação, e como procurar reparação contra o que consideram ser práticas desleais por parte de parceiros de investimento, visitantes, trabalhadores do Projecto, ou outros.

7.1. Processo de Queixas e Reclamações

O MGR foi preparado para funcionar dentro das estruturas legais e culturais existentes, proporcionando uma oportunidade adicional para resolver queixas no nível local do projecto. Os principais objectivos do MGR são:

- Esclarecer dúvidas, detectar e resolver problemas antes que os mesmos sejam generalizados;
- Contribuir para difundir os objectivos dos subprojectos e sensibilizar as comunidades sobre sua importância através de esclarecimento de dúvidas;
- Fornecer subsídios ao Projecto com sugestões e expectativas recebidas das partes interessadas e afectadas;
- Aumentar o envolvimento dos parceiros no Projecto.

O MGR, dentro dos quadros legais e culturais existentes, irá abarcar três níveis de resolução de queixas e reclamações, nomeadamente nível da comunidade, ao nível do projecto e ao nível do sistema judiciário Moçambicano. Os detalhes de cada um desses componentes são descritos a seguir.

7.1.1. Gestão de queixas e reclamações a nível comunitário

Ao nível das comunidades locais existem mecanismos tradicionais e culturais de resolução de problemas e queixas através das estruturas familiares e lideranças comunitárias e/ou tradicionais.¹⁴ Espera-se que algumas disputas no nível da comunidade podem ser resolvidas usando esses mecanismos, sem o envolvimento do Empreiteiro, Dono da Obra e/ou representantes do governo ao nível local e nacional. Chefes / líderes locais serão envolvidos na resolução de quaisquer problemas de posse da terra por exemplo. No entanto, as disputas sobre a terra relacionadas à compensação resultante de um plano de reassentamento serão encaminhadas ao nível do projecto para garantir que a resolução seja consistente com as disposições do Plano elaborado.

Onde os problemas causados pelo Projecto são levantados e resolvidos através MGR ao nível da comunidade, serão reportados periodicamente ao Projecto para o devido registo na base de dados de reclamações. Espera-se que um comité de MGR local seja estabelecido constituído essencialmente por representantes das contratadas (Empreiteiro/Fiscal/Provedor de Serviços) um representante da liderança local e um representante da autoridade local. Esse Comité deve estar autorizado a lidar com as queixas no nível local e garantir que elas sejam resolvidas de forma eficaz e eficiente. Quando o queixoso não se dar por satisfeito nesse nível, deverá ser aconselhado a apresentar sua reclamação ao nível do Projecto.

O queixoso tem o direito de submeter a reclamação ao nível que lhe é conveniente, incluindo direccionar a reclamação directamente ao nível judiciário. Porém, deve incentivar-se a resolução pelo nível do projecto, através do estabelecimento de abertura ao diálogo, paciência em ouvir e explicar cuidadosamente e apresentando rápida resposta e, se for caso, reposição do direito reclamado.

¹⁴ Poderá a este nível se resolver questões ligadas a clarificação de limites de terra, de violação de práticas culturais locais, entre outros.

7.1.2. Gestão de queixas e reclamações a nível de projecto

A nível do subprojecto as reclamações são recebidas e canalizadas pelo Ponto Focal de reclamação (geralmente oficial social) da empresa contrata que exerce actividades em nome do projecto (consultor, empreiteiro ou provedor). Caso a solução não é encontrada a nível da empresa, é canalizada para a equipe de salvaguardas na ETL e na UIP.

Pode ser estabelecido ao nível do subprojecto, um fórum de MGR¹⁵ constituído pelos oficiais das empresas contratadas e especialistas em salvaguardas das ETLs e UT.

O MGR cobre todas as fases de desenvolvimento do projecto. A implementação do MGR obedece as “etapas” que se seguem:

- i. **Etapla 1:** Reclamação recebida e registada pela ETL / Ponto Focal das reclamações/empreiteiro. Uma reclamação pode ser registada directamente no Comité de gestão de reclamações (CGR) por meio de qualquer um dos seguintes modos e, se necessário, de forma anónima ou por meio de terceiros.
 - Por telefone
 - Por e-mail
 - Por carta
 - Por formulário de reclamação / livro / caixa de sugestões - encontrado em instituições públicas com subprojectos

Assim que uma reclamação for recebida, ela deve ser registada na base de dados de reclamações.

- ii. **Etapla 2:** Confirmar o recebimento da reclamação, avalie sua complexidade, categorize em comunitária, laboral e VBG e atribua a pessoa ou o fórum responsável por tratar aquele tipo/categoria de reclamação. Caso a reclamação não se enquadra no projecto ou não haja como resolve-la, o reclamante deverá ser notificado e explicado o porque da não procedência da sua reclamação.
- iii. **Etapla 3:** Desenvolver e propor uma resolução e obter aprovação ao nível do subprojecto (comités de gestão de reclamações – CGR - devem ser estabelecidos nesses níveis).
- iv. **Etapla 4:** Comunicar a proposta da solução ao reclamante e buscar um acordo sobre a resposta.
- v. **Etapla 5:** Implementar a resposta para resolver a reclamação com base no acordo alcançado na etapa anterior.
- vi. **Etapla 6:** Rever a solução, caso não tido sucesso de acordo com as recomendações
- vii. **Etapla 7:** Encerrar a queixa se tudo estiver acordado ou encaminhe a reclamação para o próximo nível caso não haja acordo.

Uma vez que todas as possíveis reparações tenham sido propostas, se o reclamante ainda não estiver satisfeito, ele deverá ser informado do seu direito ao recurso legal. O diagrama a seguir resume o processo de MGR e os níveis de recorrência que o queixoso tem direito.

7.1.3. Gestão de queixas a nível judicial

No processo de gestão de queixas e reclamações, os queixosos e /ou reclamantes, podem aceder o nível judicial para apresentação e alcance de soluções das suas inquietações. A qualquer momento, o queixoso e/ou reclamante

¹⁵ As principais actividades do fórum de intervenientes na gestão do MGR (i) deliberar sobre questões complexas e reclamações das partes interessadas que foram apresentadas ao longo do ciclo do Projecto, e (ii) encontrar colectivamente soluções adequadas, procurar resultados construtivos e, quando pertinente, formular respostas em nome do Projecto para serem comunicadas às partes interessadas apropriadas. De uma forma geral, o fórum de intervenientes no PEPI monitora se as equipas responsáveis por abordar as preocupações das PIAs, abordam-nas adequadamente. O MGR do Projecto será periodicamente revisto, modificado e adaptado ao contexto dos subprojectos.

pode levar as questões as autoridades legais ou judiciais competentes, de acordo com o quadro legal da República de Moçambique.

7.1.4. Queixas Relacionadas à Violência Baseada no Género (VBG)

Procedimentos específicos para lidar com queixas relacionadas a situações de VBG serão estabelecidas no Plano de Acção da Violência Baseada no Género elaborado no âmbito do projecto, com disposições de confidencialidade, bem como documentação segura e ética, tais como:

- Estabelecimento de um separado, potencialmente administrado por um Provedor de Serviços especializado com *feedback* para o MGR do projecto; trabalhadores específicos do projecto devem ser treinados sobre como documentar casos de Violência Baseada no Género de maneira confidencial;
- O projecto deverá disponibilizar múltiplos canais de reclamação;
- Nenhuma informação identificável sobre o sobrevivente deve ser armazenada no livro de registo ou base de dados do MGR.
- O MGR deve ajudar os sobreviventes de VBG, referindo-os ao (s) Provedor (és) de Serviços de VBG para apoio imediatamente após receber uma reclamação directamente de um sobrevivente.
- A UIP deverá imediatamente notificar o Banco Mundial de quaisquer reclamações de VBG com o consentimento do sobrevivente.

7.1.5. Queixas seleccionadas a relações laborais

Haverá procedimentos específicos em vigor para lidar com queixas laborais em conformidade com a NAS 2 e a legislação nacional que se encontra detalhado no Procedimento de Gestão de Mão de Obra que é parte integrante do QGAS deste Projecto.

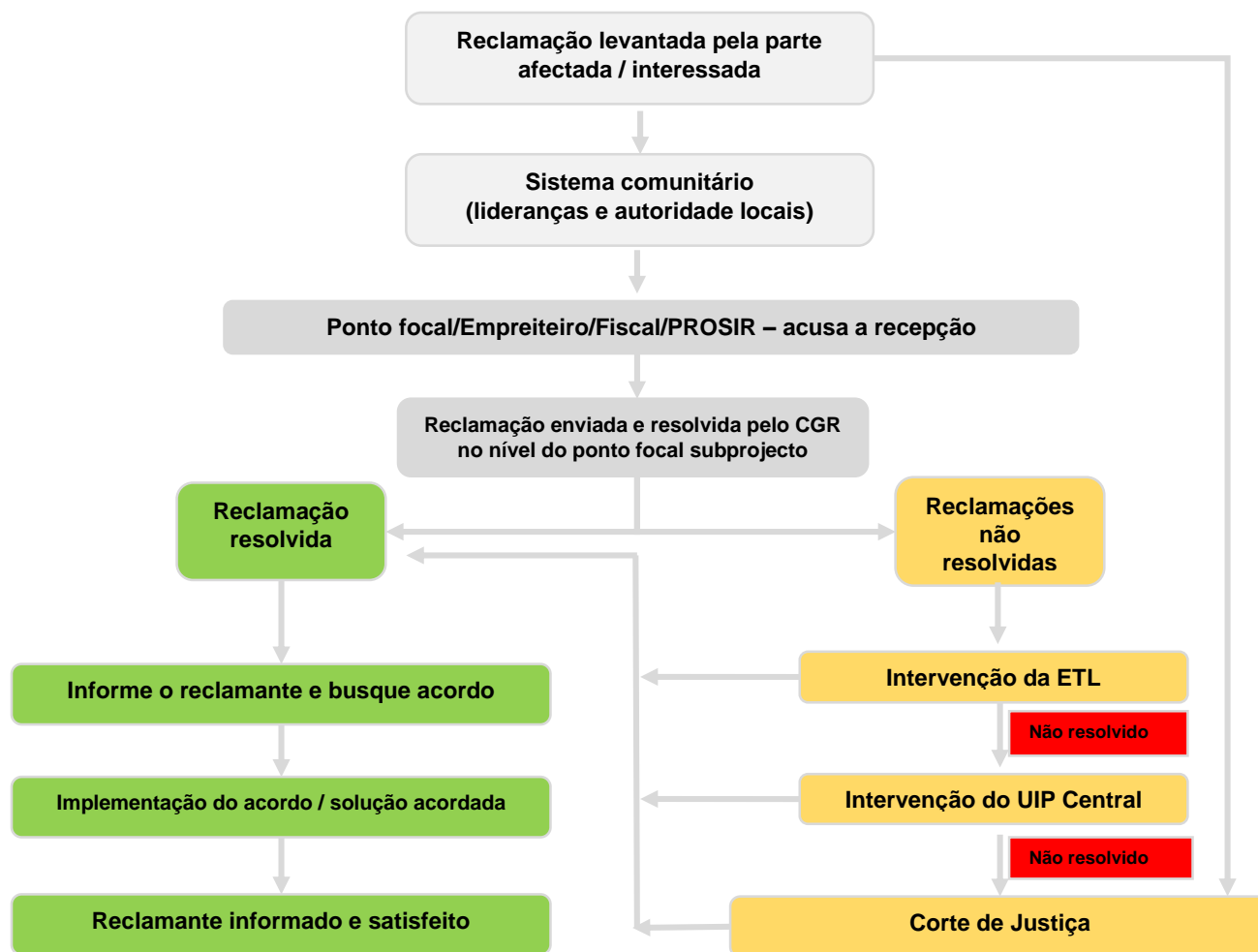


Figura 2: Diagrama do processo de mecanismo de resolução de reclamações

As comunidades e indivíduos (incluindo trabalhadores do projecto) afectados pelo Projecto podem apresentar queixas para uma rápida revisão ao Serviço de Reclamações do Banco Mundial (GRS). Para informações sobre como submeter queixas ao Serviço de Reclamações do Banco Mundial (GRS), por favor visite <http://www.worldbank.org/en/projects-operations/products-and-services/grievance-redress-service>. As comunidades e indivíduos afectados pelo projecto podem também submeter uma queixa ao Painel de Inspeção independente do Banco Mundial, que determina se houve ou poderá haver danos em resultado do não cumprimento das suas políticas e procedimentos. As queixas podem ser apresentadas em qualquer altura depois de as preocupações terem sido levadas directamente ao conhecimento do Banco Mundial, tendo sido dada à Direcção do Banco uma oportunidade de responder. Para informações sobre como apresentar queixas ao Painel de Inspeção do Banco Mundial, queira visitar www.inspectionpanel.org.

7.2. Tempo de Resposta:

A reclamação deve ser registada na base de dados de reclamações da UIP, como primeira acção imediatamente logo após a notificação (se o sistema online estiver em funcionamento), ou dentro de 1 a 5 dias (se por outro meio de captação) após a reclamação ter sido levantada. O subprojecto responsável pela reclamação deverá se esforçar para apresentar uma solução de 5 dias. Caso contrário, as seguintes etapas devem ser seguidas:

- i. O primeiro nível de recurso - intervenção da UT Distrital/provincial não deve exceder 10 dias após a notificação.
- ii. O segundo nível de recurso - intervenção do ETL não deve exceder 15 dias após a notificação.
- iii. O Quarto nível de recurso – UIP central - não deve exceder 21 dias após a notificação.
- iv. Além disso, caso uma das partes esteja insatisfeita, a parte afectada pode levar a reclamação a tribunal, onde será tratada de acordo com a lei Moçambicana.

A UIP irá garantir que seja criado e mantido um “Registo de Reclamações” centralizado durante todo o ciclo de vida do projecto. Os registos da reclamação devem conter: i) os detalhes de contacto do reclamante e informações sobre a reclamação em si, ii) os resultados das investigações e respostas fornecidas, iii) acções de acompanhamento necessárias e comunicações internas feitas em resposta às reclamações e o resultado.

Um resumo da implementação / desempenho do mecanismo de reclamação deve ser fornecido ao público regularmente, após a remoção das informações de identificação dos indivíduos para proteger suas identidades. Internamente haverá monitoramento e relatórios internos de rotina, incluindo revisão do *status* das reclamações que não foram resolvidas e sugerir acções correctivas conforme necessário, e relatórios serão submetidos ao Banco Trimestralmente sobre o MGQ durante a implementação do Projecto.

8. MONITORIA E RELATÓRIOS

Os especialistas em salvaguardas ambientais e sociais da UIP central serão responsáveis por coordenar e monitorar a implementação do PEPI junto as partes interessadas e será realizado trimestralmente. Poderá ser contratada a monitoria externa do PEPI que será feita juntamente com o monitoramento do Projecto numa base mínima anual. No Projecto a monitoria deve ser um processo contínuo deve estar alinhado com os objectivos PEPI.

O objectivo geral do processo de monitoria é o de garantir que todas as actividades previstas para o engajamento das PIAS no projecto sejam cumpridas e verificadas a todos os níveis e fases do ciclo de implementação do projecto. Os objectivos específicos de monitoria incluem:

- Garantir que são implementados e controlados os critérios de engajamento das PIAs definidos neste PEPI.
- Fornecer orientação para o envolvimento das PIAs tendo em conta os padrões previstos nas Políticas de Salvaguardas do BM e na legislação moçambicana aplicável.
- Verificar a identificação e distinguir as categorias de PIAs afectadas e que podem influenciar o projecto.
- Verificar a efectividade dos métodos e alcance dos meios usados para disseminação de informação do projecto e engajamento das PIAs.
- Monitorar o envolvimento dos grupos vulneráveis na disseminação da informação do projecto e no processo de engajamentos.
- Monitorar a cumprimento de conformidade dos mecanismos de engajamento com padrões culturais e sociais das PIAs.

O relatório de monitoria será baseado num conjunto de indicadores que devem ser relatados, de forma regular, especificamente definidos na [tabela 4](#) que serão integrados ao sistema geral de monitoria definido para o Projecto.

Tabela 4: Indicadores de monitoria

Actividade	Indicador preferencial	Grau de realização em relação ao planificado		
		Aceitável	Bom	Muito bom
Encontros de divulgação e mobilização realizados	Número de encontros realizados/Planificados	30-50% do planificado	51-70% do planificado	>70%
Encontros de avaliação de actividades de engajamento	Número de encontros realizados/Planificados	50-70% do planificado	71-90% do planificado	90%>

Actividade	Indicador preferencial	Grau de realização em relação ao planificado		
		Aceitável	Bom	Muito bom
Encontros de EIA/EAS/PGAS dos subprojectos	Número de encontros realizados/Planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
Encontros de Elaboração de PARs dos subprojectos	Número de encontros realizados/Planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
Envolvimento dos grupos vulneráveis nos encontros de engajamento	Número de encontros realizados/Planificados	80-95% do planificado	96-99%	100%
Mecanismos de Queixas e Reclamação	Número de encontros realizados/Planificados para a divulgação do mecanismo de gestão de queixas e reclamações	80-95% do planificado	96-99%	100%
	Tempo estimado para encerramento/solução	2 dias acima do definido na Secção 7.2	Conforme definido na Secção 7.2	Abaixo do definido na Secção 7.2
	% de reclamações efectivamente atendidas	70-80% das recebidas	80-90% das recebidas	90-100%

8.1. Envolvimento das Partes Interessadas em Actividades de Monitoria

Relatórios trimestrais sobre a implementação do PEPI, incluindo do MGR, serão preparados e os principais indicadores monitorados pela equipe de salvaguardas sociais e ambientais na UIP central. As reuniões semestrais serão realizadas pela UIP incluindo as unidades técnicas provinciais e distritais e os representantes das PIAs para discutir, e rever os principais indicadores de envolvimento das partes interessadas com base nas experiências tidas no terreno. As PIAs terão a oportunidade de indicar se estão satisfeitas ou não com o processo de engajamento no projecto e o que deve ser alterado no processo de implementação do PEPI para torná-lo mais eficaz.

A avaliação do projecto (revisão externa e interna) incluirá aspectos do plano de engajamento das partes interessadas (os principais indicadores e actividades do PEPI) e recomendará melhorias.

O monitoramento e a avaliação do processo de envolvimento e gestão das PIAs são bastante importantes para garantir que o projecto seja capaz de responder aos problemas que possam surgir de modo a permitir que alterações aos planos do projecto, cronogramas e as actividades no âmbito do engajamento das PIAs possam ser realizadas e ao mesmo tempo para torná-las mais eficazes. Um conjunto de compromissos e/ou actividades concorrem positivamente para o sucesso do engajamento, nomeadamente:

- Abordagens devidamente definidas e transparentes em relação a todas as actividades no âmbito do PEPI para promover o engajamento efectivo das PIAs;
- Ter em conta a inclusão efectiva dos diferentes grupos (mulheres, idosos, vulneráveis, marginalizados, entre outros) nas interações com PIAs;
- Mobilização de recursos suficientes para realizar o engajamento de todos os intervenientes directos e indirectos no Projecto incluindo as identificadas no âmbito do QPR e o QGAS;
- Retorno das PIAs em relação ao PEPI deve demonstrar confiança no Projecto.

Em relação a monitoria externa, a UIP irá contratar uma entidade externa para uma revisão operacional independente de monitorias e avaliações da implementação, verificação de todos os resultados do projecto, a aderência em todos os níveis de implementação aos procedimentos estabelecidos no Manual de Operações do Projecto e, que irá concomitantemente monitorar e avaliar a implementação do PEPI. Os termos para realização da monitoria e avaliação externa serão acordados com o Banco Mundial e relatórios de monitoramento serão compartilhados.

8.2. Retorno da comunicação às Partes Interessadas

O PEPI será periodicamente revisto e actualizado conforme necessário no curso da implementação do Projecto, a fim de garantir que as informações aqui apresentadas sejam consistentes e actualizadas, e que os métodos de divulgação de informação e engajamento identificados permaneçam apropriados e eficazes em relação ao contexto do projecto e fases específicas do desenvolvimento. Quaisquer mudanças importantes nas actividades relacionadas ao projecto e o respectivo cronograma serão devidamente reflectidas no PEPI.

A seguir estão os requisitos de retorno às PIAS para este PEPI:

- i. Relatórios Trimestrais - A UIP central irá preparar breves relatórios trimestrais sobre as actividades de engajamento das partes interessadas a serem submetidos ao Banco Mundial, e isso incluirá:
 - Actividades das partes interessadas realizadas trimestralmente;
 - Actividades de divulgação pública (reuniões com as partes interessadas) realizadas no período e principais constatações ou assuntos debatidos;
 - Registo e resolução de reclamações- referentes ao período e as soluções adoptadas para resolvê-las;
 - Novos grupos de partes interessadas identificados e enquadramento no PEPI;
 - Novos problemas ou desafios emergentes e como eles são / foram considerados pelo projecto;
- ii. Relatórios Anuais de Engajamento das Partes Interessadas - As UIPs compilarão um relatório resumindo os resultados do PEPI anualmente. Este relatório fornecerá um resumo de todas as questões levantadas nos processos de engajamento com as PIAS, ponto de situação de resolução de queixas e reclamações referentes ao período em relatório, conclusões relevantes das consultas públicas a nível da comunidade e outros. Esses relatórios devem ser submetidos ao Banco Mundial.
- iii. Reportar às Comunidades - Será responsabilidade das UIPs reportar às comunidades sobre questões relacionadas com:
 - Como seus pontos de vista são incorporados no projecto;
 - Principais conclusões do monitoramento anual do PEPI.
 - Compartilhar e publicar relatórios e disponibilizá-los nos websites da AIAS e da DNAAS e enviar cópias dos relatórios às partes interessadas (nacional, provincial, comité consultivo local, etc.).
 - Resumo dos resultados publicados em locais de acesso público.
 - Disseminar os resultados de monitoria nos canais de comunicação mais usados pelas comunidades, rádios comunitárias, lideranças locais, a média social pelo seu amplo alcance e dos técnicos afectos as subcomponentes do projecto e outros meios apropriados. Além disso, actividades específicas de engajamento das PIAs levadas a cabo pelos diferentes técnicos afectos nos subcomponentes do Projecto deverá ser relatado à UIP central.

O MGR constituirá um mecanismo que irá permitir as PIAs, principalmente ao nível das comunidades, fornecer o retorno sobre os impactos do projecto e dos programas de mitigação definidos. O PGAS irá estabelecer medidas de mitigação dos riscos ambientais e sociais, com respectivo plano para monitoramento ambiental e social incluindo relatórios.

ANEXOS

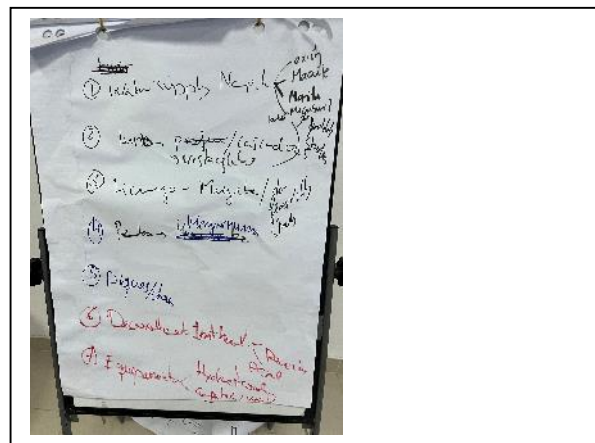
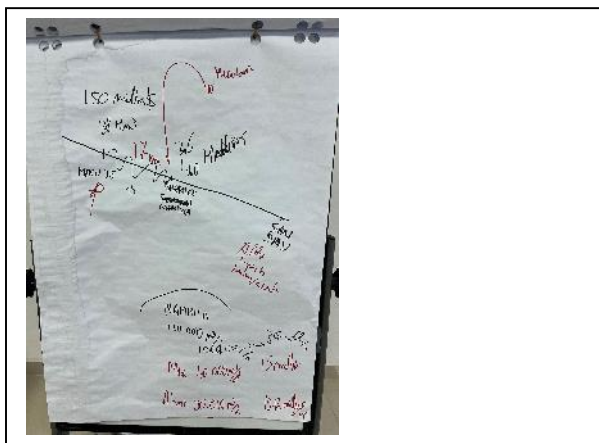
Anexo 1 – Sumário das Actividades de Consultas Técnicas

No dia 25 de Janeiro de 2023, uma equipa do Banco Mundial composta por Laura Bonzanigo (Especialista Sénior de Recursos Hídricos), Masood Ahmad (consultor, conselheiro de recursos hídricos) e David Casanova (Especialista Sénior de Recursos Hídricos), incluindo equipas da Direcção Nacional de Recursos Hídricos (DNGRH) e a ARA-Norte visitou a província de Nampula. A visita foi composta por seguintes fases:

1. Visita à barragem de Nampula no rio Monapo, onde foi discutida a questão de limitações de água para a cidade: a procura actual é de 36.000 m³/dia (15 milhões de m³/ano) mas a actual barragem só tem capacidade para 4 milhões de m³/ano. Esta é uma forte limitação ao abastecimento de água para a cidade de Nampula com mais de 1 milhão de pessoas.



2. Foi feita visita aos escritórios da ARA-Norte. Discutiu-se sobre o seu pessoal técnico e as principais limitações da ARA-Norte, bem como as diferentes opções de fornecimento de água à cidade de Nampula.



3. **Visita ao rio Meluli.** Este local não foi considerado conveniente por estar longe da cidade e, para além dos custos de investimento (barragem + condutas), também os custos do sistema serão muito elevados. Além disso, todo o investimento do FIPAG no rio Monapo seria perdido.



4. **Rio Monapo, a montante da actual barragem de Nampula.** Este local parece promissor, pois permitiria uma barragem relativamente pequena (cerca de 40-50 milhões de m³) o suficiente para garantir água para a cidade. Além disso, a localização dentro de duas grandes montanhas graníticas parece apropriada e os aspectos sociais e ambientais parecem viáveis.



No final, realizou-se uma reunião com funcionários do FIPAG e utilizadores do sistema de abastecimento de água em Nampula. Existem sérias limitações a disponibilidade dos recursos hídricos em Nampula. Apenas 30% das pessoas estão ligadas aos sistemas de abastecimento de água, derivado da insuficiência de água no sistema actual (pequeno reservatório), e as falhas e cortes de água são frequentes para reduzir o consumo dos recursos limitados. Assim, há uma grande necessidade de melhorar o sistema de abastecimento de água na cidade de Nampula. A opção em Macuje, no rio Monapo, a montante da actual barragem de Nampula parece ser uma boa opção que merece consideração. Os próximos estudos de viabilidade, incorporando aspectos técnicos, económicos, sociais e ambientais, deverão analisar em detalhe esta opção.

Segue-se uma lista de pessoas que participaram durante a missão:

S/N	Nome	Posição	N.º móvel (Removido)	Email (Removido)
Direcção Nacional de Recursos Hídricos (DNGRH)				
1.	Messias Macie	Director		
2.	Eduardo Jossefa	Chefe de Departamento - DOH		
3.	Egidio Govate	Chefe de Departamento - DEE		
4.	Agostinho Vilanculos	Chefe de Departamento - DGRH		
	Ana Fotine	Chefe de Departamento - DRHI		
5.	Pedro Fernandes	Chefe de Sector - RDD		
6.	Luís Mabunda	Chefe de Sector - RB		
1	Carlitos Omar	Director		
2	Júlio Lucas	Chefe de Departamento - DRH		
3	Donato dos Santos			

Anexo 2 - Relatório de Consulta Pública

Abaixo estão descritas as actas e os dias da realização das reuniões de consulta pública em cada uma das regiões do país.

Anexo 2.1a - Acta e Fotografias da Reunião da Província de Maputo

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

PROGRAMA REGIONAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL

Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

ACTA DA CONSULTA PÚBLICA

Local: Macaneta - Marracuene	Consulta Pública de apresentação e discussão de Instrumentos genéricos de salvaguarda ambiental e social	Data e hora: 08/02/2023 14H00
--	---	--

Participantes	Mulher	Homem	Total
	5	22	33

Nº	Nome	Comentários	
1		<p>O consultor David Malauene procedeu com a abertura da secção e fez a apresentação dos instrumentos genéricos de salvaguarda ambiental e social em preparação, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS),• Plano de Engajamento de Partes Interessadas e Afectadas (PEPIA),• Quadro de Políticas de Gestão Ambiental e Social (QPGAS) e seus anexos: Plano de Gestão de Mão de Obra, etc.• Quadro de Políticas de Reassentamento (QPR). <p>Explicou que a reunião tinha por objectivo informar e auscultar às partes interessadas e afectadas sobre os resultados preliminares da planificação do Programa e dos seus instrumentos genéricos salvaguardas ambientais e sociais, tendo solicitado contributos para melhora a planificação do Programa e dos instrumentos.</p>	
2	Expectativas e contribuições		Esclarecimento
2.1	Todos	Para o mapeamento das partes interessadas e afectadas, normalmente os comités de bacias de cada região dispõe de	

Nº	Nome	Comentários	
		<p>uma lista de instituições que interagem com os recursos hídricos. Os Comitês de Bacias são cruciais no desenvolvimento do projecto. É importante que sejam comunicadas e consultadas as instituições dirigentes e aos seus membros.</p> <p>Por outro lado, outras partes interessadas incluem:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Instituto Nacional de Gestão e Redução do Risco de Desastres - INGD; – Instituto Nacional de Minas - INAS; – Ministério da Terra e Ambiente - MTA; – Electricidade de Moçambique - EDM; – Municípios e governos distritais; – INIR, MIMAIP; – Entre outros. 	
2.2	Leonardo Saraiva – ARA CENTRO	<p>- Durante as consultas públicas nos locais identificados para a primeira ronda, será necessária a mobilização das partes afectadas e interessadas para os locais da reunião? Quem vai custer e gerir essa mobilização?</p> <p>- Porque motivo a consulta pública apenas abrange as 3 cidades do país, sendo que por exemplo em Beira não se espera nenhuma actividade?</p>	O consultor afirmou que nessa fase do projecto não é recomendado a mobilização de vários intervenientes para os locais de consulta pública. Nesta fase as consultas públicas não abrangem todas as áreas previstas no projecto. Logo que implementado o projecto haverão outras consultas mais específicas e mais localizadas, na fase de EIA, RAP e implementação do PEPI.
2.3	Camilo Inácio – ARA SUL	- A ARA-Sul já tem um mecanismo de gestão de reclamações, que inclui caixas de reclamações, website, páginas nas redes sociais. Está prevista uma criação de uma linha verde para receber reclamações e sugestões ao nível da ARA-Sul, mas não se tem certeza quando estará operacional	O consultor afirmou que ao nível do projecto será proposto um sistema de reclamações centralizado, o qual estará conectada com diferentes mecanismos existentes para cada área e entidade, por forma a permitir controlo geral pela coordenação do Programa.
2.4	Leonardo Saraiva – ARA CENTRO	- A ARA-Centro tem um mecanismo de gestão de reclamações, que inclui caixas de reclamações na sede e plataforma online para a divulgação das várias actividades.	
2.5	Carlos André-Técnico da DNGRH	-A ARA-Norte tem a caixa de reclamações, website, plataformas digitais. Pedimos que ao se criar um mecanismo de gestão de reclamações para o projecto, esse mecanismo esteja alinhado aos vários mecanismos existentes em cada ARA, de modo a criar uma facilidade na recepção e tratamento das reclamações.	

Nº	Nome	Comentários	
		- O que acontece é que quando existe uma reclamação, normalmente o afectado é apoiado pela sociedade civil para expor a reclamação. Não é frequente a recepção de reclamações das comunidades, sendo que talvez as pessoas não estão familiarizadas com os mecanismos existentes ou por vezes tem medo de expor as reclamações. É importante se garantir uma divulgação abrangente de todos os mecanismos existentes para apresentar reclamações.	
2.6	Felizardo Malala – Técnico do ARA NORTE	- Durante a identificação e a consulta de partes interessadas e afectadas, é importante a inclusão e o envolvimento de chefes de posto, régulos, rádios comunitárias e OCBs, ví assim acontecer num projecto de reassentamento.	
2.7	Carlos André- Técnico do DNGRH	- É importante desenvolvimento de capacidade institucional para as questões de salvaguardas ambientais e sociais, para poder dar um fluxo positivo ao projecto e todas as questões relacionadas. Essa capacidade acrescida não deve apenas se limitar na contratação de novos especialistas para o projecto. Deve também incluir o treinamento contínuo aos técnicos existente.	- O banco mundial vai exigir a contratação de especialistas para a implementação do projecto, na qual deverão garantir treinamentos a equipa do cliente. A existência de técnicos adicionais da instituição é uma vantagem pois estes poderão aprender do projecto e dar continuidade na instituição.
2.8	Custódio Vicente- ARA NORTE	- Como vai ser gerida a questão da língua durante as consultas públicas.	- A língua será em função do grupo alvo, sendo que próximas reuniões serão feitas nas cidades, assume-se que os participantes são falantes da língua portuguesa e irá se traduzir caso necessário. Em consultas locais a serem realizadas nas fases subsequentes de EIA, RAP e implementação do Projecto, serão feitas traduções e ou a consulta será feita em língua local por um técnico que fala a língua local.
2.9		-Até sexta-feira serão enviadas para o consultor as listas de Stakeholders que serão identificados por cada ARA, e os comentários da consulta pública.	

Nº	Nome	Comentários	
		-O Dr Pedro será encarregue de receber as listas de Stakeholders das ARAs e partilhar com a equipa dos consultores.	

Fotos da Reunião na localidade de Macaneta



Anexo 2.1b – Lista de Presenças da Reunião da Província de Maputo



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

Programa Regional de Resiliência Climática para a África Oriental e Austral

Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

Data: 08/02/2023

Lista de presenças

Local: Macaneta, Província de Maputo

#	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
1	DAVID MALUENE		Consultor	dmaluene@gmail.com	847694555
2	Ivon Vidouze	DM	Assistente Amb.	IvonVidouze@gmail.com	846375442
3	Jairim Mameambila	EGRACIA VILANCA	Chief S. Segurança	jairim55mameambila@gmail.com	844543240
4	Silvano A. Timbani	DNGRH-DEE	Técnico	patimbanec@gmail.com	845077881
5	Luis Mabunda	DNGRH	Téc do DDT	luismabunda@gmail.com	842320376
6	Agostinho Vilanculos	DNGRH	Chief do GRI	avilanculos@gmail.com	82633796
7	Egidio Gorate	—	— DEE	egorate@dngrh.mz	846858064
8	Pedro Fernandes	DNGRH	Téc do DDT	pdfernandesuaz@gmail.com	844735513
9	Hilário Pereira	DNGRH	Téc do DNGRH	hpereira@dngrh.mz	850492616
10	Francisco Macaranga	ARA-Centro IP	Chefe do DRH	fmacaranga@gmail.com	844114411
11	Celso Salazar	DNGRH-DDT	Assist. Técnico	esclavaz@gmail.com	84556258
12	Cosimiro Carlos Bonifácio	ARA-DEE	Chefe de Planificação	ccb_mira@yahoo.com	842444244
13	Carlos André Jorela Nhacc	DNGRH	Téc. do DDT	nhacajorela@gmail.com	840343070



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

Programa Regional de Resiliência Climática para a África Oriental e Austral

Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

Data: 08/02/2023

Lista de presenças

Local: Macaneta, Província de Maputo

#	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
14	LEONARDO SARAIVA	ARA-CENTRO, IP	JURISTA	leonardo.manuel.saraiva@gmail.com	862748416
15	Duke Costa	ARA-Norte, IP	Jurista	dukecosta40@gmail.com	862349624
16	CAMILO KESHAVJI	ARA-SUL, IP	JURISTA	CKESHAVJI@ANA-SUL.MOZ	846690698
17	Alda Linda Maunda	ARA-SUL, IP	Lista	maundaal@gmail.com	840241519
18	Felizardo Felix Malak	ARA-Norte, IP	Engenheiro	felizardofelix7@gmail.com	849381740
19	Edson Quambe	ARA-Sul, IP	Engenheiro	edsonquambe@ara-sul.gov.mz	862636207
20	Archer Vasco	ARA-Sul, IP	Engenheiro	ARCHER.VASCONCELOS@gmail.com	844732968
21	Leonel Bila	ARA-Sul, IP	Engenheiro	leonel.bila@gmail.com	812084480
22	Lucas Chaimuea	DNGRH	Hidrólogo	lchaimuea@gmail.com	846410277
24	Carlos Gomes Tembe	DNGRH	Geólogo	carlos.tembe@gmail.com	848636646
25	Arcina Nhavoto	DNGRH	Engenheira	arcinanhavoto@gmail.com	847207201
26	Amida Manuel	DNGRH	Jurista	amidakuntalala@gmail.com	826436410

Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

Local: _____

[illegible]



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

Programa Regional de Resiliência Climática para a África Oriental e Austral
 Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social


Data: 08/02/2023

Lista de presenças

Local:

#	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
	Bernardo de Almeida	DM Consultoria	Ass. ambiental	bernardodealmeida@gmail.com	844730876
	Fernando Joemias Cuna	DM Consultoria	Ass. ambiental	Cunafernando.com@gmail.com	843848781
	Alfabeto Vicente				
	Custodio da C.M. Vento	ARA-Gente, IP	D6	Custodio_vq@yahoo.co.uk	829796060

Anexo 2.1c - Exemplo de ficha de comentário e sugestões



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

PROGRAMA REGIONAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL
 Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS

Local MACANETA Data 08 de Fevereiro de 2023

Identificação do autor do comentário/sugestão
 (deixe em branco se preferir anonimato)

Nome: ALDA WINDA MAUNDA EZEQUIEL GOMANE
 Instituição: ABA-SUL 1º
 Telefone(s): 84 024 15 19
 Email: maunda@gmail.com

Comentários/sugestões:
 (continue no verso se necessário)

A apresentadora mostrou bastante ilucação de salutar a inclusão com uma bnice bastante elalada de questões de género.
Abaix me partilhar a necessidade de formação das pessoas directamente ligadas ao projecto sobre materias de género, sobre materias ambientais.

Por favor, complete e devolva em formato físico. Partilhe comentários adicionais pelos seguintes contactos:

Nome	Marcelino Nivali	David Malauene	Celestino Salência
Telef	+258 84726 6157, 877266158	+258 847694555, 877694555	+258 845874845, 825874845
Email	m.nivali@gmail.com	dmalauene@gmail.com	csalencia@gmail.com

Anexo 2.2a - Acta e Fotografias da Reunião da Cidade de Maputo

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

PROGRAMA REGIONAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL

Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

ACTA DA CONSULTA PÚBLICA

Local:
Cidade de
Maputo

**Consulta Pública de apresentação e discussão de
Instrumentos genéricos de salvaguarda ambiental e social**

Data e hora:
22/02/2023
09H00

Participantes

Mulher

Homem

Total

20

70

90

Nº	Nome	Comentários
1		<p>O Sr. Pedro Fernandes representante do DNGRH, procedeu com a abertura da reunião, e fez a apresentação geral do projecto, falando dos objectivos, das áreas que serão intervencionadas, os principais impactos positivos que o projecto trará para as comunidades que beneficiarão desta iniciativa, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Aumentada a fiabilidade de abastecimento de água a cerca 2,5 milhões de habitantes na Área Metropolitana do Grande Maputo para as Cidades de Nampula e Pemba;• Melhorada a protecção de cerca de 800 mil habitantes e 52.200 hectares de terra agrícola;• Melhorada a capacidades de recolha, gestão, previsão e disseminação de informação hidroclimatológica;• Proteger as infraestruturas socioeconómicas, públicas e privadas;• Ajustado o quadro legal do sector de RH em conformidade os eventos extremos e sustentabilidade. <p>O representante explicou ainda que o projecto será implementado de forma estratégica na DNGRH, que vai assumir a responsabilidade fiduciária a nível central, apoiada por uma Assistência Técnica nas áreas específicas, assim como irá interagir com outras instituições tais como o INGD, INIR, INAM e ao nível regional, o projecto será coordenado pelas ARA's igualmente beneficiárias do projecto.</p>
2		<p>O consultor, David Malauene, procedeu com a apresentação dos instrumentos genéricos de salvaguarda ambiental e social em preparação, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none">• Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS),• Plano de Engajamento de Partes Interessadas e Afectadas (PEPIA),• Quadro de Políticas de Gestão Ambiental e Social (QPGAS) e seus anexos: Plano de Gestão de Mão de Obra, etc.

Nº	Nome	Comentários
		<ul style="list-style-type: none"> • Quadro de Políticas de Reassentamento (QPR). <p>Explicou que a reunião tinha por objectivo informar e auscultar às partes interessadas e afectadas sobre os resultados preliminares da planificação do Programa. Apresentou igualmente todos os passos a seguir na implementação do programa, no que diz respeito aos aspectos ligados a inclusão das partes interessadas a nível institucional e comunitário, os possíveis impactos positivos e negativos do projecto e os seus instrumentos genéricos de salvaguardas ambientais e sociais, tendo solicitado contributos para melhor a planificação do Programa e dos instrumentos.</p>
3		Expectativas e contribuições
3.1	Ataíde Sacramento (SAVE THE CHILDREN)	- Uma vez que o programa de Resiliência Climática é para a África Oriental e Austral, gostaria de saber que outros países estão a implementar o programa, e como está a ser feita a coordenação com eles?
	Farida Gulamo (SECRETARIA EXECUTIVA DA ADEMO)	- Priorizar e ter em conta a necessidade de pessoas vulneráveis nas diferentes fases de planificação do projecto, por exemplo, programas de resgate de pessoas com deficiência nas emergências resultantes de desastres; - Localizar as residências dos deficientes mais próximo à serviços e da rede de transporte nas áreas hospedeiras de reassentamento. - Adaptar as infra-estruturas às pessoas com deficiência por forma a garantir uma locomoção segura e independente. - A ADEMO trabalho com equipe que implementou o reassentamento de Corumana e estamos disponíveis em esclarecer dúvidas, dar recomendações e apoiar sempre que for necessário.
3.2	Luis Amur (UEM)	- Durante a explicação do consultor, as normas e políticas ambientais do Banco Mundial foram citadas várias vezes. - Porque temos de dar prioridade às políticas do Banco Mundial, quando o nosso país tem um vasto quadro de políticas ambientais e sociais?

Nº	Nome	Comentários	
3.3	Pedro Paulo (MARAGRA)	<p>- Em primeiro lugar, gostaria de elogiar a iniciativa de criar o projecto de Resiliência Climática.</p> <p>-Já tive a oportunidade de participar em algumas consultas públicas. Espero que esta sirva para resolver o problema das inundações que estamos a enfrentar no Distrito de Manhiça, porque com a abertura da bacia do Incomáti, todas as nossas culturas se perderam, e as nossas casas estão cheias de água.</p> <p>Espero que este projecto nos possa ajudar a resolver a questão das inundações que nos assolou devido à abertura das barragens na vizinha África do Sul.</p>	<p>Observação/Contribuição</p> <p>Aplicável ao projecto</p>
3.4	Dionísio Varela (FDC)	<p>- Gostaria de chamar a atenção de toda a equipa responsável pela implementação do programa, relativamente ao plano de reassentamento, há uma componente que tem sido muito violada na implementação destes instrumentos, que é o Património Cultural (crenças religiosas, actividades económicas desenvolvidas pela comunidade local).</p> <p>-Recomendo ao consultor e outras partes interessadas que tenham esse cuidado, para que seja salvaguardada a identidade da cultura local.</p>	<p>Observação/Contribuição</p> <p>Aplicável ao projecto</p>
3.5	Larifa Francisco Biza (DNGRH)	<p>Gostaria de alertar os gestores de projecto para terem muito cuidado com o processo de reassentamento. Durante a apresentação do consultor, não recebemos qualquer esclarecimento sobre o tratamento que é dado às pessoas com deficiência.</p> <p>Gostaria de recomendar ao consultor que os instrumentos desenvolvidos priorizem a necessidade de pessoas vulneráveis nas diferentes fases de planificação do projecto, por exemplo.</p>	<p>Observação/Contribuição</p> <p>Aplicável ao projecto</p>
3.6	Gregório (AGRICULTOR)	<p>- Eu sou agricultor, tive todas as minhas culturas afectadas pelas águas do rio Incomáti, quando saí da minha casa, a água estava prestes a entrar dentro da minha casa, é muito provável que eu volte e encontre a minha casa inundada. Como se explica isso, nós não tivemos chuvas, mas estamos com as nossas casas inundadas?</p>	<p>Observação/Contribuição</p> <p>Aplicável ao projecto</p>


Nº	Nome	Comentários	
3.7	José (MARAGRA AÇUCAREIRA)	-Estive muito atento às duas apresentações, a primeira ligada à apresentação do projecto, e a segunda às salvaguardas ambientais sociais, e nenhuma delas mencionou a reabilitação das estradas e da Bacia Hidrográfica do Incomati, que são áreas bastante pertinentes por se intervencionar.	O Chefe de Departamento da ARA Sul Delário Sengo, esclareceu que O DNGRH tem projectos específicos em curso para a reabilitação de estradas rurais e urbanas. Este projecto que hoje nos é apresentado diz respeito às alterações climáticas, para a construção de barragens e diques de protecção resilientes.
3.8	Idilia Mutemba- (AURA-IP)	<p>- As últimas chuvas afectaram bastante a província de Maputo concretamente a vila de Boane (posto administrativo de Mazambanine), as estradas e pontes são as infraestruturas que mais foram afectadas.</p> <p>- Gostava de saber, se é possível englobar essas infraestruturas no projecto?</p> <p>-Durante a apresentação do projecto foi citada, que uma das componentes do projecto envolve a reformulação dos custos do fornecimento da água, gostaria de saber se é possível manter a qualidade da água aplicando custos baixos de remuneração?</p> <p>- Deve-se se considerar a construção de uma barragem na Bacia do Umbeluzi.</p>	<p>Observação/Contribuição</p> <p>Aplicável ao projecto</p>
3.9	Pedro Paulo (AGRICULTOR)	- As estradas de acesso ao distrito de Manhiça foram gravemente afectadas, e não houve qualquer intervenção sobre qualquer acção que venha a ser tomada a este respeito.	<p>Observação/Contribuição</p> <p>Aplicável ao projecto</p>
3.10	Armando Zuana (CHVM-MARAGRA)	-Em primeiro lugar gostaria de elogiar os instrumentos apresentados, e advertir para que se tenha muita atenção com a gestão das infraestruturas, pois muitas das obras acabam se deteriorando antes do previsto por falta de gestão.	<p>Observação/Contribuição</p> <p>Aplicável ao projecto</p>
3.11	André Xilaule- (AGRICULTOR)	<p>-Gostaria de sugerir melhorias no âmbito da informação sobre o estado meteorológico, o distrito de Manhiça não dispõe de nenhum lugar onde se possa recorrer para ter esta informação. Avaliamos que com esta ferramenta as perdas de colheitas seriam reduzidas, pois os agricultores teriam mais tempo para retirar os seus produtos das áreas de risco.</p> <p>- Sugerir a criação de uma plataforma online onde os agricultores e a comunidade possam recorrer para ter informações meteorológicas.</p>	<p>Observação/Contribuição</p> <p>Aplicável ao projecto</p>


Nº	Nome	Comentários	
3.12	Jeremias Emídio (UEM)	<p>-Gostaria de recomendar ao consultor que tenha muita atenção com as partes interessadas (Stakeholders) assim como as terminologias que usa para citar as pessoas com deficiência.</p> <p>-Gostaria de saber se estão acauteladas as questões ligadas aos riscos complexos?</p>	<p>- O consultor esclareceu que todos os riscos são tratados e previstos, e foram descritos durante a apresentação, possivelmente devido a algumas terminologias ambientais possa ter lhe escapado à percepção sobre a descrição de riscos complexos. O consultor se demonstrou aberto a qualquer tipo de esclarecimento sobre todas as questões relacionadas com as salvaguardas ambientais, deixando os seus contactos para possíveis esclarecimentos.</p>
3.13	Adelina- (AGRICULTORA)	<p>- Gostaria de pedir especial a atenção ao governo, pois se falou muita coisa bonita, no âmbito da apresentação do projecto. Mas em nenhum momento se falou da real situação que as comunidades estão sofrendo.</p> <p>- A minha pergunta é, será que nós somos menos pessoas que os sul-africanos, eles abrem as suas barragens quando entendem e nós perdemos todas as nossas machambas essa situação já se prolonga por muito tempo pedimos a quem é direito para que olhe por nós, a nossa base de sobrevivência e a agricultura. Com estas águas a invadir nossas machambas passaremos fome.</p>	<p>Observação/Contribuição</p> <p>Aplicável ao projecto</p>
3.14	Ataide Sacramento- (SAVE THE CHILDREN)	<p>- Pude notar durante a apresentação do consultor que o projecto terá impactos que gostariam de saber que medidas de mitigação serão adoptadas.</p> <p>-Assim como recomendar que se tenha em conta as crianças e jovens que serão afectados pelo projecto, delineando medidas inclusivas e preventivas a fim de evitar danos sociais.</p>	<p>Observação/Contribuição</p> <p>Aplicável ao projecto</p>
3.15	Alvins (AGRICULTOR)	<p>- Gostaria de saber que acordo Moçambique tem com a África do Sul sobre a gestão partilhada das bacias hidrográficas?</p> <p>-Quais são os diques que serão intervencionados no âmbito do projecto?</p>	<p>Observação/Contribuição</p> <p>Aplicável ao projecto</p>

Fotos da Reunião de Cidade de Maputo



Anexo 2.2b – Lista de Presenças da Reunião da Cidade de Maputo

 REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos PROGRAMA REGIONAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL – Consulta Pública de Salvaguardas Ambientais e Sociais Data: 22 de Fevereiro de 2023					
Nº	Nome	Instituição	Email	Telefone	NIB
1	Nelisa Munguambe	DNGRH	nlimunguambe@gmail.com	82891954	0008.0000.5775234610180
2	Marina Manuabe	Politecnica	enimammanuabe@gmail.com	821235509	
3	Amir Anwar	UEM	amir.anwar@gmail.com	844217090	
4	Artur Sacramento	Save the Children	artur.sacramento@save-the-children.org	844217090	0008.0000.12015294
5	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
6	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
7	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
8	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
9	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
10	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
11	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
12	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
13	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
14	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
15	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
16	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
17	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
18	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
19	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
20	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
21	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
22	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
23	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
24	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
25	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	

 REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos PROGRAMA REGIONAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL – Consulta Pública de Salvaguardas Ambientais e Sociais Data: 22 de Fevereiro de 2023					
Nº	Nome	Instituição	Email	Telefone	NIB
1	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
2	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
3	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
4	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
5	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
6	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
7	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
8	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
9	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
10	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
11	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
12	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
13	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
14	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
15	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
16	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
17	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
18	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
19	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
20	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
21	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
22	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
23	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
24	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	
25	Paulo Silva	MAANSA	Paulo.Silva@maansa.org	843005010	

25	ARNESSE Oxidic Lico	STV	arnesse@oxidic.com	833079296	0000.0000.176736397	101.73.
26	Guilherme da Costa	Tangent Bullof	guilherme@tangent.com	848901982		
27	Alvin N.R. Guim	Tangent Bullof	alvin@tangent.com	843324312		
28	ROCHETE LIBOMBO	TYM	ROCHETE@LIBOMBO.COM	846606325	0001000000229080241	7
29	MUSTAFAS ATUGI	TYM		849215393	000100000013923026852	
30	Caule Sadomani Uragan	AVKA, EP	csadomani@gmail.com	844701472	000800001387633610180	
31						
32						
33						
34						
35						
36						
37						
38						
39						
40						
41						
42						
43						
44						
45						
46						
47						
48						
49						
50						
51						
52						
53						
54						
55						
56						
57						
58						
59						
60						
61						
62						

Anexo 2.3a - Acta e Fotografias da Reunião da Cidade de Nampula

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE

Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos

Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

PROGRAMA REGIONAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL

Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

ACTA DA CONSULTA PÚBLICA

Local: Nampula	Consulta Pública de apresentação e discussão de Instrumentos genéricos de salvaguarda ambiental e social	Data e hora: 27/02/2023 09H30
--------------------------	---	--

Participantes	Mulher	Homem	Total
	7	49	56

Nº	Nome	Comentários
1		<p>O consultor Marcelino Nivali procedeu com a abertura da secção e fez a apresentação dos instrumentos genéricos de salvaguarda ambiental e social em preparação, nomeadamente:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS), • Plano de Engajamento de Partes Interessadas e Afectadas (PEPI), • Quadro de Políticas de Gestão Ambiental e Social (QPGAS) e seus anexos: Plano de Gestão de Mão de Obra, etc. • Quadro de Políticas de Reassentamento (QPR). <p>O consultor explicou que a reunião tinha por objectivo informar e auscultar às partes interessadas e afectadas sobre os resultados preliminares da planificação do Programa e dos seus instrumentos, tendo solicitado contributos para enriquecer os instrumentos a serem elaborados. Após a apresentação, foram feitas as seguintes contribuições:</p>
2	<div>Expectativas e contribuições</div> <div>Esclarecimento</div>	
2.2	Leopoldo Horácio - Universidade Lúrio, Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico	<div> <p>Em relação ao Código de Conduta sobre os trabalhadores, acho que é importante incorporar não só na fase de execução da obra, assim como na fase de contratação da mão-de-obra, porque a violência do género, não só acontece na execução da obra, também acontece na contratação da mão-de-obra.</p> <p>Quanto ao reassentamento ou compensação, a experiência moçambicana mostra que, quando pedimos compensação, os nossos irmãos, ou nós</p> </div> <div> <p>- O consultor afirmou que, o código de conduta deverá ser vinculado em todo o processo, incluindo a fase de contratação. Esse Código de Conduta é extensivo para os trabalhadores das comunidades afectadas, até para os gestores seniores.</p> <p>- No quadro de reassentamento existe uma parte que fala do data limite, que corresponde ao dia a partir do qual as</p> </div>

Nº	Nome	Comentários	
		<p>que estamos a ser compensados não nos contentamos em receber apenas dinheiro, porque com dinheiro por vezes nada fazemos, seria bom reassentar num lugar, para construir uma obra ou algo do género.</p> <p>Ainda na mesma questão, se tiver reassentamento, quanto tempo vão demorar para iniciarem as obras? Por exemplo o campus de Marrere da Universidade Lúrio, quando começamos a construir a Universidade Lúrio, tínhamos 130 hectares aqui em Nampula, 100 hectares em Pemba, 150 hectares em Niassa. Fez-se um levantamento das pessoas afectadas e demarcação do local, mas no período da execução, já tínhamos problemas, porque já passavam mais de 10 anos, as pessoas já haviam ocupados essas áreas. Tudo isso está relacionado com o período de execução, depois de demarcar a área e levar muito tempo para executar a barragem ou a infraestrutura vamos ter problemas, então é preciso pensar numa política de um período curto para a execução.</p>	<p>pessoas ficam proibidas de desenvolver actividades de melhorias permanentes, até que as pessoas afectadas sejam compensadas. Qualquer nova construção ou ocupação da terra depois da data limite, não será elegível para compensação. A data limite pode ser a data de delimitação da área do Projecto, antes do recenseamento, desde que tenha havido uma disseminação pública eficaz sobre a área delimitada e, disseminação sistemática e contínua posterior à delimitação de modo a evitar o influxo de população. O Projecto não pode indefinidamente impedir as pessoas de desenvolver as suas actividades para sempre. Nesse caso, deverá se acordar com as PAPs na presença dos líderes locais e autoridades governamentais um prazo temporal tangível de validade da data-limite.</p>
2.3	Ilídio de Sagres - CEDES	<p>Minha preocupação é com a implementação. Há muitos projectos grandes que ainda estão a dar barulho, e eu espero que neste sejam mapeados os problemas que os projectos grandes tiveram com reassentamentos e compensações, de forma que a gente tenha um projecto que não repita essas histórias. E também, quando se executa um projecto, é preciso saber as especificidades de cada região, quanto aos números dos membros dos agregados familiares, e seus hábitos e costumes.</p>	<p>O consultor afirmou que, antes do desenho dos projectos é necessário saber, quais são os projectos que acontecem ou que aconteceram naquela região e colher-se alguma sinergia para se implementar no actual projecto, por forma a não se repetir alguns erros do passado e potenciar os pontos positivos. É recomendado para o projecto a Avaliação de Impactos Ambientais e Sociais Regionais, onde serão conhecidos os dados concretos de cada região afecto por cada subprojecto e definir medidas de gestão ambiental e social específicos para essa região afectada.</p>
2.4	Calisto Omar – ARA NORTE IP. Técnico	<p>Espero que as comunidades locais sejam directamente envolvidas na implementação do projecto, porque se isso não acontecer, teremos problemas que nós todos conhecemos, por isso, as lições do passado devem ser bem aprendidas para podermos ter um resultado melhor e desejado. Existem parceiros neste país que trabalham directamente com o Governo, que podem ajudar em tudo que é necessário para a implementação do projecto, de mesmo modo existem as ONG's, a Sociedade Civil, e existe também o Sector Privado, então é preciso se envolver estas entidades todas, sobretudo nas consultas.</p>	<p>O consultor afirmou que, em todas as fases do projecto vai ser incluída a participação da comunidade, mesmo no decurso das obras, serão sempre feitas consultas contínuas com as partes interessadas e afectadas.</p>

Nº	Nome	Comentários	
2.5	Nissa Castro João – Técnico SDPI Monapo	A minha opinião, de tudo que foi falado aqui esta tudo certo, só quero apelar que depois de se aprovar o projecto, se apresentem primeiro ao SDPI, isso porque algo tem acontecido, as empresas contratadas não se apresentam no distrito, vão directamente nas localidades ou na comunidade, e quando chegam lá se apresentam e pedem que a comunidade os receba para começarem a trabalhar. Mas quando há problemas, é quando vão para o distrito ou ao SDPI para que possa intervir nesse problema, então dessa vez queremos que o cenário mude. É importante nós sermos envolvidos sempre antes mesmo de chegar nas nossas comunidades.	
2.6	Leopoldo Horácio - Universidade Lúrio, Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico	Quando apresentou o slide, um deles falava da segurança de barragem, porém não foi abordado nada sobre segurança de barragem para o projecto.	<p>Celestino (Salem) – Consultor DNGRH-DOH</p> <p>No âmbito do projecto regional de resiliência climática, esta em curso neste momento a consultoria que visa elaborar o Plano Nacional de Gestão de Recursos Hídricos, e práticas de segurança de barragens, que tem duas componentes. A primeira componente inclui o plano nacional de gestão de recursos hídricos, e a segunda componente, a avaliação das práticas de segurança de barragens em Moçambique. Na primeira missão do projecto regional de resiliência climática, o Banco Mundial liderou uma missão de campo que visitou as barragens de Coromana, Massingir e Pequenos Libombos na zona sul e muito recentemente houve uma missão aqui em Nampula na última semana de Janeiro, e também em Pemba, visando aprimorar esta componente de segurança de barragens. Esse plano tem sido cada vez mais importante para garantir não só a segurança da infraestrutura, como também a segurança daqueles todos que se beneficiam com a barragem.</p>
2.7	Salomão Raul Francisco – Director SDPI Mogovolas	Pretendo trazer aqui uma reflexão não muito menos importante, nessa situação de consultorias, existem aquelas feitas para fazer um trabalho de levantamento de estudo de uma determinada área para a implementação de um projecto, onde o consultor faz um trabalho e entrega, e daí o dono do projecto procura o empreiteiro para a execução do projecto. Nesse momento de execução, o consultor já não está, porém, algumas situações acabam não dando certo ou não acontecendo	<p>Celestino (Salem) – Consultor DNGRH-DOH</p> <p>Isso é difícil, porque qualquer contratação tem sempre um modelo, pode ser que por exemplo haja fundos na primeira fase do estudo, e é financiado com um financiador, e depois na segunda fase, abre-se um novo concurso para essa eleição,</p>

Nº	Nome	Comentários	
		porque a pessoa que fez o estudo do projecto não está. Dessa forma, porquê não pensarmos daqui em diante, o consultor começar desde princípio do desenho, processo de levantamento do estudo de viabilidade até na fase de execução e conclusão do projecto e entrega.	portanto, há vezes em que o mesmo consultor que começou não concorre, também as vezes o próprio financiador condiciona esta componente de implementação.
2.8	Noel Américo – INGD Mocuba	Quanto a câmara de empréstimo por exemplo, para a construção de diques, tem-se abertas câmaras de empréstimo onde tira-se os solos para as obras, no fim do projecto, essas câmaras de empréstimo não são fechadas, e consequentemente temos tido áreas inundadas e já que no projecto falamos também aqui de inundações, cheias entre outros” eu sugeria que pudéssemos aqui incluir a gestão das camaras de empréstimos.	O consultor afirmou que o plano de gestão ambiental e social que vai ser desenhado na fase posterior antecedida da execução das actividades do projecto, incluirá um plano de gestão das câmaras de empréstimo, em que serão descritas directrizes que o empreiteiro deverá agir no caso de abertura e gestão das câmaras de empréstimo.
2.10	Pedro Viola Catangala - Chefe do Poste Sede, Maganja da Costa	Eu acredito que esta apresentação que passou está a mexer com todos, foi uma apresentação muito excelente, e mexeu também comigo. Como estava a dizer o meu colega o Delegado do INGD, nós passamos em quase tudo aquilo, mas há uma questão que sempre frisei no momento da implementação nos projectos passados, por exemplo, na construção dos diques de Nanthe, não houve clarificação por parte do plano de manejo, digo isso porque as empresas vêm e omitem algumas informações quanto as compensações. Por outro lado, deveria se fazer um estudo para a construção de PH's (Passagem Hidráulicas) porque nesse local carece de uma análise prévia na perspectiva de se colocar alguma passagem hidráulica, porque será viável, e o empreiteiro recusou-se alegando que o projecto não permite. Então eu queria pedir que na implementação do projecto criem um ponto focal da Direcção Nacional de Recursos Hídricos no Local, que possa nos interligar entre o empreiteiro e a comunidade, porque mesmo o fiscal também era uma pedra no sapato para connosco.	O consultor afirmou que a implementação do projecto será feita com base nas consultas as partes interessadas e afectadas, incluindo a implementação e divulgação massiva do mecanismo de gestão de reclamações, para garantir o envolvimento de todos no projecto.
2.11	Achado Jamal Paiva - Delegado do INAM.	Muitas vezes no final da implementação dos projectos, não temos pessoas qualificadas para garantirem a continuidade de algumas acções desenvolvidas no âmbito da implementação do projecto. ouvi aqui a se falar que vão importar equipamentos de medição, como por exemplo estações meteorológicas automáticas. de certeza que não de vir muito sofisticadas, é preciso que tenhamos a capacidade de manutenção dessas estações, no entanto, temos que ter pessoas treinadas/qualificadas, para que depois do projecto terminar as coisas não comecem a falhar	Os projectos pela natureza têm um período de vida, muita das vezes os sectores devem planificar e colocarem no plano com base nos orçamentos do estado para fazer face as alterações, manutenção de novos equipamentos, porque o projecto se é de 5 anos, e depois de 5 anos acabou, então é preciso garantir que enquanto o projecto ainda está em vida, se escrevam essas actividades nos planos dos sectores para garantir a


Nº	Nome	Comentários	
		porque não temos profissionais suficientemente treinados para lidar com o equipamento.	manutenção e profissionais qualificados. No entanto, nos diferentes planos a serem desenvolvidos, será frisada a necessidade de treinamento dos técnicos afectos a cada área beneficiária para dar continuidade das actividades após o período de implementação do projecto.
2.12	Leopoldo Horácio - Universidade Lúrio, Faculdade de Arquitectura e Planeamento Físico	Na construção dessas infraestruturas estaremos a destruir algumas árvores, e depois temos que fazer o reflorestamento. Agora naquelas zonas onde derrubamos as árvores, por vezes temos camiões de grandes portes e maquinaria, as vezes por falha mecânica ou as vezes porque chegou o tempo de manutenção, eles vão derramando óleo sobre o solo, em algum momento aquele óleo polui a natureza. Como será acautelada os derrames dos óleos na construção dessas infraestruturas?	Quanto aos derrames de óleos e toda a gestão dos resíduos, o quadro ambiental e social descreve os tratamentos que devem ser dados. No entanto, o plano de gestão ambiental a ser desenvolvido a posterior, esse deverá descrever as orientações para que o empreiteiro consiga gerir as suas actividades sem comprometer o meio ambiente e as comunidades locais.
2.13	Mateus Dos Santos – Delegado da ANE – Nampula	Com base na nossa experiência em projectos desenvolvidos pela ANE, muita das vezes, as pessoas são reassentadas em novas áreas. Mas depois de algum tempo, essas pessoas voltam a áreas de onde foram retiradas. Como o projecto prevê gerir esses constrangimentos?	O consultor afirmou que, vão ter em conta que o plano de reassentamento tem como a primeira e principal orientação é evitar reassentamentos, tem que se arranjar formas de desenhar o projecto para que não influencie na questão de reassentamento, mas quando isso não for possível, depois da retirada das pessoas nas áreas afectadas, deve-se garantir que aquela população não retorne para aquela área. Uma forma de garantir isso é estabelecendo todos os mecanismos para o desenvolvimento dessas comunidades nas novas áreas, incluindo a facilidade de acesso aos postos de saúde, escola, manutenção dos meios de subsistência.
2.15	António Reis – Adjunto do Regulo Nanthe	Qual é que será o próximo passo daqui em diante, o que é que esperamos?	Celestino (Salem) – Consultor DNGRH-DOH Dizer que esta fase, é a fase de auscultação, fase essa muito importante por permitir que se façam consultas públicas, com isso teremos os documentos, que devem ser compilados e submetidos ao Banco Mundial. Como primeira fase da missão, é de preparação. De Novembro de 2022 até 30 de Março de 2023 é feita a

Nº	Nome	Comentários	
			<p>Avaliação das Capacidades do Sector de Recursos Hídricos, para a implementação do projecto, uma das discussões em curso era, como é que o projecto vai ser implementado e onde é que vai estar localizada a unidade de coordenação do projecto,</p> <p>Depois vamos ter negociações entre o Banco Mundial e o Governo, até mais ao menos Abril de 2023, e em Maio o Banco Mundial e o Concelho de Administração do Banco vão sentar para deliberar sobre a aprovação desse projecto.</p> <p>Em Maio, Junho Julho e Agosto, é quando o projecto vai ser assinado finalmente pelo Governo de Moçambique e Banco Mundial, e depois da assinatura do projecto, vão passar dois meses para o projecto tornar-se efectivo, então depois disso já existirá dinheiro, financiamento, e só depois de dois meses, a 1 de Dezembro de 2023 é que o projecto passa a fazer o primeiro desembolso, a disponibilização dos primeiros fundos.</p> <p>Portanto, esta é a previsão que foi feita entre o Banco e o Governo de Moçambique. Muito obrigado!</p>
2.16	Director Regional da ARA-Norte	<p>Agradeço pela vossa presença e pelas ricas contribuições que cá trouxeram, esperamos que o consultor tomou nota, eu acredito que não será a última consulta, é provável que surjam ainda mais consultas nesta região, como dizíamos hoje de manhã, as consultas estão sendo realizadas a níveis regionais, então depois da região sul, hoje desenhávamos a região norte, depois vai se para a região centro e provavelmente haverá mais consultas, podem não ser desse género, talvez individualmente, cada uma na sua região. Queremos pedir todo apoio possível, eu sei que para o projecto como o próprio consultor dizia, temos mais alguns meses, parece muito tempo, mas não é, mais ao menos 9 meses para começarmos, então queremos pedir todo o vosso apoio, todo o vosso engajamento para que nós tenhamos sucesso. Muito obrigado!</p>	

Fotos da Reunião de consulta na Cidade de Nampula




Anexo 2.3b – Lista de Presenças da Reunião da Cidade de Nampula


REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

Programa Regional de Resiliência Climática para a África Oriental e Austral
Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

Data: 27/02/2023 Local: Cidade de Nampula, New Hotel


#	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
1	Paulina Tave	Posto de Nampula	chefe de Post	-	877796272
2	Carla M. M. Tavares	Electricidade Moçambique	Engenheira	carla.guerra@edp.co.mz	84872681791
3	Samuel Rui Francisco	SDPI-Mozambique	Director	Samuel.Francisco@epi.co	861138112/847777
4	José João	Região Metropolitana de Nampula	Deputado	-	861022809
5	Sérgio Luís de Sousa	Associação MLC	Director	s2simguiz2@gmail.com	96193981-14636775
6	SUPETE ALI SUPETE	ACADEMIA MILITAR DE ENGENHARIA	Prof. Adj. de Matemática	Supete.Ali@epi.co	86133266
7	Luís M. M. M.	Comunidade	Líder	-	844635966
8	Helena Espírito Santo	ANE-Nampula	Delegada Provincial	matheuspinheiro@epi.co	843984156
9	Armando Fomuly	ANAN-Nampula	Deputado Provincial	armando.fomuly@gmail.com	845744424
10	Nelson M. N. N.	RA-Raposa	Deputado	nelson.mn@epi.co	845226445
11	Tito Ricardo Pedro	Líder Comunal	Líder - Raposa	Raposa	840432802
12	Marta Martins	AEU-Mozambique	Deputada	martamartins@epi.co	84031624
13	NISSA CASTRO JONAS	SDPI-Mozambique	SECRETARIA	niissa.castro@epi.co	84950254


REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

Programa Regional de Resiliência Climática para a África Oriental e Austral
Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

Data: 27/02/2023 Local: Cidade de Nampula, New Hotel

#	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
1	LEOPOLDO Z. SANTOS	UNILUR	DOCENTE	leopoldo@unilur.ac.mz	87748480
2	Osvaldo P. S.	Associação Militar	Docente	osvaldo@epi.co	874883207
3	Ali Afite	Ademco	Presidente	ademco@epi.co	867962167
4	Gina Compa Nw	DPGAS	Chefe de Depto	gina@epi.co	84496844
5	Didio de Sagres	CENES	Deputado	didio@epi.co	34861115
6	António Cipriano	ASA-Mozambique	Deputado	antonio@epi.co	865291050
7	Nélia de Jesus	ARA-Nampula	Deputada	nelia@epi.co	84496844
8	Francisco Nafira	ARN	PCA	francisco@epi.co	84496844
9	Diogo da Costa Mabele	ARA-Nampula	Deputado	diogo@epi.co	84496844
10	Marcelino Nivali	-	Deputado	marcelino@epi.co	84496844
11	João Inguane	AIM-ASA	Jornalista	joao@epi.co	84496844
12	João de Deus Naveira	ARA-Nampula	Deputado	joao@epi.co	84496844
13	Muaziza Fomuly	ARA-Nampula	Deputada	muaziza@epi.co	84496844



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

Programa Regional de Resiliência Climática para a África Oriental e Austral
Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

Data: 27/02/2023 Local: Cidade de Nampula, New Hotel

Lista de presenças

#	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
1	Micaela Francisco	ARA NORTE, IP	Coordenadora de D. Norte	micaelafrancisco@gmail.com	875731771
2	Casimiro Carlos Buarão	ARA NORTE, IP	Coordenador de D. Norte	casimiro@tela.com	842444244
3	Isabel Costa	ARA NORTE, IP	Técnica	isabelcosta@gmail.com	869093023
4	ARYANAO BAAHO	SDAE-MONAR	DIRETOR	aryanao@monar.mz	848574242
5	Muchembo Muanetsa	SDAE-PAFUS	SUPERVISOR	muchembo@pafus.mz	860641897
6	Wild A. Afredo	ARA NORTE, IP	Técnico	wildafredo@gmail.com	875200077
7	Eliseu Sousa	ARA NORTE, IP	Técnico	eliseusousa@gmail.com	848446485
8	Edilson Fichumani	ARA NORTE, IP	Técnico	edilsonfichumani@gmail.com	876330246
9	Otávio Fonseca	Rede de D. Norte	Técnico	otaviofonseca@gmail.com	846392977
10	Carlos Costa	Rede de D. Norte	Técnico	carloscosta@gmail.com	844408930
11	João Manuel D. Mulidini	CMCN-NIL	Coordenador de D. Norte	joaomulidini@gmail.com	862004076
12	Emmanuel Antonio	CMCN-NIL	Técnico	emmanuelantonio@gmail.com	841809033
13	Calisto Ribeiro	AMDER NIL	Delegado	calisto.mucel@amder.mz	846011370



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

Programa Regional de Resiliência Climática para a África Oriental e Austral
Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

Data: 27/02/2023 Local: Cidade de Nampula, New Hotel

Lista de presenças

#	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
1	Leandro (Direc)	ARA NORTE, IP	Coordenador de D. Norte	leandro@ara-norte.gov.mz	84750213
2	Pedro Carvalho	DNGRH	Técnico	pedrocarvalho@gmail.com	844735573
3	João Simão E. Machado	DNGRH	Técnico	joaosimao@gmail.com	84608297
4	Carla Francisco	DNGRH	Técnica	carlafrancisco@gmail.com	849165445
5	NOEL ANTONIO ATEGA	INGD-PAFUS	Coordenador de D. Norte	noelatega@gmail.com	870776643
6	Felizardo Felix Madi	ARA Norte	Coordenador de D. Norte	felizardofelix@gmail.com	867381741
7	CARLOS MANGATO	JACAPANDAM	Coordenador de D. Norte	carlosmangato@gmail.com	849318521
8	JOÃO P. MUCAND	OLIPA PAFUS	Coordenador de D. Norte	joaomucand@gmail.com	848584130
9	Filipe Simão	TUM	Técnico	filipesimao@gmail.com	840266324
10	Pedro Viola Patanga	S. Dist. de Nampula	Coordenador de D. Norte	pedroviola@gmail.com	84244585/861166115
11	Amabela Luis	S. Porto	Técnica	amabelaluis@gmail.com	846576992
12	Antonio Luis Gonçalves	Ass. Reg. de D. Norte	Coordenador de D. Norte	antonioaluis@gmail.com	84331773/84782093
13	Rafael Antunes	Jacaporã	Coord. Dep. Legal	rafaelantunes@gmail.com	84320485/842015216


REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

Programa Regional de Resiliência Climática para a África Oriental e Austral
Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

Data: 27/02/2023 Local: Cidade de Nampula, New Hotel

Lista de presenças

#	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
1	Paulino D. MacPera	AAA-Norte	Técnico	PaulinoMacPera@gmail.com	87829883
2	Teresa Paul MacPera	AAA-Norte	Téc.		21583587
3	Ally Mungade	-	Ass. Consultor	allymungade@gmail.com	84496155
4	Celso Silva	DNCRH-DOH	Consultor	celso@dngrh.gov.mz	84546366
5					
6					
7					
8					
9					
10					
11					
12					
13					

Anexo 2.4a - Acta e Fotografias da Reunião da Cidade da Beira

REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

**PROGRAMA REGIONAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PARA A
ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL**

Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

ACTA DA CONSULTA PÚBLICA

Local: Hotel Beira Terrace Cidade da Beira	Consulta Pública de apresentação e discussão de Instrumentos genéricos de salvaguarda ambiental e social	Data e hora: 10/03/2023 10H00
---	---	--

Participantes	Mulher	Homem	Total
	6	20	26

Nº	Nome	Comentários
1		<p>O Eng. Luís Mabunda, da Direcção Nacional de Gestão dos Recursos Hídricos, dirigiu-se aos presentes saudando-os e fazendo valer a importância daquele evento de consulta pública e do Projecto. Acrescentou ainda que as contribuições que possam advir daquela apresentação seriam uma mais-valia nos diferentes momentos, quer da elaboração dos estudos preliminares, quanto da implementação do projecto, pelo que apelou a colaboração dos participantes após auscultação das apresentações do Proponente do projecto e do Consultor Ambiental.</p> <p>De seguida tomou da palavra o Consultor Ambiental, representado pelo Doutor Paulo Domingos Bene para apresentar o documento referente aos "Instrumentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social". Após a apresentação, foram deixadas contribuições e sugestões para o projecto que estão descritas abaixo:</p>
4	Expectativas e contribuições	Esclarecimento

Nº	Nome	Comentários	
4.1	Nosta Manjate- UNI LICUNGO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elogiou o projecto e apontando a sua pertinência face aos desafios que o país enfrenta na área. 2. Procurou saber qual será o público-alvo deste projecto, se bem que já se fez um estudo acerca da abrangência do projecto? 3. Pediu a partilha das experiências anteriores, uma vez que houve apresentações sobre os mesmos documentos nas cidades de Nampula e Maputo. 	<p>O Proponente afirmou que as reuniões de consulta pública nas cidades de Maputo e Nampula foram apenas para auscultações das partes afectadas.</p> <p>O consultor ambiental clarificou que o mais importante é que façam comentários e sugestões ao projecto e aos instrumentos de salvaguardas ambiental e social que permitam uma implementação do projecto com sucesso. Referiu que o grupo alvo foi destacado no documento, entretanto este poderá incrementar de acordo com os subprojectos.</p>
4.2	José Arrão- UNI LICUNGO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Disse ser muito comum a implementação de projectos ter certos condicionalismos e imposições. Será que o financiamento deste projecto não estará condicionado a certas imposições? 2. Relativamente a formação de técnicos especializados que o programa faz referência. Em que momento será feita essa formação de quadros? 3. Estas formações vão esperar a implementação, ou nem por isso? Já se sabe quais técnicos serão formados e em quais matérias? 4. O projecto prevê elaboração de mapas de riscos de inundações ou apenas a sua actualização? 	<p>As principais imposições ou obrigações tem a ver com o cumprimento das políticas do Banco Mundial sendo o documento de instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais em debate parte desse processo.</p> <p>A DNGRH e as ARAs possuem técnicos, mas que deverão ser capacitados em função das necessidades e em resposta as exigências do projecto.</p> <p>Noutras áreas o projecto prevê contratar especialistas ligados a matéria, tal como foi feita a contratação de um consulto ambiental e social para elaboração de instrumentos de salvaguarda ambiental e social.</p> <p>O projecto inclui a elaboração e actualização de instrumentos legais e de cartas ou mapas hidrológicos e vários outros documentos técnicos.</p>
4.3	Lucas Paulino- ADEMIMO	Disse entender que os deficientes que ele representa são as principais vítimas das mudanças climáticas, pois, existem deficientes surdos, paráliticos, cegos, entre outros e inquiriu:	O Consultor Ambiental disse que o projecto já prevê o envolvimento do INAS uma instituição que vai realizar as actividades sociais junto das populações vulneráveis onde

Nº	Nome	Comentários	
	(Uma associação de deficientes militares e paramilitares).	1. O que o projecto prevê para esta camada social, visto que por vezes pela natureza da deficiência haja dificuldades para o alerta ou locomoção destes deficientes?	se enquadram os deficientes e outras camadas sociais. O envolvimento dos deficientes e outros grupos vulneráveis responde as políticas nacionais e do Banco Mundial. Esta preocupação reforça o papel dos instrumentos de salvaguardas ambientais e sociais para a prioridade as camadas vulneráveis.
4.4	Hamilton – AÇUCAREIRA DE MAFAMBISSE	1. Geralmente, a execução de projectos traz problemas resultantes de outros já encontrados no terreno. O que este projecto traz de diferente para resolver estes problemas? 2. Um dos riscos que o programa prevê são as políticas nacionais, ou seja, Risco Político. Qual a gravidade do risco político? A mudança de governos pode levar a paralisação de certos projectos?	Proponente: O risco político pode levar a falha de projectos embora não haja experiências similares em Moçambique. Mas há experiências de sucesso como o exemplo do projecto das infra-estruturas verdes da Cidade da Beira, conduzido por um município da oposição. Ainda sobre esta questão foi dado como exemplo de risco político o cancelamento do Programa de Resiliência Climática para os países africano consequência da penúltima mudança de governo nos Estados Unidos.
4.5	Armando Mambunguisse- DIRECTOR DO SDPI DO BÚZI	Lamentou a falta de comunicação que se observa entre os consultores, empreiteiros e as autoridades locais. Deu como exemplo de falta de coordenação nos regadios do Búzi que não funcionam e não vão funcionar porque o empreiteiro ao chegar no terreno não consultou a liderança local. O interveniente sugeriu que as instituições gestoras dos projectos incluam as autoridades locais de modo a ajudar na execução das actividades planificadas.	Os oradores agradeceram pela abertura e prometeram trabalhar no sentido de assegurar maior engajamento das partes afectadas e interessadas. O Plano de Engajamento de Partes Interessadas e Afectadas (PEPI), visa o maior envolvimento das partes interessadas e afectadas e mecanismo de gestão de reclamações. Este instrumento vai regular todos os processos de coordenação e participação das comunidades afectadas.
		Elogiou as apresentações feitas evidenciando o ordenamento territorial que, quando malfeita, ou seja, não acautelada devidamente, promove a	O projecto não inclui actividades de ordenamento territorial pois surge da necessidade de criar resiliência nas infraestruturas e na população face aos eventos

Nº	Nome	Comentários	
4.6	Miguel Zemba- AMADO	<p>geração de conflitos de ocupação. Este questionou:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Que medidas vão ser tomadas em relação ao ordenamento territorial. 2. Qual o investimento do projecto. 3. Que projectos são elegíveis dentro do mesmo projecto. 	<p>climáticos que assolaram o país como o caso dos ciclones Ana e Gombe.</p> <p>Em relação ao valor do investimento do projecto, explicaram estar orçado em cerca 300 milhões de dólares, sendo 80 milhões para a fase inicial e o restante para a segunda fase.</p>
4.7	Jaime Sampaio da Silva- - SDPI- MUANZA	<p>Sugeriu que se fizesse comparação com os cenários anteriores e conjugar com os actuais para melhor execução dos novos projectos.</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Questionou o porque do projecto não apresentar aspectos ligados a manutenção das infra-estruturas a serem construídas. 	<p>O proponente respondeu que ainda a muitos estudos estão sendo preparados, mas chegou-se a conclusão que somente a taxa da água, embora possa ajudar, não seria suficiente para salvaguardar estas despesas.</p> <p>Nos projectos do BM existiam despesas não orçadas, de fundo zero, mas neste caso não poder-se-ia passar por cima.</p>
4.8	Nélson Luís Nensa- SDPI- NHAMATAMDA	<p>Elogiou os oradores e disse ter percebido que o projecto vai assegurar a construção de diques e barragens e por fim questionou:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Quantas barragens e diques serão construídos no âmbito deste projecto nesta primeira fase? 2. Os Instrumentos de Salvaguardas Ambientais e Sociais incluem a empregabilidade da mão-de-obra local. Quantos trabalhadores serão contratados? 	<p>Eng. Celestino: Nesta fase inicial ainda não existem números, quer para diques e barragens quer pra mão-de-obra. O projecto não vai resolver todos os problemas, mas vai ajudar na gestão dos recursos hídricos.</p> <p>O consultor alegou ser prematuro avançar com número de postos de trabalho pois só na fase de concepção dos subprojectos e elaboração de estudos ambientais será possível saber quantos trabalhadores serão contratados. Orador clarificou, que o mais importante é assegurar a priorização da população local na contratação de mão-de-obra (em função das especificações que actividade demandem serão contratadas pessoas de outros locais).</p>
	José Salvador Sinau- DIRECÇÃO PROVINCIAL DE DESENVOLVIMENTO	Os documentos referem as áreas de abrangência do projecto.	O programa foi desenhado para mitigar os eventos climáticos nas regiões mais vulneráveis como as bacias de Nante, Incomáti, Búzi e outros.

Nº	Nome	Comentários	
4.9	TERRITORIAL E AMBIENTE	<ol style="list-style-type: none"> 1. Que critérios são usados na definição destas áreas? 2. Quais são os mecanismos de divulgação do projecto? 	O mecanismo de divulgação assenta no Plano de Engajamento de Partes Interessadas e Afectadas que visa o maior envolvimento das partes interessadas e afectadas e viabilizar os mecanismos de gestão de reclamações.
4.10	<p>Cesário Fernandes José</p> <p>SERVIÇOS PROVINCIAIS DO AMBIENTE</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Quais são os subprojectos incluídos no Programa? 2. O programa inclui a África Oriental e Austral. Será que abrange outros países além de Moçambique? 	<p>Prevê-se contratar um consultor em hidrologia para identificação de fontes de água para abastecer as províncias de Nampula e Cabo Delgado, provavelmente dois em Nampula e Zambézia ate 2027.</p> <p>Envolve outros países como Tanzânia, Comores.</p>

Fotos da Reunião da Cidade da Beira



Anexo 2.4b – Lista de Presenças da Reunião da Cidade da Beira


REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

Programa Regional de Resiliência Climática para a África Oriental e Austral
Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

Data: 20/06/2023

Lista de presenças

Local: Cidade da Beira, Hotel Beira Terrace

#	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
1	Paulo Samora Roca	CEPEC	Consultor	psamora22@gmail.com	874361230
2	Bea Tarcia / NICE	REPARADORA	Mais Sima do MTH	bea.tarcia@reparadora.pt	86239805
3	Manuel Zenza	AKMAN	Consultor	M.Zenza@akman.co.mz	868646596
4	Wesley Jofre	UNESCO	Ass. PROECA	wesley.jofre@unesco.org	870975969
5	Jefferson Luis Jofre	UNEP-Mozambique	Director	UNEP.Mozambique@unep.org	8731603
6	Ricardo Marques	SOPH-BLU	Director	Ricardo.marques@unep.org	87490259
7	Chenengo Fernando	SAPI-Gonçalo	Representante	fernandochenengo@gmail.com	87262067
8	Isabel Mello & Angui	CEPEC	Técnicos	isabelmello@cepec.mz	367460070
9	Ulrichina Mado	CEPEC	Técnicos	Ulrichina.Mado@gmail.com	87208164
10	Isabel Mello & Angui	CEPEC	Consultor	isabelmello@cepec.mz	87490259
11	Amélia Costa	INAGRA	INAGRA	amelia.costa@inagra.mz	84389836
12	Lucas Paulo de Sá	ADEMA	Secção Executiva	-	842448136
13	Nesla Mandate	UN-Licença	Docente	nesla.mandate@un-licenca.mz	87400000

PR-CEPEC
PR-SOPH


REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

Programa Regional de Resiliência Climática para a África Oriental e Austral
Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social


Data: 13/06/2023

Lista de presenças

Local: Cidade da Beira, Hotel Beira Terrace

#	NOME	INSTITUIÇÃO	FUNÇÃO	E-MAIL	TELEFONE
14	João Azeite	UL-FET	Director	joaoazeite@ul-fet.mz	870681201
15	Isabel Mello & Angui	SIA-Santa	Consultor	isabelmello@cepec.mz	87490259
16	ALBERTO CHARELA	UNIVERSIDADE	Docente	alucharela@gmail.com	872402003
17	Túlio Lampião da Silva	LPT-Mozambique	Director	tuilio.lampiao@lpt-mozambique.mz	81818181
18	Isabel Mello & Angui	LPT-Cabo-EP	Técnico PHT	isabelmello@cepec.mz	87490259
19	Isabel Mello & Angui	LPT-Cabo-EP	Secretaria Ad.	isabelmello@cepec.mz	87490259
20	Isabel Mello & Angui	LPT-Cabo-EP	Técnico	isabelmello@cepec.mz	87490259
21	Isabel Mello & Angui	LPT-Cabo-EP	Técnico	isabelmello@cepec.mz	87490259
22	Isabel Mello & Angui	LPT-Cabo-EP	Técnico	isabelmello@cepec.mz	87490259
23	Isabel Mello & Angui	LPT-Cabo-EP	Técnico	isabelmello@cepec.mz	87490259
24	Isabel Mello & Angui	LPT-Cabo-EP	Técnico	isabelmello@cepec.mz	87490259
25	Isabel Mello & Angui	LPT-Cabo-EP	Técnico	isabelmello@cepec.mz	87490259
26	Isabel Mello & Angui	LPT-Cabo-EP	Técnico	isabelmello@cepec.mz	87490259

Comentários da consulta pública da Cidade da Beira


REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

PROGRAMA REGIONAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL

Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social
FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS

A sua opinião é importante
Os seus comentários e sugestões sobre qualquer aspecto de planificação do Programa e o processo de consulta pública ajudarão na tomada de decisão correcta sobre o desenho e implementação do Programa.

Local Beira Data 10 de 03 de 2023


Identificação do autor do comentário/sugestão
(deixe em branco se preferir anonimato)

Nome: Quacanza Tomás Fernando
Instituição: SADI - Gorongosa
Telefone(s): 879626472
Email: _____

Comentários/sugestões:
(continue no verso se necessário)

No âmbito da Consulta Pública, sobre a implementação mudanças climáticas, sugiro que seja implementada dentro do critério previsto, muita das vezes, fica bem traçado no papel, mas falha na sua execução. Autossim ao longo do rio porque principalmente no distrito de gorongosa, a população sofre bastante na situação de crocodilo, acho melhor que na implementação seja revista esta situação, no momento de execução do Projecto.

Nome	Marcelino Nivali	David Malauene	Celestino Salência
Telef	+258 84726 6157, 877266158	+258 847694555, 877694555	+258 845874845, 825874845
Email	m.nivali@gmail.com	dmalauene@gmail.com	csalencia@gmail.com


REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

PROGRAMA REGIONAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL

Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social
FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS

A sua opinião é importante
Os seus comentários e sugestões sobre qualquer aspecto de planificação do Programa e o processo de consulta pública ajudarão na tomada de decisão correcta sobre o desenho e implementação do Programa.

Local Beira Data 10 de 03 de 2023

Identificação do autor do comentário/sugestão
(deixe em branco se preferir anonimato)

Nome: Paulo António da Silva
Instituição: INIA - Moçambique
Telefone(s): 847124811 / 847124812
Email: joaquinobonifacio@iniamoz.gov.mz

Comentários/sugestões:
(continue no verso se necessário)

Revisão do Plano de Gestão Ambiental e Social, que seja mais abrangente sobre as salvaguardas de acordo com a lei.
As sugestões do Projecto devem ser aplicadas para
realização de estudos de consulta, bem como outros
instrumentos que sejam necessários.
Toda a população deve estar envolvida no processo local.


Por favor, preencha o formulário com base na reunião ou leitura do resumo não técnico e partilhe pelos seguintes contactos abaixo até 10.03.2023:

Nome	Marcelino Nivali	David Malauene	Celestino Salência
Telef	+258 84726 6157, 877266158	+258 847694555, 877694555	+258 845874845, 825874845
Email	m.nivali@gmail.com	dmalauene@gmail.com	csalencia@gmail.com

Anexo 3 - Anúncios de Jornal e Cartas Convite Direccionadas

Anúncio de jornal e cartas de convite direccionadas

PUBLICIDADE Quinta-feira, 9 de Fevereiro de 2023



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Abastecimento de Água e Saneamento

PROGRAMA REGIONAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL
CONVITE PARA REUNIÃO DE CONSULTA PÚBLICA

O Governo de Moçambique (GdM), através da Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos - DNGRH, com o apoio do Banco Mundial, está a preparar o Programa Regional de Resiliência Climática para a Região da África Oriental e Austral (P180171), onde Moçambique faz parte. O programa tem como objectivo aumentar a resiliência contra os choques climáticos das populações vulneráveis face aos eventos extremos tais como ciclones, cheias e secas.

Na sequência, a DNGRH pretende levar a cabo Consultas Públicas para apresentação e discussão de instrumentos genéricos de salvaguarda ambiental e social do Programa. Entre os instrumentos destacam-se os seguintes: Plano de Compromissos Ambientais e Sociais (PCAS), Plano de Engajamento de Partes Interessadas e Afectadas (PEPIA), Quadro de Políticas de Gestão Ambiental e Social (QGAS) e Quadro de Políticas de Reassentamento (QPR). As consultas têm como objectivos auscultar as preocupações e expectativas das partes afectadas ou interessadas pelo Programa e os potenciais riscos e impactos ambientais e sociais associados.

Nesse contexto, são convidados todos os interessados (cidadãos, comunidades locais, sociedade civil, pessoas colectivas, públicas ou privadas), a participarem das reuniões das consultas públicas a decorrerem nos locais e datas indicadas na tabela abaixo:

Provincia	Maputo	Sofala	Nampula
Cidade	Maputo	Beira	Nampula
Data	22/2/2023	24/2/2023	27/2/2023
Hora	9.30 horas	9.30 horas	9.30 horas


Os comentários provenientes das discussões serão tidos em conta na finalização dos documentos e na implementação do Programa.

O resumo dos resultados dos documentos poderá ser consultado e comentado nas duas semanas das reuniões, nos escritórios das Administrações Regionais de Água, IP das cidades indicadas na tabela acima e na página de Internet da DNGRH, www.dngrh.gov.mz.


A DNGRH agradece antecipadamente pela atenção e encontra-se disponível para quaisquer esclarecimento, confirmação de participação e envio de comentários através dos seguintes contactos:

Nome:	Marcelino Nivali	David Malauene	Celestino Salência
Telemóvel	+258 8 7266157 84726 6158	+258 847694555 877694555	+258 845874845 825874845
Email	m.nivali@gmail.com	dmalauene@gmail.com	csalencia@gmail.com


UIP- Unidade de Implementação do Projecto
Maputo, aos oito de Fevereiro de 2023



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos



REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE
Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
Direcção Nacional de Gestão de Recursos Hídricos

PROGRAMA REGIONAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL

Consulta Pública - Documentos Genéricos de Salvaguarda Ambiental e Social

FICHA DE REGISTO DE COMENTÁRIOS

A sua opinião é importante
Os seus comentários e sugestões sobre qualquer aspecto de planificação do Programa e o processo de consulta pública ajudarão na tomada de decisão correcta sobre o desenho e implementação do Programa.

Local – Maputo, Direcção Nacional de Águas Data 27 de Fevereiro de 2023

Identificação do autor do comentário/sugestão
(deixe em branco se preferir anonimato)

Nome: Paulo Silveira
Instituição: Maraga Aucaur SA
Telefone(s): 84 3000798
Email: psilveira@ilovo.co.za


Comentários/sugestões:
(continue no verso se necessário)

Contextualização
O Baixo Incomati, localizado no sul de Moçambique possui uma indústria agrícola comercial e de subsistência bem estabelecida, enraizada pelo acesso ao mercado para a cana-de-açúcar com 2 grandes fábricas de açúcar instaladas nas suas comunidades.

As recentes inundações, causadas pelos impactos das chuvas fortes nas bacias na AFS, Moz. & Eswatini em combinação com os efeitos do ciclone, Eloise (2021) e da tempestade tropical Guame (2020), danificaram as, infra-estrutura de protecção contra inundações, que já se encontravam fragilizadas, consequentemente e consecutivamente destruíram centenas de hectares de campos agrícolas.

Em colaboração com as Autoridades Distritais e Municipais da Manhica e o INIR foi elaborado o conceito para a reabilitação e melhoria das infraestruturas de protecção contra cheias. O Projecto propõe reabilitar e fortalecer a infra-estrutura de defesa contra inundações nestas áreas, com foco principal na gestão melhorada da movimentação das águas ao longo da bacia do rio Incomati e Cuenga. Os trabalhos envolvem: a instalação de uma comporta no ponto de bifurcação do Rio Cuenga do Rio Incomati, reabilitação e melhoramento dos sistemas de diques de defesa e dos sistemas de drenagens (incluindo estações de bombagem, estradas e pontes).

Os trabalhos já foram extensivamente mapeados com planos detalhados preparados em 2017 pelo CRIDF com financiamento do UK Aid (Apoio do Governo do Reino Unido), mas as ações necessárias não chegaram a ser implementadas devido à falta de financiamento, resultando assim na destruição de infraestruturas e culturas como visto recentemente.



A implementação deste Projecto requer uma abordagem multi-setorial, coordenada e apoiada por financiamento de desenvolvimento devido à natureza da infra-estrutura compartilhada. Os campos afetados são propriedade pertencendo a produtores diferentes e, portanto, financiamento privado / corporativo não seria viável.

O Governo local, ARA-Sul e o INIR manifesta-se a favor deste Projeto e, este facto fortalece cada vez mais a colaboração já existente do Conselho Municipal, no que concerne à celebração de um Memorando de Entendimento que sustenta a gestão das infra-estruturas agrícolas locais partilhadas.

Este projecto beneficia directamente aproximadamente 30Mil famílias de agricultores e provém também apoiar a sustentabilidade da indústria local de açúcar, que emprega aproximadamente 10 000 trabalhadores no distrito da Manhica, proporcionando maior fonte de renda para Distrito.

O PROGRAMA REGIONAL DE RESILIÊNCIA CLIMÁTICA PARA A ÁFRICA ORIENTAL E AUSTRAL deve avaliar os impactos acima mencionados e considerar prioridade a reabilitação e melhoria das infraestruturas no Baixo Incomati em linha com as recomendações da CRIDF e resultados do estudo ESTUDO PARA ELABORAÇÃO DO PROJECTO DE GESTÃO DE ÁGUAS NO BAIXO INCOMATI liderado pelo INIR.

Por favor, preencha o formulário com base na reunião ou leitura do resumo não técnico e partilhe pelos seguintes contactos abaixo até 28.02.2023:

Nome	Marcelino Nivali	David Malauene	Celestino Salência
Telef	+258 84726 6157, 877266158	+258 847694555, 877694555	+258 845874845, 825874845
Email	m.nivali@gmail.com	dmalauene@gmail.com	csalencia@gmail.com